

Sociomuseologia em contexto desportivo: um caso prático de inclusão sociocultural e de desenvolvimento museológico conexo à matriz do desporto infanto-juvenil

Dissertação de Mestrado

Pedro Miguel Baptista Furtado

Mestrado em

**Património, Museologia e
Desenvolvimento**



Sociomuseologia em contexto desportivo: um caso prático de inclusão sociocultural e de desenvolvimento museológico conexo à matriz do desporto infanto-juvenil

Dissertação de Mestrado

Pedro Miguel Baptista Furtado

Orientadora

Professora Doutora Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento.





Aos meus pais, Maria e Duarte,
à Isabel, ao Xavier e ao Dinis,
porque a eles devo tudo.

Agradecimentos.

Aos meus pais, Maria e Duarte, e aos meus sogros, Júlia e Fernando, por todo o apoio familiar, pela motivação e, sobretudo, por estarem sempre presentes.

À Isabel, ao Xavier e ao Dinis, pela enorme compreensão, incentivo e por todo o amor incondicional.

À minha brilhante orientadora, Professora Doutora Pilar Damião de Medeiros, por ter acreditado na minha ideia desde o primeiro minuto, pela condução e por me ter dado o espaço necessário para investigar, estudar e trabalhar sem qualquer pressão.

À excelência do corpo docente do mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento da Universidade dos Açores, aos professores um profundo e muito sincero obrigado pela empatia e pelo conhecimento transmitido.

Aos meus colegas de trabalho, Luís, Rui e Sofia, e a todos os outros com quem tive o prazer de formar uma equipa assente em laços de amizade e de companheirismo.

À Cidália, à Nélia e ao Gustavo do Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada, pela paciência e por nunca desistirem de procurar, sobretudo na fase curricular.

Ao enorme Mister Pedro França, com ele aprendi os verdadeiros e reais valores educativos do desporto de formação.

A todos os pais, familiares e demais adeptos do futebol infanto-juvenil, este trabalho também surge pela influência da vossa força, alegria e resiliência contagiante.

Aos dirigentes, treinadores e *staff* da Associação e Clube de Futebol Pauleta, do Clube União Micaelense e, em particular, da Escola de Futebol Benfica Açores, pelo contributo decisivo na educação e formação dos meus filhos durante os últimos anos.

Uma saudação muito especial para todos.

A arquitectura é uma arte inacabada, completa-se com a “vida”. A casa com o habitar, a igreja com a fé, o museu com outras artes. É uma arte em espera, produzindo espaços abertos a diferentes vivências. Espaços que na sua qualidade promovem a liberdade, abrindo novas possibilidades de uso.

(...)

A arquitectura é um acto político no sentido mais lato do termo, no sentido da intervenção no que é comum, no que é público e deve convocar continuamente essa condição. Neste acto deve ser delicada mas corajosa. Procurar a excelência mas não necessariamente o consenso. Todos temos a nossa cidade, a nossa memória e queremos a sua consagração, a sua cristalização. Neste espaço a arquitectura é chamada a hierarquizar, a reorganizar, a eleger e não a nivelar.

(...)

Esse é o seu risco e a sua demanda.

Manuel Aires Mateus*, 2018

in Discurso proferido a 5 de março na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2017 no Grande Auditório da Culturgest, em Lisboa.

* Arquitecto desde 1986 pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e cofundador do atelier Aires Mateus com o irmão Francisco, desde 1988. Professor convidado na Graduate School of Design em Harvard, na Accademia de Arquitectura de Mendrisio, na FAUTL, entre outras. Vencedor dos prémios AIT, Valmor, Secil, FAD, ENOR, Pessoa e nomeado para o Prémio Mies Van Der Rohe em 2013. Distinguido com o grau de Doutor Honoris Causa pela FAUTL em 2023. Autor de uma série ímpar de projetos de arquitectura prática e conceptual, sublinhando-se a intervenção no Centro de Monitorização e Investigação da Lagoa das Furnas, na ilha de São Miguel nos Açores.

Resumo.

Fará sentido procurar uma relação íntima entre o conceito teórico de Sociomuseologia, a aplicação prática da Museologia Social e o fluxo de públicos e de jovens atletas que exprimem o desporto infanto-juvenil? O trabalho desenvolvido, apresentado na forma de dissertação académica, procura isso mesmo: obter uma resposta pragmática para esta ligação tripartida procurando explorar uma série ampla de caminhos teóricos e de circunstâncias quotidianas com vista à apresentação de uma solução efetiva, prática e exequível, que possa servir de âncora à inclusão social, à educação cultural e ao desenvolvimento do desporto jovem de formação em torno de uma comunidade específica. A investigação centra o seu estudo num caso real, circunscrito ao território geográfico da ilha de São Miguel, nos Açores, com particular incidência para o contexto social, educativo, cultural e desportivo que representa e envolve o maior concelho deste arquipélago, o de Ponta Delgada. As pessoas e as suas circunstâncias do presente são o centro desta investigação, procurando-se através dos caminhos da educação, dos instrumentos da cultura e dos valores do desporto jovem potenciar a inclusão, o crescimento e o desenvolvimento social e humano de todos.

Palavras-chave: Sociomuseologia e Museologia Social, públicos, inclusão social, educação cultural, desporto infanto-juvenil.

Abstract.

Does it make sense to seek an intimate relationship between the theoretical concept of Sociomuseology, the practical application of Social Museology and the flow of audiences and young athletes expressing children's sport? The work carried out, presented in the form of an academic dissertation, seeks to do just that: obtain a pragmatic answer to this tripartite link by exploring a wide range of theoretical paths and everyday circumstances with a view to presenting an effective, practical and feasible solution that can serve as an anchor for social inclusion, cultural education and the development of youth sports training around a specific community. The research centres its study on a real case, limited to the geographical territory of the island of São Miguel, in the Azores, with particular focus on the social, educational, cultural and sporting context that represents and involves the largest municipality in this archipelago, Ponta Delgada. People and their present circumstances are at the centre of this research, seeking through the paths of education, the tools of culture and the values of youth sport to foster inclusion, growth and social and human development for all.

Keywords: Sociomuseology and Social Museology, audiences, social inclusion, cultural education, infant-juvenile sport.

Índice.

Índice de figuras (e fontes)	001
Lista de abreviaturas e siglas	005
Introdução Problemática	006

Capítulo I.

CI-1. Sociomuseologia e Museologia Social.	008
CI-1.1 Seminário Regional da UNESCO (Brasil - 1958)	010
CI-1.2 Mesa-Redonda de Santiago (Chile - 1972)	012
CI-1.3 Definição evolutiva final de Ecomuseu (1980)	014
CI-1.4 Declaração de Québec (Canadá - 1984)	016
CI-1.5 Declaração de Oaxtepec (México - 1984)	018
CI-1.6 Declaração de Caracas (Venezuela - 1992)	019
CI-1.7 Declaração da Cidade de Salvador (Brasil - 2007)	021
CI-1.8 XII Atelier Internacional do MINOM (Portugal - 2007)	022
CI-1.9 Declaração MINOM Rio (Brasil - 2013)	023
CI-1.10 Conferência Geral da UNESCO - 38ª Sessão (França - 2015)	026
CI-1.11 Declaração de Córdoba (Argentina - 2017)	028
CI-2. Públicos (Portugal – Censos 2021).	030
CI-2.1 Práticas Culturais	032
CI-2.2 Pontes Culturais e Barreiras Invisíveis	036

CI-3. Desporto. 045

CI-3.1. Os valores da competição desportiva e a mobilização social. 046

Capítulo II.

CII.2 Escolaridade, cultura e desporto infanto-juvenil. 049

CII-2.1 Índices de escolaridade no concelho de Ponta Delgada. 049

CII-2.2 Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030. 051

CII-2.3 Desporto infanto-juvenil: estudo de caso. 055

CII-2.3.1 Benjamins: quadro desportivo e competitivo. 056

CII-2.3.2 Benjamins: atletas e estruturas desportivas de Ponta Delgada. 064

Capítulo III.

CIII.3 Proposta: equipamento público educativo, cultural e desportivo. 070

CIII.3.1 Proposta: local para a implantação do equipamento público. 071

CIII.3.2 Proposta: o Parque Urbano de Ponta Delgada. 074

CIII.3.3 Proposta: forma, fisionomia e programa funcional. 081

Conclusão 106

Referências bibliográficas 112

Índice de figuras (e fontes).

Figura 01.	
Participantes do Seminário Regional da UNESCO. (Brasil - 1958).	010
(https://mhn.museus.gov.br/index.php/seminario-internacional-do-mhn-comeca-amanha-9/).	
Figura 02.	
Sede da UNCTAD III onde decorreu a Mesa-Redonda de Santiago. (Chile - 1972).	012
(https://gam.cl/en/about-us/infrastructure-gam/history/).	
Figura 03.	
Participantes do I Atelier Internacional Ecomuseu/Nova Museologia. (Canadá - 1984).	016
(https://www.minom-portugal.org/sobre/).	
Figura 04.	
Visita de campo dos participantes da XV Conferência Internacional do MINOM. (Brasil - 2013). ...	024
(https://www.minom-icom.net/2013-15th-internacional-conference-minom-icom-rio-janeiro-brasil).	
Figura 05.	
Vista geral da 38.ª Sessão da Assembleia Geral da UNESCO. (França - 2015).	026
(https://www.akorda.kz/assets/media/upload/anounces/f1cffe9f20c9ea35aad586cc98d76fac.jpg).	
Figura 06.	
Participantes da XVIII Conferência Internacional do MINOM. (Argentina - 2017).	028
(https://mercociudades.org/pt-br/declaracion-de-cordoba-cierra-la-cumbre/).	
Figura 07.	
Ilustração gráfica representativa de “ponte cultural”. (HDS Foundation).	036
(https://www.hdsfoundation.org/program-a-building-bridges-at-the-bay/).	
Figura 08.	
Ilustração gráfica representativa de “barreiras invisíveis”. (créditos: Cagkan Sayin).	039
(https://www.dreamstime.com/paper-plane-breaking-maze-blue-background-overcoming-barriers-conquering-obstacles-way-to-success-business-image269819751).	
Figura 09.	
Ilustração gráfica representativa de exclusão e inclusão social. (DSC Consultants).	040
(https://teamdsc.com.au/resources/essential-inclusion-resources-for-support-coordinators).	
Figura 10.	
Diagrama funcional representativo do processo de <i>design thinking</i> . (Medium).	046
(https://medium.com/@mikokoomonitan/design-thinking-c22b37d40571).	

Figura 11.	
Diagrama funcional representativo de fluxo e de convergência social. (créditos: urfingus).	048
(https://depositphotos.com/br/serie/488818774.html?qview=488818936).	
Figura 12.	
Equipas de (sub-10) e (sub-13) da EFBA e do SC Praiseiro, Figueiras CUP23. (créditos: CMPD).	057
(https://www.facebook.com/photo/?fbid=648696530628117&set=pcb.648697897294647).	
Figura 13.	
Gráfico de distribuição dos clubes de benjamins por concelho. (na época de 2022-23).	059
Figura 14.	
Gráfico de distribuição das equipas de benjamins por concelho. (na época de 2022-23).	061
Figura 15.	
Gráfico de distribuição da população de bebés e crianças por concelho. (Censos 2021).	062
Figura 16.	
Público no International Football Tournament Azores u11, em 2023. (créditos: José Araújo).	063
Figura 17.	
Gráfico de distribuição dos atletas de benjamins por equipa. (na época de 2023-24).	065
Figura 18.	
Gráfico de distribuição das equipas de benjamins por recinto desportivo. (na época de 2023-24).	067
Figura 19.	
PDM . Áreas para programar destinadas a equipamentos coletivos. (sigweb.pontadelgada).	073
Figura 20.	
Delimitação da área do Parque Urbano de Ponta Delgada em 2004. (sigweb.pontadelgada).	075
Figura 21.	
Delimitação da área do Parque Urbano de Ponta Delgada em 2019. (sigweb.pontadelgada).	077
Figura 22.	
Fotomontagem de localização do projeto no Parque Urbano. (sigweb.pontadelgada).	078
Figuras 23.24	
Fotomontagens de implantação e paisagismo no Parque Urbano. (sigweb.pontadelgada).	079
Figura 25.	
Diagrama . Perímetro de intervenção. (área total: 10.960m ²).	082

Figura 26.	
Diagrama . Disposição funcional volumétrica em 2 pisos. (cave + piso térreo).	082
Figura 27.	
Diagrama . Disposição longitudinal do edifício + recinto desportivo. (2.835m ² + 8.125m ²).	083
Figura 28.	
Diagrama . 2 campos afetos ao futebol de 7. (dispostos em 8.125m ² de área descoberta).	084
Figura 29.	
Diagrama . 1 campo afeto ao futebol de 9. (disposto em 8.125m ² de área descoberta).	084
Figura 30.	
Diagrama . 1 campo afeto ao futebol de 11. (disposto em 8.125m ² de área descoberta).	085
Figura 31.	
Diagrama . Piso (-1). (legendado).	086
Figura 32.	
Diagrama . Layout . Piso (-1). (legendado).	087
Figura 33.	
Ilustração gráfica representativa dos “caminhos da cultura”. (créditos: Yang Liu – edição nossa). .	088
(https://slate.com/human-interest/2015/10/yang-lius-east-meets-west-pictograms-about-cultural-differences-from-a-chinese-designer-in-berlin.html).	
Figura 34.	
Diagrama . Piso (0). (legendado).	089
Figura 35.	
Diagrama . Layout . Piso (0). (legendado).	090
Figura 36.	
Fotografia de referência: exposição pop-up no espaço público. (The Philadelphia Museum of Art).	093
(https://travelbetweenthepages.com/2017/04/17/pop-up-museum/).	
Figura 37.	
Fotografia de referência: exposição pop-up no CC Colombo. (créditos: Carolina Banza).	094
(https://museubordalopinheiro.pt/expo/bordalo-no-colombo/).	
Figura 38.	
Fotografia de referência: exposição pop-up no CC Colombo. (créditos: Diogo Aguiar Studio).	095
(https://www.nadirafonso.com/eventos/exposicao-celebra-centenario-de-nadir-afonso-no-centro-comercial-colombo/).	

Figura 39.	
Fotografia de referência: sala de workshop / trabalhos oficinais. (créditos: Svitlana Ponurkina). ...	097
(https://www.dreamstime.com/young-engineer-using-soldering-iron-to-join-chips-wires-robotics-software-engineering-elementary-students-inventions-image176908477).	
Figura 40.	
Fotografia de referência: biblioteca e sala de informática. (Medium).	098
(https://medium.com/everylibrary/how-their-first-library-card-teaches-kids-responsibility-11a32f30fa14).	
Figura 41.	
Fotografia de referência: sala de jogos com ambiente retro. (Memoky blog).	099
(https://www.memoky.com/blog/wp-content/uploads/retro-mid-century-1080x635.jpg).	
Figura 42.	
Diagrama . Cobertura. (legendado).	100
Figura 43.	
Diagrama . Relação de conjunto entre a intervenção e o espaço envolvente. (legendado).	101
Figura 44.	
Fotografia de referência: <i>foodtruck park</i> em ambiente urbano. (The Food Truck Park).	102
(https://i1.wp.com/thefoodtruckpark.com.au/wp-content/uploads/2019/04/the-food-truck-park.jpg).	
Figura 45.	
Diagrama . Cobertura . (lanternins para iluminação zenital da sala de exposição e da biblioteca). ...	103
Figura 46.	
Diagrama . Cobertura . (área ajardinada inacessível como suporte básico de sustentabilidade). ...	104
Figura 47.	
Fotografia de referência: Stádio Drusus, Bolzano ITA . gmp Architekten (créditos: Marcus Bredt). ...	105
(https://www.detail.de/de_en/drususstadion-in-bozen-von-dejaco-partner-und-gmp-architekten).	

Lista de abreviaturas e siglas.

AFPD	Associação de Futebol de Ponta Delgada
CENSOS	Recenseamento da população e da habitação
CMPD	Câmara Municipal de Ponta Delgada
FPF	Federação Portuguesa de Futebol
IBRAM	Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional dos Museus
MAM	Museu de Arte Moderna (do Rio de Janeiro)
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
PDM	Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada
RMCA	Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução | Problemática.

A dissertação corrente, intitulada *Sociomuseologia em contexto desportivo: um caso prático de inclusão sociocultural e de desenvolvimento museológico conexo à matriz do desporto infanto-juvenil*, procura afirmar-se como um exercício prático-criativo de Museologia Social, ancorado nos princípios do conhecimento, da inovação e da capacidade de reflexão e de adequação contemporânea de estruturas educativas, culturais e desportivas, cuja conceção se deve fundamentar, em primazia, nas necessidades sociais específicas de uma determinada comunidade. Pretende-se, deste modo, através dos princípios gerais da museologia de vertente social, conceber uma solução original edificada que deseja acrescentar valor comunitário e que pretende servir como ponto de partida, em termos de método, a novos estudos que se possam desenvolver a partir dos mesmos princípios, seguindo a mesma fórmula, onde as pessoas e as suas circunstâncias se assumem como o principal ponto de convergência do programa sociocultural que se intenta agora desenvolver e tornar efetivo.

O trabalho que passamos a relatar divide-se em três capítulos e tem como principal foco o estudo de uma série comum de problemáticas sociais associadas às componentes educativas, culturais e desportivas relacionadas diretamente com a população açoriana, no âmbito geral, e em específico com a comunidade mais jovem do concelho de Ponta Delgada, que se localiza na ilha oriental de São Miguel, no arquipélago dos Açores. Os problemas sociais identificados que nos interessam compreender, que são recorrentes e que têm uma matriz quase histórica, prendem-se com os níveis ainda elevados de analfabetismo, de abandono escolar precoce e da alta taxa de risco de pobreza, associados a percentagens muito baixas de práticas culturais efetivas e da parca oferta de instalações desportivas destinadas aos mais jovens, sobretudo no que ao futebol de formação infanto-juvenil diz respeito.

Assim, o primeiro capítulo desta investigação começa por inserir uma retrospectiva teórica sobre os fundamentos e a génese da museologia educativa e social, numa viagem que começa no Rio de Janeiro, em 1958, e se prolonga até aos nossos dias. Importa conhecer e reter a importância das temáticas e das preocupações sociais do passado para se conseguir projetar o futuro e perceber fundamentalmente que os conceitos museológicos comunitários, que hoje damos por adquiridos, constituem um processo evolutivo substancial como forma de resposta global às necessidades de um determinado cenário social onde as pessoas, a educação e as diferentes formas de

cultura, são a meta principal. Para além da sustentação teórica do trabalho, procuramos obter ainda um breve retrato do país em termos sociológicos através de análise aos dados dos Censos 2021 focando, posteriormente, o quadro social, educativo e cultural dos Açores e do concelho de Ponta Delgada. Ainda, no capítulo inicial pretendemos analisar um amplo estudo publicado recentemente sobre a diversidade dos hábitos e das práticas culturais dos portugueses e refletir sobre o eventual acesso democrático de todos à cultura, abordando também os conceitos recentes de “ponte cultural” e de “barreira invisível”, acerca da mesma temática. Parece-nos fundamental incorporar também na investigação a enorme dimensão social do desporto e toda uma amplitude comunitária que aqui se associa, procurando compreender a relação íntima de cooperação direta e de proximidade entre os campos da cultura e do desporto.

No decurso do segundo capítulo, a redação passa a desenvolver-se em torno do concelho de Ponta Delgada procurando analisar-se, em primeira instância, os dados disponíveis acerca dos índices de educação escolar neste concelho, avançando a investigação, posteriormente, para uma análise pontual relativa à estratégia cultural da cidade e, num momento seguinte, procuramos observar e promover um estudo de caso sobre a situação presente no âmbito geral do desporto infanto-juvenil, circunscrito ao escalão jovem do futebol de formação de benjamins, nos escalões de (sub-10) e (sub-11), tanto no contexto global da ilha de São Miguel como em específico na cidade que constitui o principal foco da temática da investigação.

O último trecho da dissertação, que deve ser entendido como o culminar de todo o processo de investigação, de reflexão, e o resultado global de todas as vertentes do estudo, irá apresentar uma solução criativa que se pretende eficaz para o conjunto de problemáticas identificadas nos capítulos antecedentes, assente nos desígnios da educação, da cultura e dos valores éticos do desporto, ambicionando-se que o resultado obtido, expresso na forma de um anteprojecto de arquitetura, se possa constituir como uma mais valia social e um eventual marco comunitário devidamente enquadrado na componente ambiental e na paisagem urbana da cidade de Ponta Delgada. Importa sublinhar desde já que a solução apresentada para os problemas antes identificados pretende acrescentar dimensão social, educativa, cultural e desportiva à cidade e não apenas nivelar práticas públicas que se revelam ultrapassadas do ponto de vista do crescimento educativo e sociocultural desta enorme comunidade açoriana.

Capítulo I.

CI-1. Sociomuseologia e Museologia Social.

O estudo académico realizado, que se pretende desenvolver e apresentar no decurso da redação corrente, fundamenta-se nos conceitos gerais de Sociomuseologia e de Museologia Social, caracterizados ambos pela sua essência como o grande ponto de partida de enquadramento estrutural e teórico do trabalho de investigação. Importa, desde logo, entender de uma forma clara e bastante sucinta, que a Sociomuseologia, enquanto campo teórico das Ciências Sociais, representa na sua génese uma Escola de Pensamento com responsabilidade social, portadora de conhecimento, inovação e capacidade de atuação, enquanto que, por outro lado, a Museologia Social funciona numa vertente de atuação prática, de inspiração comunitária, favorecendo “a sustentabilidade, a justiça cognitiva e a dignidade humana” (Primo e Moutinho, 2020:13).

A mesma componente prática, que sublinha a Museologia Social, pode traduzir-se física e materialmente através da presença de uma série de equipamentos culturais, facilmente identificáveis, dispostos ao longo de um determinado contexto geográfico como se caracterizam, por exemplo, os museus locais, ecomuseus, museus comunitários, centros de interpretação, entre outros, dado o crescente número de novas abordagens contemporâneas onde se destaca a museologia que procura, em primazia, sublinhar o culto da memória com preocupações educativas, sociais e de coesão local, assente na interpretação de uma série de valores afetivos que pretendem educar a comunidade através do espelho de memórias e de uma identidade muito própria afeta, em específico, ao contexto social e tradicional de um determinado território.

Em suma, entenda-se a Sociomuseologia como a vertente teórica de um conceito recente, amplamente evolutivo, e a Museologia Social, aplicada ao campo prático que detém a capacidade de materializar todo o conhecimento multidisciplinar adquirido através dos pressupostos da Sociomuseologia que, por sua vez, vem traduzir

[...] uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea. A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida, tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo (Primo e Moutinho, 2020:26).

Neste exato sentido, o trabalho de investigação que nos propomos desenvolver procura apresentar uma solução concisa para a criação de uma estrutura edificada multiusos de vertente museológica, cultural e desportiva, que se possa relacionar diretamente com a envolvente natural e humana, com o contexto social do presente e com o novo paradigma cultural imposto pelo ritmo das novas gerações, tendo como foco específico algumas das circunstâncias socioculturais do concelho de Ponta Delgada que, pela sua demografia, se caracteriza como a maior cidade ultraperiférica açoriana.

Considerando, portanto, como base para o desenvolvimento, a Sociomuseologia

[...] como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, do Estudo do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território (Primo e Moutinho, 2020:27),

procuramos desde logo estabelecer uma relação de simbiose estreita entre as referidas áreas do conhecimento, antevendo-se o desenrolar da presente investigação através de um processo académico de estudo e de criação original, de vertente pragmática, exequível do ponto de vista social, educativo e cultural, que consiga expressar atuação comunitária através da reinterpretação das circunstâncias sociais do passado e do presente em prol do desenvolvimento futuro da cidade de Ponta Delgada e dos demais habitantes da maior ilha dos Açores, atento às singularidades desta comunidade.

Assim, estabeleceu-se como ponto de partida no âmbito da investigação preliminar o levantamento, estudo e reflexão acerca de um amplo conjunto de marcos históricos que se revelam fundamentais para a construção teórica dos conceitos base que estão na origem do “novo pensamento museológico”, conceitos que ainda hoje perduram e que espelham uma forte tendência para a natural adaptação. O cunho central, comum na evolução teórica do estudo museal, emerge da crescente preocupação educativa dos museus através da forma como os mesmos se devem identificar e relacionar com a envolvente social que lhes dá vida.

Da nossa perspetiva de estudo, como forma de estruturação da investigação, torna-se essencial começar por fundamentar e desenvolver a redação a partir de 1958, no Brasil, numa altura em que o mundo ainda se reerguia da II Guerra Mundial que havia terminado cerca de 13 anos antes, e começar pela cidade do Rio de Janeiro onde, entre 7 e 30 de setembro do referido ano, se realizou o Seminário Regional da UNESCO com o intuito de se debater, pela primeira vez, a função educativa dos museus.

CI-1.1 Seminário Regional da UNESCO (Brasil - 1958).

Nos últimos anos da década de 1950, numa fase em que Oscar Niemeyer ainda projetava a cidade de Brasília e que surgiam os ritmos da Bossa Nova, o Rio de Janeiro assumia-se como uma capital federal próspera de um Brasil que “embicava para a modernidade”¹ (Chagas e Macri, 2019:11). No ano de 1958, no cunho central do Rio, seria inaugurado o Bloco Escola como primeiro volume edificado do Museu de Arte Moderna (MAM), obra de linguagem modernista localizada no Parque do Flamengo que viria a servir nesse mesmo ano de palco ao Seminário Regional da UNESCO, coordenado e organizado pelo conceituado museólogo francês Georges Henri Rivière, à data diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e do Museu Nacional de Artes e Tradições Populares de Paris.



Figura 01. Participantes do Seminário Regional da UNESCO. (Brasil - 1958).

¹ Transcrição do livro *Feliz 1958! – o ano que não devia terminar*, de Joaquim Ferreira dos Santos.

Rivière, em co-autoria com o museólogo francês Hugues de Varine-Bohan, viria a notabilizar-se quer pela criação do conceito evolutivo de ecomuseu, desenvolvido na década de 1970 e publicado definitivamente em 1980, como também pela metodologia de separação concetual atribuída à museologia, como ciência teórica, e à museografia entendida como a técnica da prática na execução museológica, valores embrionários que ainda hoje perduram e que se encontram associados ao movimento da “Nova Museologia” (Brulon, 2015:280 a 284), importante corrente de pensamento que ao longo da presente redação se pretende focar com outra profundidade.

Assim, entre os dias 7 e 30 de setembro de 1958, o Seminário Regional da UNESCO decorreu no Bloco Escola do MAM pautando-se, para além dos debates *in loco*, por uma vasta série de visitas a outros museus de especialidade e trabalho de campo em locais históricos e culturais da cidade do Rio de Janeiro. O corpo do seminário era constituído por uma vasta plateia que se dividia em quatro grupos: dirigentes designados pela UNESCO, dirigentes nomeados pelo Brasil, participantes e observadores brasileiros, num intenso debate de ideias que

[...] chamou para si a tarefa de discutir e buscar definir alguns conceitos: museologia, museu, museografia, grandes museus, pequenos museus, museus médios e arquitetura de museus; além de sinalizar a favor do diálogo com termos técnicos, tais como: iluminação, clima exterior, segurança contra roubo, segurança contra incêndio, conflitos armados e outros temas (Chagas e Macri, 2019:16 e 29).

Ambicionava-se, portanto, que o resultado desse largo debate de ideias pudesse dar lugar à produção de um documento condutor que tivesse o poder de alterar o paradigma museológico, de olhos postos no futuro, “acreditando que uma das grandes contribuições para os museus seria o incentivo ao desenvolvimento de programas educativos capazes de aproximar o público das coleções” (Faria, 2014:55).

No relatório final do Seminário, produzido por Rivière, o museólogo francês conclui que o museu deve ser um espaço criado em benefício da educação, pois o seu principal veículo de comunicação, as exposições, têm por si só valor didático, tendo como grande desafio propor ao invés de impor. O documento enfatiza a relação museu-escola e a sua ligação com o público escolar jovem, valorizando-se a componente expositiva da estrutura, a possibilidade de oferta de visitas guiadas, a organização de conferências direcionadas aos mais novos e a criação de cursos e atividades externas ao museu. Por último, Rivière aponta ainda grandes falhas na museografia utilizada nos museus da época, sugerindo que numa nova abordagem o museu se aproprie das

novas tecnologias para transmitir a mensagem das coleções sugerindo que se criem cursos específicos para a formação de profissionais na área da museografia.

Torna-se necessário perceber que o resultado deste Seminário é de fundamental importância para os primeiros passos da reinvenção do espaço museológico, sobretudo no que ao cariz educativo dos mais jovens diz respeito. O espaço-museu passa a ser entendido como um prolongamento social da escola e como mais um instrumento ao serviço da educação devendo o museu abraçar a comunidade e abrir portas para além de “muros”, atuando diretamente como entidade-extra formadora da população.

CI-1.2 Mesa-Redonda de Santiago (Chile - 1972).

Decorridos 14 anos após o Seminário Regional do Rio de Janeiro, tem lugar na cidade de Santiago do Chile, entre 20 e 31 de maio de 1972, no exato período que antecede o golpe de estado chileno do ano seguinte, aquela que ficou internacionalmente conhecida como a Mesa-Redonda de Santiago cuja organização coube, em parceria, ao Conselho Internacional de Museus (ICOM) e à Divisão de Património da UNESCO. Note-se, desde já, que o encontro contou apenas com



Figura 02. Sede da UNCTAD III onde decorreu a Mesa-Redonda de Santiago. (Chile - 1972).

representantes dos países da América Latina e que as línguas oficiais do debate seriam exclusivamente o espanhol e o português. Esse facto deveu-se, atenta a opinião de diversos analistas, às temáticas museológicas debatidas em Santiago dado que a “maioria delas tinha como objetivo o desenvolvimento e o progresso científico dentro dos países latino americanos, levando em consideração o passado colonial comum e as marcas que este processo deixou na cultura e economia das nações”².

Pela análise do relatório final do encontro, elaborado por Héctor Fernández Guido na qualidade de Diretor do Seminário, entende-se que a ideia principal que emerge daquele debate pode resumir-se na criação de um Museu Integral que define, por si só, um novo conceito de intervenção junto do público projetando um novo tipo de “abordagem de exposições em museus em geral, segundo o qual os objetos ou temas das exposições são inseridos do contexto social, económico, cultural e antropológico de suas comunidades de origem”³. Sublinha-se, neste sentido, a intervenção do argentino Dr. Mario Teruggi que sugeriu a criação de um novo tipo de museu, no qual o homem seria mostrado juntamente com o seu ambiente. “Cada exposição, independentemente do tema que abordasse e do museu no qual fosse realizada, deveria vincular o objeto ao ambiente, ao homem, à história, à sociologia e à antropologia” enraizando-se, desta forma, a ideia de um museu que pudesse atuar como instrumento de mudança social, ativo tanto no meio urbano como junto dos habitantes do meio rural. No cômputo geral, o papel das instituições museológicas deveria levar agora em conta a envolvente social das pessoas “(...) servindo como central de trocas e fortalecimento da memória do local e do património material e imaterial, numa tentativa de edificar essas comunidades através da educação, e fazê-las soberanas da sua própria cultura”⁴.

Outra diretriz fundamental que se retira da lição do encontro chileno prende-se com a temática da educação e com a vertente inclusiva dos museus. O relatório final publicado após o debate da Mesa-Redonda de Santiago do Chile também sublinha que

[...] à educação permanente, é importante considerar que as exposições devem ser planeadas de modo que possam ser facilmente compreendidas pelos visitantes menos instruídos e, em particular, por grupos excluídos e analfabetos. É daí que surge a importante necessidade de se incluir educadores na equipa de organização dos museus.

² Transcrição do artigo *online Compreendendo a Mesa-Redonda de Santiago do Chile e o nascimento da nova museologia*, de Sara da Silva Uliana, disponível em: <https://www.cultura.pr.gov.br/Noticia/Compreendendo-Mesa-Redonda-de-Santiago-do-Chile-e-o-nascimento-da-nova-museologia>, acessado em 25/03/2024.

³ Transcrição do relatório final da Mesa-Redonda de Santiago, 1972.

⁴ Transcrição do artigo *online Compreendendo a Mesa-Redonda de Santiago do Chile e o nascimento da nova museologia*, de Sara da Silva Uliana, disponível em: <https://www.cultura.pr.gov.br/Noticia/Compreendendo-Mesa-Redonda-de-Santiago-do-Chile-e-o-nascimento-da-nova-museologia>, acessado em 25/03/2024.

[...] O museu deve ter um impacto técnico e psicológico nos seus visitantes. Ele não deve proporcionar ao visitante apenas um prazer estético, mas estimulá-lo a desenvolver seus potenciais interiores.

Por último, ainda sobre os termos plasmados no documento final de Santiago, importa destacar a especial atenção dada pelos intervenientes ao meio rural e à existência de circunstâncias sociais muito particulares, com propostas que visam aumentar a consciência sobre os problemas enfrentados pelas comunidades naquelas áreas, propondo-se a criação de pequenos museus de interpretação local e de exposições itinerantes vinculadas às tradições e aos costumes locais. Este ponto representa também um avanço considerável relativamente aos padrões da museologia tradicional dado que se procura consciencializar e educar a população através do meio expositivo considerando-se a instituição museal como um novo instrumento amplamente educativo, de cariz social, construído em torno da identidade e das circunstâncias próprias da comunidade não urbana.

Nascia, portanto, na Mesa-Redonda de Santiago de 1972, o conceito de Museu Integral, antecedendo em cerca de 8 anos o conceito final de ecomuseu enunciado por Rivière e Varine-Bohan. No encerramento do encontro ambicionava-se que um novo tipo de estrutura museal, de cariz educativo e de vertente multidisciplinar, pudesse emergir no seio das comunidades locais da América Latina como instrumento natural de integração e envolvimento mas, sobretudo, como engenho singular de atuação educativa na solução dos problemas sociais da população do meio rural (Nascimento Júnior, Trampe e Santos, 2012:11).

CI-1.3 Definição evolutiva final de Ecomuseu (1980).

No seguimento dos encontros do Rio de Janeiro e de Santiago, locais que serviram de palco às importantes conferências de debate em torno das novas abordagens à questão museológica e ao papel dos museus na sociedade, conforme vimos anteriormente, surge a publicação final da *Definição evolutiva de Ecomuseu*, em Paris, no ano de 1980, pela mão de George Henri Rivière que havia sido, curiosamente, o principal organizador do Seminário Regional da UNESCO de 1958. Em parceria com Hughes de Varine-Bohan, museólogo e amigo de longa data, Rivière teria desenvolvido o pensamento transformador da denominada “Nova Museologia”, durante as décadas

de 1960 e 1970, culminando na publicação da definição de ecomuseu cujos 9 pontos passamos a transcrever na íntegra atentos à sua real importância no cimentar de uma nova corrente museal entendendo-se este documento, de 1980, como sendo um marco histórico com efeito *breakthrough* no campo da museologia que ainda hoje perdura:

1. Um ecomuseu é um instrumento concebido, construído e posto em funcionamento por uma autoridade pública em conjunto com a população local. O envolvimento da autoridade faz-se através dos especialistas, serviços e recursos que fornece; o envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagem individual.
2. É um espelho no qual a população local se revê para descobrir a sua própria imagem, na qual procura uma explicação do território ao qual está ligada e das populações que lhe precederam, vistas como circunscritas no tempo ou em termos de continuidade de gerações. É um espelho que a população local mostra aos seus visitantes para que seja melhor entendida e para que a sua indústria, costumes e identidade possam inspirar respeito.
3. É uma expressão de homem e natureza. Situa o homem no seu ambiente natural. Retrata a natureza no seu estado selvagem mas, também, enquanto adaptada pela sociedade tradicional e industrial.
4. É uma expressão do tempo, na medida em que as explicações que oferece recuam até antes do aparecimento do homem, percorrem o curso dos tempos pré-históricos e históricos em que ele viveu e chegam finalmente à situação do homem presente. Também oferece visões de futuro, embora sem pretensões a tomadas de decisão, já que a sua função é muito mais a de informar e analisar de forma crítica.
5. É uma interpretação do espaço – de locais especiais onde parar ou passear.
6. É um laboratório, na medida em que contribui para o estudo do passado e do presente da população visada e do seu ambiente, e promove a formação de especialistas nestas áreas, em cooperação com entidades de investigação externas.
7. É um centro de conservação, na medida em que ajuda a preservar e a desenvolver a herança natural e cultural da população.
8. É uma escola, na medida em que envolve a população no seu trabalho de estudo e proteção e a encoraja a ter uma participação esclarecida na construção do seu próprio futuro.
9. Este laboratório, centro de conservação e escola, baseia-se em princípios comuns. Existem em nome de uma cultura que deve ser entendida no seu sentido mais amplo, e preocupam-se em fomentar a consciência da sua dignidade e as manifestações artísticas, independentemente do estrato da população que lhes deu origem. A sua diversidade é ilimitada uma vez que os seus elementos são tão variados. Esta tríade não é, por conseguinte, fechada sobre si: dá e recebe.

Para além da definição final de Rivière, que vem lançar bases concretas para o modelo de ecomuseu (também designado posteriormente como museu comunitário e museu de território), parece-nos importante sublinhar ainda o grande contributo de Varine-Bohan que, no mesmo período, vem estabelecer uma analogia elucidativa entre o denominado “museu tradicional” e o “ecomuseu”. Para o referido museólogo, o “novo museu” difere do “museu tradicional” em três vértices essenciais: num primeiro momento emerge o realce dado ao território, seja meio ambiente ou local, em vez de se realçar o prédio institucional; num segundo ponto surge a ênfase colocada no património, em vez de ser dada à coleção e, por último, a importância dada à comunidade em oposição face ao enfoque dado aos visitantes nos museus tradicionais (Pereira e Nora, 2014:400).

Deste modo, os novos conceitos desenvolvidos e publicados por Rivière, Varine-Bohan, a par de uma série ampla de outros autores não menos importantes, iriam dar origem nos anos seguintes à designada Nova Museologia, corrente que se afirmaria no panorama global como movimento que sublinhava o desenvolvimento identitário das populações em oposição a uma estrutura museal singular, fechada sobre si própria, de finalidade meramente expositiva sem grandes objetivos educativos passando a direcionar-se, em específico, ao crescimento sociocultural da população que representava a identidade local.

CI-1.4 Declaração de Québec (Canadá - 1984).

No ano de 1984, entre os dias 30 de setembro e 5 de outubro, teve lugar na cidade e província de Québec, no Canadá, o I Atelier Internacional Ecomuseu/Nova Museologia realizado em estreita ligação com o Ecomusée de Haute Beauce fundado naquela cidade portuária do continente americano.



Figura 03. Participantes do I Atelier Internacional Ecomuseu/Nova Museologia. (Canadá - 1984).

Com o objetivo claro de se refletir sobre a ideia de uma museologia pioneira com preocupações de caráter social, entretanto designada como Nova Museologia, seguindo os princípios orientadores estabelecidos na Mesa-Redonda de Santiago e em consonância com os avanços de Rivière e Varine-Bohan, este *atelier* procurava

[...] organizar o que se sentia ser um movimento simultâneo em numerosos países, mas no qual os diferentes intervenientes se encontravam de certa forma isolados entre si e naturalmente mais ainda face aos poderes instituídos. [...] Da ideia vaga de novas formas de museologia (museus comunitários, museus de vizinhança, ecomuseus, etc.), o atelier foi evoluindo para o reconhecimento de um movimento com uma amplitude que não podia mais deixar de ser tomada como uma realidade nova da museologia (Araújo e Bruno, 1995:26).

Para além de sistematizar os princípios gerais da denominada Nova Museologia, procurando integrar diretamente as populações nas ações do museu, sublinhava-se que

[...] o público, nesta perspetiva, deixava de ter um lugar fundamental nestes novos museus para dar lugar à ideia de colaborador, de utilizador ou de criador. [...] A ideia de trabalho coletivo integrava-se nesta atitude introduzindo a ideia de que a exposição museológica era ou deveria ser antes de mais um processo de formação permanente e não mais o objeto de contemplação (Araújo e Bruno, 1995:27).

Outro dos pontos fundamentais extraídos da Declaração de Québec prende-se com a proposta de criação da Federação Internacional da Nova Museologia que seria efetivada em 1985, na cidade de Lisboa, durante a realização do II Atelier Internacional, sob a denominação de Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), sendo que a mesma seria posteriormente reconhecida, até ao presente, como uma organização afiliada do Conselho Internacional de Museus (ICOM) (Duarte, 2013:109).

“Assim se afirmava talvez o que de mais inovador tomava forma que era o reconhecimento do direito à diferença, longe da ideia do “museu mausoléu” de Adorno” (Primo e Moutinho, 2020:25).

Conclui-se, por isso, que a Declaração do Québec exalta e procura clarificar os princípios gerais estabelecidos na Mesa-Redonda de Santiago e que, fundamentalmente, o I Atelier representa uma tomada firme de posição dos museólogos perante a comunidade internacional relativamente a uma nova forma de se fazer a museologia procurando um natural reconhecimento para este processo evolutivo.

Esta mudança de atitudes foi aliás referida por Hugues de Varine no relatório de síntese da XVI Conferência Geral do ICOM: "Das reuniões dos comités internacionais tornou-se claro que existe uma forte corrente voltada para a abertura e para a inovação [...] levando profissionais dos museus a agir de forma não-tradicional e a aceitarem ser influenciados por conceitos multiculturais. A cooperação interdisciplinar que está emergindo no seio do ICOM, as pontes construídas entre várias disciplinas e projetos, e grupos como o MINOM são indicações deste espírito de abertura (Araújo e Bruno, 1995:29).

CI-1.5 Declaração de Oaxtepec (México - 1984).

No mesmo ano de 1984, passados 10 dias após o *terminus* do encontro de Québec decorre, entre os dias 15 e 18 de outubro, o Seminário Território-Património-Comunidade (Ecomuseus) denominado "O Homem e a sua envolvente" na cidade de Oaxtepec, no estado mexicano de Morelos. Organizado pela Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología, o encontro reunia uma série de especialistas locais e convidados internacionais com experiência nas áreas de Ecomuseologia e Nova Museologia com o objetivo de promover o debate em torno da relação direta entre a comunidade, o património de identidade local e a envolvente física natural, vulgo território.

Do debate do México resultou a publicação da *Declaratoria de Oaxtepec* que se assume de grande importância para o cimentar dos conceitos, em constante evolução, da Nova Museologia no que à importância do território dizem respeito uma vez que

[...] define claramente o novo tipo de Museu, adaptado aos novos tempos, assimilando os conceitos de ecomuseologia e da nova museologia e pondo a tónica no desenvolvimento e no equilíbrio ecológico. Aí se afirma: "O museu tradicional produz-se num edifício, com uma coleção e para um público determinado. Trata-se agora de ultrapassar estes princípios substituindo-os por um território, um património integrado e uma comunidade participativa (Cordovil, 1993:25).

A Declaração de Oaxtepec vem considerar, deste modo, indissolúvel a relação entre o território, o património e a sua comunidade, propondo às diversas entidades que

[...] a museologia, seja ela a Nova ou Tradicional, leve o homem a confrontar-se com a realidade por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos. Para tanto é necessário o diálogo e participação comunitária, evitando o monólogo do técnico especialista. [...] Defende a preservação *in situ* e justifica a ideia com o argumento de

que ao retirar o património do seu contexto, modifica-se a ideia original. A defesa da preservação *in situ* deve-se ao facto de se considerar o espaço territorial como área museográfica (Primo, 1999:14).

Este fundamento simboliza, porventura, uma das conclusões mais importantes que se retira daquele encontro que se viria a revelar fundamental, nos anos seguintes, para o avanço prático dos ecomuseus, museus comunitários e museus de território, pela sublinhada importância dada à relação da instituição museu com as tradições sociais que não se podem dissociar da geografia própria de cada local. Se considerarmos o museu como o topo da pirâmide, o mesmo deve definir a linha orientadora de desenvolvimento educativo e social com base nas premissas gerais do seminário: território, património e comunidade.

CI-1.6 Declaração de Caracas (Venezuela - 1992).

Realizado entre os dias 16 de janeiro e 6 de fevereiro de 1992, com o apoio do Conselho Nacional da Cultura (CONAC) e da Fundação do Museu de Belas Artes da Venezuela, o Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios” decorreu na capital venezuelana de Caracas inscrito como encontro oficial no Programa Regular de Cultura da UNESCO.

O seminário de Caracas contou com um grupo ilustre de convidados dos países latino-americanos e com alguns conferencistas internacionais, destacando-se a presença do museólogo francês Hughes de Varine-Bohan que havia dirigido o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) entre 1965 e 1974.

Teriam passado, agora, duas décadas sobre as conclusões da Mesa-Redonda de Santiago, onde na altura e conforme vimos anteriormente, foi lançado o conceito de Museu Integral, entendendo-se o museu como um espaço onde os objetos e os temas das exposições são inseridos a partir do contexto social, económico, cultural e antropológico num acordo pleno entre a instituição e a sua comunidade de origem.

Em Caracas, os participantes procuravam refletir sobre as bases do Museu Integral, lançadas no encontro de 1972, onde o museu seria entendido como protagonista na realização de atividades culturais com a comunidade passando a debater-se o impacto que o conceito criado em Santiago teria tido no desenvolvimento

educativo e social da população através da ação direta dos “novos” museus entretanto criados na América Latina desde o referido ano.

O documento final do evento, publicado em 1992, indica que, apesar da série marcante de acontecimentos políticos, sociais e económicos que ocorreram nos países latino-americanos,

[...] muitas são as realizações da América Latina nestas duas décadas no campo dos museus. Experiências valiosas, administradas pelo Estado, pela sociedade civil e por pessoas particulares que trataram, em numerosos casos, com êxito, de transformar o museu em um organismo vital para a comunidade e no instrumento eficaz para seu desenvolvimento integral.⁵

No encontro venezuelano de 1992, os participantes acabam por definir os temas prioritários da discussão em torno dos seguintes aspetos essenciais: a relação direta entre o museu e a comunicação, património, liderança, gestão e recursos humanos. Através das conclusões obtidas no final do debate, o grupo consegue reformular

[...] o conceito trabalhado na Mesa Redonda de Santiago, o de Museu Integral para o conceito de Museu Integrado na Comunidade. [...] Recomenda a reformulação das políticas de formação de coleções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, tudo isso em função de se estabelecer uma significativa relação com a comunidade. Propõe que o museu assuma a sua responsabilidade como gestor social, através de propostas museológicas que reflitam os interesses da comunidade e utilizem uma linguagem comprometida com a realidade, sendo esta a única forma de transformá-la (Primo, 1999:15).

Hughes de Varine-Bohan viria a considerar a Declaração de Caracas, no Relatório de Síntese da XVI Conferência Geral do ICOM, “(...) como a mais profunda reflexão coletiva sobre museus e museologia dos últimos vinte anos”, indicando que pela natureza e profundidade das temáticas abordadas “estes princípios são claramente reafirmados e considerados como fundamentais para o desenvolvimento da museologia” (Moutinho, 1993:15), como instrumento útil, protagonista do seu tempo, capaz de conseguir assimilar e procurar um desenvolvimento museológico equilibrado e um aumento natural do bem-estar coletivo junto das circunstâncias sociais que caracterizam e refletem as comunidades latino-americanas.

⁵ Transcrição do relatório final da Declaração de Caracas, 1992.

CI-1.7 Declaração da Cidade de Salvador (Brasil - 2007).

Num avanço cronológico de cerca de 15 anos relativamente ao encontro de Caracas, decorre na cidade brasileira de Salvador, cujo centro histórico constitui Património da Humanidade pela UNESCO desde 1985, o I Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado no período compreendido entre 26 e 28 de junho de 2007, sob o tema “Museus como agentes de mudança e desenvolvimento”.

A organização do evento em apreço coube ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (Demu-Iphan), ao Ministério da Cultura (MinC) daquele país e à Associação Brasileira de Museologia (ABM) e constituiu-se, nas palavras de José do Nascimento Júnior, como herdeiro “contemporâneo da Mesa Redonda de Santiago do Chile (...) e também dos aportes teóricos e práticos das denominadas museologia popular, museologia social, ecomuseologia, nova museologia e museologia crítica”⁶.

Analisado o documento final de Salvador entende-se que, para além de se reconhecer todos os avanços das décadas anteriores relativamente à relevância dos valores e dos princípios das novas perspetivas museológicas que evidenciam o papel social e educativo dos museus, o grande objetivo daquele seminário seria o de propor aos governos dos países Ibero-Americanos a adoção de diretrizes e estratégias reais tendo em vista a implementação de políticas públicas sociais no campo dos museus atendendo aos novos ecos de uma museologia intercultural entre os povos.

A Declaração da Cidade de Salvador apresenta uma capacidade única de síntese relativamente aos princípios que caracterizam o fazer contemporâneo da museologia social, procurando

[...] assegurar que os museus sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar o fortalecimento e a manifestação das identidades, a perceção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimentos, a promoção da dignidade humana e oportunidades de lazer.

A instituição museal deve, sobretudo, procurar

⁶ Transcrição da apresentação da Declaração da Cidade de Salvador, 2007.

[...] garantir o direito à memória dos grupos e movimentos sociais e apoiar ações de apropriação social do património e de valorização dos diversos tipos de museus, tais como os museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus locais, museus de resistência e de direitos humanos, e [...] valorizar a vocação dos museus para a comunicação, investigação, documentação e preservação da herança cultural, bem como para o estímulo à criação contemporânea em condições de liberdade e igualdade social.

Estaria aberto o caminho à cooperação e ao diálogo entre os museus inseridos nos países participantes dado que, através da Declaração da Cidade de Salvador, se propunha a “criação do Programa Ibermuseus, como instância de fomento e de articulação de uma política museológica ibero-americana”. O mesmo programa seria aprovado no ano seguinte à Recomendação, em 2008, através da cooperação entre dez países membros: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Portugal, República Dominicana e Uruguai, juntando-se depois Costa Rica e Perú.

O Ibermuseus busca reforçar a relação entre as instituições públicas e privadas e entre os profissionais do setor museal ibero-americano, promovendo a proteção e a gestão do património e a troca de experiências e do conhecimento gerado. Nos últimos 10 anos, o Programa Ibermuseus se transformou em uma das ferramentas mais importantes e ativas para a articulação entre países objetivando o estabelecimento de parâmetros comuns para o setor dos museus e da museologia e a implementação das diretrizes da Declaração da Cidade de Salvador. Suas ações são direcionadas a todos os 22 países da comunidade ibero-americana (Barcelos, 2017:18).

CI-1.8 XII Atelier Internacional do MINOM (Portugal - 2007).

Ainda no ano de 2007, agora na Europa, decorre nas cidades de Lisboa e Setúbal o XII Atelier Internacional do MINOM, entre os dias 26 e 28 de outubro, subordinado ao tema “Museus e Sociedade”. O evento seria organizado pelo contingente português do MINOM e teria o apoio técnico da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e, em termos logísticos, da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta conferência pretendia reunir todas as pessoas interessadas na Sociomuseologia e nas atividades museológicas ligadas à participação ativa dos cidadãos, procurando reflexão e debate em torno das profundas mudanças em curso nas sociedades contemporâneas e no modo como estas se relacionam com os

conceitos gerais da própria Sociomuseologia, com a gestão dos museus e com o exercício profissional dos museólogos.⁷

Dos vários temas que constavam da agenda em debate optamos por destacar, no âmbito do presente estudo, a proposta sujeita à reflexão dos participantes, da autoria do Doutor Mário C. Moutinho, intitulada “Definição evolutiva de Sociomuseologia” onde pode ler-se e compreender que

[...] a Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea. A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida, tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo. A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, do Estudo do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território. A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica. A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade (Primo e Moutinho, 2020:26 e 27).

Entenda-se, portanto, que a Sociomuseologia se assume como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre as demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo. Entre o paradigma do museu ao serviço das coleções e o paradigma do museu ao serviço da sociedade está, no entendimento de diversos autores, o lugar da Sociomuseologia (Moutinho, 2007:44).

CI-1.9 Declaração MINOM Rio (Brasil - 2013).

Durante os dias 8, 9 e 10 de agosto de 2013 desenrola-se na cidade do Rio de Janeiro a XV Conferência Internacional do MINOM, com o apoio do Museu da República, do Museu da Maré, do Museu de Favela, da Associação Brasileira de Museologia e do Conselho Internacional dos Museus (ICOM).

⁷ Retirado do convite para o XII Atelier Internacional do MINOM, 2007, disponível em: <https://nomundodosemuseus.hypotheses.org/567>, acessado em 25/03/2024.

Seguindo a temática proposta pelo próprio ICOM denominada “Museu (Memória + Criatividade) = Mudança Social”, o programa oficial da conferência em apreço sublinhava que tanto o objetivo como o tema escolhido para aquele encontro

[...] não é uma fórmula, é uma provocação, é um desafio ao pensamento. Compreendê-la como fórmula, é desistir de compreendê-la. Trata-se de uma espécie de “poematemática” ou de “põem a temática”, de uma brincadeira, de um gesto lúdico que tem a intenção de dizer que a arte e a ciência dependem da memória e da criatividade e que a força e a potência dos museus podem ser multiplicadas pela articulação e associação entre memória e criatividade, e que tudo isso pode desaguar na transformação social. Sem criatividade a memória fica estagnada, sem memória a criatividade é impossível. A articulação ampla e multiplicadora entre Museu, Memória e Criatividade pode contribuir para a transformação social.⁸



Figura 04. **Visita de campo dos participantes da XV Conferência Internacional do MINOM.** (Brasil - 2013).

⁸ Transcrição do programa da XV Conferência Internacional do MINOM, disponível em: <https://arquivomuseus.arq.br/2013/06/10/xv-conferencia-internacional-do-minom/>, acessado em 25/03/2024.

Neste sentido, torna-se necessário e de grande importância para a investigação corrente não confundir e ao mesmo tempo conseguir entender que

[...] a Sociomuseologia não é uma nova forma de denominar a Nova Museologia, mas antes deve ser compreendida como uma abordagem multidisciplinar do fazer e do pensar da museologia, entendida como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica, tendo por base a interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento. Esta Museologia foi definida no documento final da XV Conferência Internacional do MINOM (Primo e Moutinho, 2020:25).

O referido documento produzido pelos participantes no final do encontro, intitulado Declaração MINOM Rio 2013, procura desde logo, em defesa de uma museologia com intenção de mudança social, política e económica, reafirmar os princípios gerais da Mesa-Redonda de Santiago de 1972 e da Declaração de Québec de 1984, dando relevo à atuação dos museus sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus, dos museus de favela, dos museus de território, dos museus de percurso e dos espaços museais no contexto geral colocando em destaque a compreensão de que a museologia social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu ou espaço, independentemente do seu rótulo ou tipologia. A mesma Declaração recomenda, com base nos princípios de uma museologia sensível e compreensiva, constituída por novas formas de afetividade, a criação de estratégias libertárias diante das diferentes formas de opressão promovendo-se o respeito mútuo, a valorização dos estudos das memórias numa perspetiva libertadora e do respeito pela dignidade humana, o estímulo à pesquisa, produção e difusão desses novos processos museais, respeitando as peculiaridades de cada experiência museal. Reforça-se, também, o carácter democrático do confronto de ideias, do processo de construção de memórias e do respeito pelos diferentes pontos de vista e modos de qualificar e narrar experiências.

Em suma, nos termos da Declaração MINOM Rio 2013, sublinha-se a importância de se conseguir quebrar hierarquias de poder procurando novos protagonistas e novas memórias, conseguindo compreender os museus comunitários como processos políticos, poéticos e pedagógicos em permanente construção e vinculados a visões de um mundo bastante específico, dando relevo, sobretudo, à sua missão social junto da comunidade.

CI-1.10 Conferência Geral da UNESCO - 38ª Sessão (França - 2015).

Na 38ª Sessão da Assembleia Geral da UNESCO, realizada a 17 de novembro de 2015 na cidade de Paris, foi aprovada por unanimidade a "Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade"⁹ que estava em discussão desde o ano de 2014. Depois de uma longa tramitação, contando com a participação de mais de 160 especialistas e de pelo menos 70 Estados Membros, a Recomendação da UNESCO assume-se como um instrumento útil e inovador no campo da museologia, sobretudo a de cariz social.

Importa realçar em particular, dado o âmbito desta investigação, que a mesma Recomendação pode ser vista como uma espécie de culminar do reconhecimento internacional e contemporâneo de um longo processo em que foi despontando, durante décadas, a museologia com preocupações e responsabilidade social vincada, no essencial, para a inclusão e para o processo educativo e cultural das suas comunidades conforme temos vindo a focar (Primo e Moutinho, 2020:27).



Figura 05. Vista geral da 38.ª Sessão da Assembleia Geral da UNESCO. (França - 2015).

O documento da UNESCO aborda fundamentalmente quatro campos de inovação para os museus da atualidade com especial ênfase para o trabalho

⁹ Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152> , acedido em 25/03/2024.

museológico onde devem afirmar-se a Globalização, a Economia e a Qualidade de Vida, a Função Social e a Inclusão das Tecnologias de Informação. No caso específico que nos interessa agora focar, relativamente à

[...] Função Social do Museu, para além de reconhecer que os museus devem estar conectados com os problemas dos locais onde atuam, realça a sua relevância nas comunidades para alcançar a inclusão social e a integração da diversidade cultural. São lugares de encontro, construtores de cidadania e de integração social, sejam eles de género, de grupos minoritários. Em linha com várias declarações da UNESCO dá relevância à necessidade de os museus assegurarem a diversidade de expressões culturais de todos, tendo uma particular atenção aos povos indígenas e aos mais desfavorecidos (Pereira Leite, 2016).

Neste sentido, pode ler-se na Recomendação, no que toca em específico ao campo da Função Social, que

[...] os Estados-membros são encorajados a apoiar a função social dos museus, conforme destacado pela Declaração de Santiago do Chile de 1972. [...] Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de género. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis.

Na mesma temática, segundo o conceituado museólogo brasileiro Mário Chagas, coordenador das áreas de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), podemos de certa forma compreender e concluir que

[...] a Recomendação dialoga com temas que estão no centro da atuação de um número cada vez maior de museus, em todos os continentes, que se reconhecem como atores do desenvolvimento, da inclusão social, da igualdade de género, do respeito pelas diversidades, assumindo plenamente princípios e valores já inscritos na Declaração de Santiago do Chile, de 1972, que a própria Recomendação invoca de pleno direito. Trata-se de um documento que convoca, orienta, recomenda e encoraja à ação. Por isso mesmo [...] esta Recomendação da UNESCO representa uma orientação essencial no sentido de garantir, ampliar e subsidiar novas reflexões e práticas de Museologia Social e Sociomuseologia que expressam os desafios do mundo contemporâneo (Chagas, 2017:165).

CI-1.11 Declaração de Córdoba (Argentina - 2017).

De regresso ao continente sul-americano, decorre na cidade de Córdoba a XVIII Conferência Internacional do MINOM, entre os dias 9 e 14 de outubro de 2017, no Museo Provincial Superior de Bellas Artes Evita, em solo argentino.

O tema central desta conferência, designado “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada”, propõe uma aproximação antropológica ao património, desviando o olhar do objeto para centrar-se nos sujeitos e nas relações sociais, culturais, simbólicas, políticas e económicas que propiciam a materialidade e a imaterialidade. O debate de 2017 estaria centrado em torno dos desígnios do Novo Museu através da análise às ações patrimoniais e às experiências educativas em espaços de privação de liberdade e, também, em torno das questões de género.



Figura 06. Participantes da XVIII Conferência Internacional do MINOM. (Argentina - 2017).

Assim, a importante Declaração de Córdoba¹⁰ considera, em primeiro lugar e nos exatos termos da temática do seminário, que

[...] a museologia que não serve para a vida, não serve para nada. A museologia que praticamos envolve afetos, fraternidade, reciprocidade, amor, alegria e poesia.

¹⁰ Disponível em: <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/declaracion-de-cordoba/> ,
acedido em 25/03/2024.

Guardarmos no corpo todas as memórias. A memória, para todos nós, constitui uma forma deliberada de resistência [...] a memória é, ao mesmo tempo, a afirmação dos valores humanos, da dignidade e da coesão social, colocando-se como ação propositiva de ocupação do presente e invenção de futuros. O museu é um lugar de encontro que pode contribuir para uma cultura de paz com voz e sem medo.

Outro dos aspetos que merece destaque nas considerações desta Declaração prende-se com a luta ética contra o modelo hegemónico de cultura referindo-se que

[...] os museus são espaços potentes para enfrentar o racismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, a xenofobia, a aporofobia, o machismo e o sexismo. Todas as práticas museológicas implicam compromisso ético que deve contemplar a participação das comunidades nas decisões que envolvem o uso, a exposição, a interpretação e o destino dos seus bens e manifestações culturais.

Deste modo, sublinhando-se desde já que o teor desta Declaração serve de grande inspiração ao desenvolvimento da dissertação corrente, foi proposto em Córdoba pelos participantes do seminário a promoção de

[...] políticas públicas de descentralização em museus e espaços culturais públicos que concentram recursos e influências com o objetivo de que possam abrir portas para experiências de autogestão no âmbito da Museologia Social focada no território, em articulação com os coletivos comunitários pré-existentes. Propor cooperação, mobilização coletiva e parcerias entre museus, visando a redistribuição e circulação de recursos, saberes e experiências. Conhecer e transformar as práticas museológicas vigentes nas instituições com e a partir dos recursos disponibilizados pela Museologia Social. Desenvolver programas que levem os museus para fora de seus muros e convidem as comunidades a conviver com os patrimónios que os habitam. Gerar exposições que contemplem a tomada de decisões conjuntas entre museus, comunidades e coletivos sociais em todas as suas etapas (proposta conceitual, construção narrativa, proposta museográfica, montagem e proposta pedagógica).

Em suma, torna-se necessário reafirmar a importante proposta de criação de uma política pública de cooperação entre instituições museológicas, num sistema de funcionamento em rede, com programas que permitam a circulação de coleções e de exposições itinerantes com o objetivo claro de promoção do desenvolvimento comunitário através da preservação de memórias locais, que devem resultar na conceção de espaços homogéneos de linguagem inclusiva focados, em específico, no desenvolvimento educativo e cultural da comunidade e do público em geral.

CI-2. Públicos (Portugal – Censos 2021).

Atendendo a que a dissertação corrente se desenvolve através da aplicação adaptada a um estudo de caso dos princípios gerais da Sociomuseologia e da Museologia Social numa parte muito própria do território insular, em específico na cidade de Ponta Delgada localizada na ilha de São Miguel nos Açores, importa em primeiro lugar obter um breve retrato do país em termos sociológicos focando, posteriormente, tanto o quadro social, educativo e cultural do arquipélago e do concelho em foco.

Assim, de acordo com o último estudo de recenseamento demográfico da população, denominado Censos 2021¹¹, Portugal conta com uma população residente de aproximadamente 10.343.066 habitantes difundidos pelo território continental e pelas regiões autónomas insulares. Em termos percentuais, reporta-se que 95,3% dos cidadãos residem no continente português, 2,4% na Madeira e 2,3% nos Açores. Nota-se, também, um decréscimo populacional global de cerca de 2,1% da população portuguesa face à década anterior, se compararmos diretamente os dados de 2021 com os mesmos obtidos no recenseamento demográfico do ano de 2011.

Outro aspeto importante a reter prende-se com o facto de 63,7% da população ser constituída por cidadãos em idade ativa, no intervalo dos 15 aos 64 anos, e com os restantes 23,4% em idade idosa, com 65 ou mais anos, e apenas 12,9% da população em idade jovem, com menos de 15 anos. Os números apresentados apontam para um quadro geral de envelhecimento dos portugueses que se justifica, em primazia, pelo aumento da esperança média de vida, dos números elevados da emigração jovem e das sucessivas quebras na natalidade¹².

Relativamente aos dados dos diferentes níveis de escolaridade que constituem a educação formal, os números apresentados nos Censos 2021 são ligeiramente animadores se comparados com as décadas anteriores. Ainda assim, reporta-se uma taxa geral de analfabetismo em indivíduos com 10 ou mais anos de idade de 3,1%, com especial incidência para a área do Alentejo com 5,4%. Verifica-se, no entanto, um decréscimo de 2,1% desta taxa se comparada com os dados de 2011, ainda longe dos números incríveis apresentados pela Estónia e pela Letónia onde a mesma taxa é de 0,2%. Neste aspeto, importa ainda destacar que o nível de escolaridade da população

¹¹ Disponível em: <https://www.pordata.pt/censos/> , acedido em 25/03/2024.

¹² Informação obtida em: <https://www.publico.pt/2023/02/22/sociedade/noticia/populacao-portugal-envelhecer-ue-revela-eurostat-2039817> , acedido em 25/03/2024.

aumentou de forma significativa em Portugal, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós-secundário. Os Censos 2021 revelam que as pessoas com ensino superior representam 19,8% e a população com ensino secundário e pós-secundário progrediu de 16,7% (2011) para 24,7% (2021).

Destaca-se, pela negativa, a Região Autónoma dos Açores onde, segundo os Censos de 2021, 63,3% dos residentes não possuem ensino secundário, médio e superior e apenas 14,7% dos açorianos concluíram o ensino superior. Para além da educação, agora em termos sociais, os Açores registam a maior e mais preocupante taxa de risco de pobreza do país, que se regista na ordem dos 26,2%, longe dos 17,0% da média nacional¹³ (valores atualizados pelo INE a 27 de novembro de 2023).

Não obstante, importa sublinhar que os Açores apesar de terem perdido 4,1% da população residente nos últimos 10 anos, praticamente o dobro da média nacional, mantêm-se como a região mais jovem do país com uma média de idade da população residente na ordem dos 41,7 anos. O concelho de Ribeira Grande, a título de exemplo, regista o valor mais baixo de todo o território nacional, com uma média de idade de 37,2 anos na sua comunidade local. Note-se, também, que o mesmo arquipélago apresenta o índice de envelhecimento populacional mais baixo de Portugal, contabilizando 113,2 idosos por cada 100 jovens, quando a média nacional regista um número de 182 idosos por cada 100 jovens.

Os Açores apresentam, por último, o índice de sustentabilidade potencial mais elevado do país, ou seja, por cada 100 idosos existem 416,1 pessoas em idade ativa, num sinal claro de crescimento social e humano desta região insular face às décadas anteriores. Neste sentido, os dados disponíveis levam-nos a concluir que esta se apresenta como uma das regiões do país onde, perante os elevados índices de pobreza registados, importa investir sem hesitação na educação, nos instrumentos da cultura e nas atividades lúdicas e desportivas dos mais jovens, atendendo ao enorme potencial de crescimento económico, social e cultural do arquipélago.

¹³ Informação obtida em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=ine_destaques&destaquesdest_boui=594931817&destaquesmodo=2,
acedido em 25/03/2024.

CI-2.1 Práticas Culturais.

No ano de 2022, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) publicava, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, um amplo estudo sobre a diversidade dos hábitos e das práticas culturais dos portugueses¹⁴ cujo inquérito, que decorreu entre os dias 12 de setembro e 28 de dezembro de 2020, serve de referência primordial à investigação que no presente se procura cimentar.

O referido estudo reúne informação socialmente relevante e estatisticamente representativa da população residente em Portugal onde também se incluem as regiões autónomas, em cidadãos com 15 ou mais anos de idade selecionados de forma aleatória dentro de cada localidade e residência. O resultado do inquérito e as suas conclusões surgem com o objetivo de transmitir às instituições culturais, em primeiro lugar, uma grelha de leitura sobre os seus públicos, atuais e futuros, pretendendo contribuir para a produção de políticas públicas inovadoras na área da cultura e, ao mesmo tempo, traduzir a história recente do país no que ao campo cultural diz respeito, sublinhando pontos fortes e fraquezas, as suas vantagens comparativas, mas também evocar o desequilíbrio educativo, económico e geográfico de Portugal.

Outro dos objetivos do estudo em apreço é o de trazer novos dados para o importante debate acerca do acesso generalizado de todos à cultura e às artes, no processo ambicionado de “democracia cultural”. Conforme refere Miguel Magalhães, na qualidade de Diretor do Programa Gulbenkian Cultura desde 2021,

[...] os públicos da cultura contemporâneos podem ser, por vezes simultaneamente, artistas e criadores, produtores, distribuidores, consumidores ou cidadãos ativistas. Será que nesta entusiasmante perturbação no sistema que nas últimas décadas enquadró o setor cultural se revela o início de uma verdadeira democracia da cultura ou, pelo contrário, estamos perante uma expressão de uma desigualdade socioeconómica e territorial crescente? É a cultura um fator de desigualdade e exclusão? (Pais, Magalhães e Antunes, 2022:1).

À pertinência desta questão, tendo por base as ideias e os conceitos enunciados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, pretendemos responder e desenvolver no subcapítulo seguinte onde abordaremos as temáticas de “ponte cultural” e de “barreira

¹⁴ Disponível em: <https://gulbenkian.pt/noticias/inquerito-as-praticas-culturais-dos-portugueses/> , aceso em 25/03/2024.

invisível” focando também alguns aspetos relacionados com “violência simbólica” e com as diferenças de conceito entre democratização e democracia cultural.

Assim, o inquérito realizado acerca dos hábitos e das práticas culturais dos portugueses incidiu em específico sobre os seguintes domínios: consumos culturais através da internet, da televisão e da rádio; práticas de leitura em formato impresso e digital; frequência de bibliotecas, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte; idas ao cinema, concertos e espetáculos ao vivo, incluindo festivais e festas locais; participação artística e capitais culturais.

Para além de contemplar uma série de contextos e circunstâncias em que se realizaram as práticas culturais, acima descritas, o estudo também permitiu reunir indicadores sobre as motivações e os obstáculos que despertam ou não os portugueses para o exercício de práticas culturais nucleares. Estes indicadores devem garantir o ajuste de estratégias de captação e fidelização de públicos e funcionar como um impulso à ação, quer através da mobilização da rede de agentes culturais como também potenciando a revisão e a criação de programas que sublinhem políticas devidamente adaptadas nas áreas sociais da educação e da cultura.

Atendendo ao âmbito de estudo desta investigação, que procura obter nos fundamentos da Sociomuseologia e na corrente prática da Museologia Social uma resposta formal para um fenómeno público específico, sabendo-se de antemão que o mesmo incide sobre a temática da educação e da cultura na classe mais jovem da população, procuramos obter e interpretar em particular os resultados do inquérito desenvolvido pelo ICS-UL relativamente aos hábitos e às práticas da população portuguesa no que toca à frequência social de museus e galerias de arte.

Neste sentido, reportando-se o inquérito ao espaço temporal de 12 meses que antecede o início da pandemia e do confinamento da população associado à difusão do vírus SARS-CoV-2, o estudo indica que, das 2000 pessoas inquiridas, 28% frequentaram museus (principalmente os de história e de arte, seguindo-se os museus de ciência, as casas-museu, os museus multidisciplinares e de etnografia) e que apenas 11% visitaram galerias de arte, em termos de amostra global. Considerando a última visita presencial aos referidos espaços, constata-se que 70% dos visitantes detinham escolaridade superior e que com o 3º ciclo de estudos concluído, equivalente ao 9.º ano de escolaridade, seriam apenas 11% das pessoas.

No âmbito das conclusões deste inquérito, parece-nos importante salientar que [...] o padrão de idas dos portugueses aos museus e outros espaços patrimoniais decresce com a idade. Quase metade dos que têm entre 15 e 24 anos figuram entre os visitantes. Nos segmentos dos 25 aos 54 anos, a percentagem situa-se entre 40% e 42%, decresce nos grupos dos 55-64 anos (32%) e dos 65 e mais anos (18%) (Martinho, 2022:206).

Sublinha-se, ainda, que

[...] de entre os motivos que levaram os inquiridos a visitar museus [...] e galerias de arte destaca-se a importância histórica do espaço, assinalada por 40%. Para além desta motivação de natureza identitária, sobressaem ainda motivações de natureza sociabilística e estética: 33% visitaram esses espaços culturais pelo convívio com outras pessoas e 31% pela beleza do espaço e das obras expostas. A sociabilidade associada a estas visitas ressalta ao constatar-se que apenas 4% as realizam sozinhos: 65% vão com familiares, 27% com namorado/a ou amigos e 8% com um grupo de escola (Pais *et al*, 2022:8).

Se observarmos os motivos que estão na origem de um distanciamento tão afirmativo dos portugueses relativamente a estes espaços de cultura, verifica-se que as razões evocadas se prendem com a falta de tempo, para 39% das pessoas, 38% com a falta de interesse ou preferência por outro tipo de atividade e 21% acabam por sublinhar o elevado preço dos bilhetes no acesso aos monumentos e museus.

É entre os inquiridos com mais baixas qualificações académicas (50%) ou de classe socioprofissional modesta – como acontece com 50% dos operários e 43% dos trabalhadores de serviços – que mais se alega a falta de interesse ou preferência por outras atividades como razão de escusa para a visita destes espaços patrimoniais (Pais *et al*, 2022:8).

Outra das conclusões gerais do processo de inquérito, refere que o poder de atração dos festivais e das festas locais é praticamente transversal a todo o território continental e insular. Verifica-se, por exemplo, que a maior distinção cultural ocorre

[...] no acesso a espetáculos eruditos, francamente preferidos por inquiridos com rendimentos elevados, grandes empresários, profissionais liberais, profissionais socioculturais e gestores. Em contrapartida, as festas locais atraem quem tem habilitações escolares mais reduzidas, tendo uma forte implantação na Região Autónoma dos Açores. As mais frequentadas são as festas tradicionais populares (49%), as festas religiosas (40%) e as de gastronomia (11%) (Pais *et al*, 2022:9).

Quando se apura a relação entre as práticas culturais e as regiões onde vivem os inquiridos salta à vista que relativamente às regiões autónomas dos Açores e da Madeira as práticas culturais referidas pelos inquiridos estão abaixo, nalguns casos muito abaixo ([...] visitas a Museus ou Monumentos da Região Autónoma dos Açores) da média nacional (Antunes, 2022:355).

Relativamente ao campo de obtenção de capitais culturais como fator determinante para a formação de públicos, apontando-se em primazia a infância e a adolescência dos inquiridos, 61% refere a escola como a instituição que mais se empenhou na realização de visitas a museus, exposições, e demais expressões de cultura. As deslocações em contexto familiar foram referidas por 40% e as combinadas com amigos por 34% das pessoas. Constata-se, pela análise desenvolvida, que

[...] há uma nítida correspondência entre as pessoas que dizem ter tido práticas em novos e as que as têm atualmente. Quanto maior a percentagem dos que responderam que na sua infância e juventude foram a bibliotecas, exposições, museus, etc., maior é a dos que dizem que atualmente leem livros, visitam museus, etc. Simplificando, quanto mais frequentes as idas em novos, maior a percentagem das idas em adultos. Isto não quer dizer que haja uma relação de causalidade entre as práticas na infância e na juventude e as em adulto, mas tão-só que aumenta a probabilidade de em adulto se ter certas práticas se as tiveram na infância e na juventude (Antunes, 2022:370-71).

É também importante perceber que tipo de canais de comunicação fornecem e fomentam o interesse pelas áreas nucleares da cultura nas diferentes gerações, verificando-se pela análise aos resultados do inquérito que

[...] as principais fontes de informação da população portuguesa sobre a oferta cultural são as recomendações pessoais (40%), a televisão (35%) e as redes sociais (23%); outros canais como informação local, internet, rádio, anúncios, cartazes e jornais ficam num patamar inferior de consulta (entre 10% e 15%). Embora a recomendação pessoal tenha uma maior influência em geral, idade e nível de escolaridade operam uma diferenciação importante entre meios de comunicação: entre a população mais jovem e escolarizada, as redes sociais superam a televisão como fonte de informação (Pais *et al*, 2022:45).

Os autores do estudo em apreço concluem de forma clara e bastante sucinta que os dados do inquérito realizado revelam significativas desigualdades sociais no acesso à cultura, em função do perfil sociográfico dos inquiridos. Ainda assim, num dado importante para o desenvolvimento da presente investigação, sublinha-se que

[...] a crescente escolarização dos jovens, registada nas últimas décadas, poderá também ampliar os horizontes de participação cultural quando se equaciona o futuro. [...] Espera-se que o impulso dado pela Fundação Calouste Gulbenkian à realização deste Inquérito permita o que até agora tem sido apenas viável em alguns domínios setoriais da cultura: uma avaliação, fundamentada na análise de indicadores culturais ao longo do tempo, das políticas de democratização da cultura no esbatimento das desigualdades de acesso à mesma (Pais *et al*, 2022:10).

CI-2.2 Pontes Culturais e Barreiras Invisíveis.

Para além do retrato contemporâneo dos hábitos e das práticas culturais dos portugueses, extraído no subcapítulo anterior da análise pontual a um conjunto de dados estatísticos e sociodemográficos que nos levaram a compreender algumas das características que permitem, ou não, o acesso democrático de todos à cultura, parece-nos pertinente abordar também as questões relacionadas com os conceitos presentes de “ponte cultural” e de “barreira invisível”, acerca da mesma temática, com o objetivo natural de se poder alargar o âmbito da investigação corrente e de procurar outros caminhos que permitam firmar uma resposta eficaz relativamente à problemática do desenvolvimento funcional de uma museologia de cariz educativo e social, dirigida em particular para a classe mais jovem da população.



Figura 07. Ilustração gráfica representativa de “ponte cultural”. (HDS Foundation).

No mais puro significado da palavra, uma ponte representa uma estrutura física ou imaginária que tem como principal objetivo permitir o atravessamento de uma qualquer entidade entre dois pontos que se encontram separados. Na sua verdadeira essência uma ponte representa ligação, comunicação, união e contacto, numa lógica de continuidade e de coesão entre dois extremos ou dois organismos distintos.

Segundo Donna Walker-Kuhne, autora da obra *Invitation to the Arts: Building Bridges to Arts, Culture and Community*, uma “ponte cultural” é um processo de construção social que procura materializar e fomentar a ligação entre os espaços da cultura e a comunidade local independentemente do *background* de cada cidadão. O referido processo deve, na fase que antecede a implementação prática de uma estratégia cultural efetiva, dar resposta às seguintes questões:

Quem é o público? Quem vive na comunidade? Qual é a sua história, onde trabalham, como passam o seu tempo e onde? Se esperamos que as pessoas apoiem, apreciem e aprendam com as artes, temos de criar um ambiente que seja afetuoso, aberto e relacionado com a singularidade das suas experiências culturais (Walker-Kuhne, 2005:XIII).

A mesma autora norte-americana refere ainda que

[...] as artes são o único veículo puro que temos na sociedade atual que atravessa as barreiras culturais e étnicas e permite que as pessoas transcendam as suas diferenças. Hoje em dia, mais do que nunca, a necessidade de clarificar mal-entendidos, apagar conflitos sociais e celebrar a diversidade é claramente evidente (Walker-Kuhne, 2005:XIV).

Ainda sobre a questão de “ponte cultural” que, conforme vimos, surge como forma de preencher o vazio social existente entre a cultura e a comunidade através de uma ação direta e específica desenvolvida por museólogos, curadores e demais especialistas afetos ao campo cultural, emerge também o *cliché* dos “novos” públicos, designação muito comum nos dias de hoje que pretende denominar a ambição de recrutar e formação de mais pessoas para a frequência e o envolvimento direto em experiências culturais, onde também se enquadra a visitação de museus e respetivas ações de formação educativa e comunitária.

Através de um breve e muito pragmático artigo de reflexão sobre “novos públicos”, Maria Vlachou, museóloga e gestora cultural, refere no seu *blog* que

[...] em muitos casos “novos” significa sobretudo “mais”. Mais dos mesmos. Um esforço de trazer mais pessoas às nossas exposições, aos nossos espetáculos, às nossas atividades, pessoas essas, no entanto, cujo perfil sociodemográfico não foge muito ao habitual. Porque se quiséssemos que fugisse, o trabalho que teríamos que desenvolver não se traduziria simplesmente num reforço da publicidade/promoção da nossa oferta, mas num trabalho conjunto e concertado em várias frentes. [...] O alargamento de públicos existentes é uma das vertentes do nosso trabalho. “Novos” neste caso significaria “mais”; mais pessoas entre aquelas que manifestam uma pré-disposição para o “consumo” cultural, mas que muitas vezes se mantêm longe por razões práticas: falta de informação, problemas no acesso/estacionamento, horário/dias de abertura, presença de crianças pequenas na família, etc. Questões que se relacionam com o estilo de vida, as quais precisamos de entender melhor, de forma a procurarmos dar respostas, facilitando a vinda e participação dos interessados. Trata-se, na verdade, de eliminar barreiras práticas. “Novos”, no entanto, pode e deve também significar “diferentes”. Uma outra vertente do nosso trabalho deveria ser a diversificação de públicos, o esforço de chegar àquelas pessoas cujo perfil sociodemográfico e hábitos de participação cultural (ou a falta deles) as mantêm afastadas dos nossos espaços. Neste caso, as barreiras não são de natureza prática, mas, sim, barreiras mentais e psicológicas, resultado da falta de experiências, conhecimento e práticas prévias.¹⁵

Neste sentido, no seguimento das ideias veiculadas pela autora Maria Vlachou, procuramos alargar o campo de pesquisa e estudar também a importância existencial, ou não, de “barreiras invisíveis”, quer na abertura como no acesso generalizado de todos à cultura, barreiras essas que não se prendem com meras questões de acessibilidade física universal de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios e aos espaços da arte, mas sim com a “presença” de uma série de obstáculos ocultos de contornos psicológicos e sociais que funcionam muitas vezes como entrave à inclusão democrática e que acabam por limitar a frequência da oferta cultural a um público diversificado prejudicando o envolvimento generalizado da sociedade nos diversos instrumentos de divulgação cultural com naturais repercussões na qualidade de vida e sobretudo no crescimento educativo das populações.

Na perspetiva de Pierre Bourdieu, conceituado filósofo e sociólogo francês, “a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções, compelindo

¹⁵ Disponível em: <https://musiconculture-pt.blogspot.com/2011/02/por-falar-em-novos-publicos.html> , acedido em 25/03/2024.

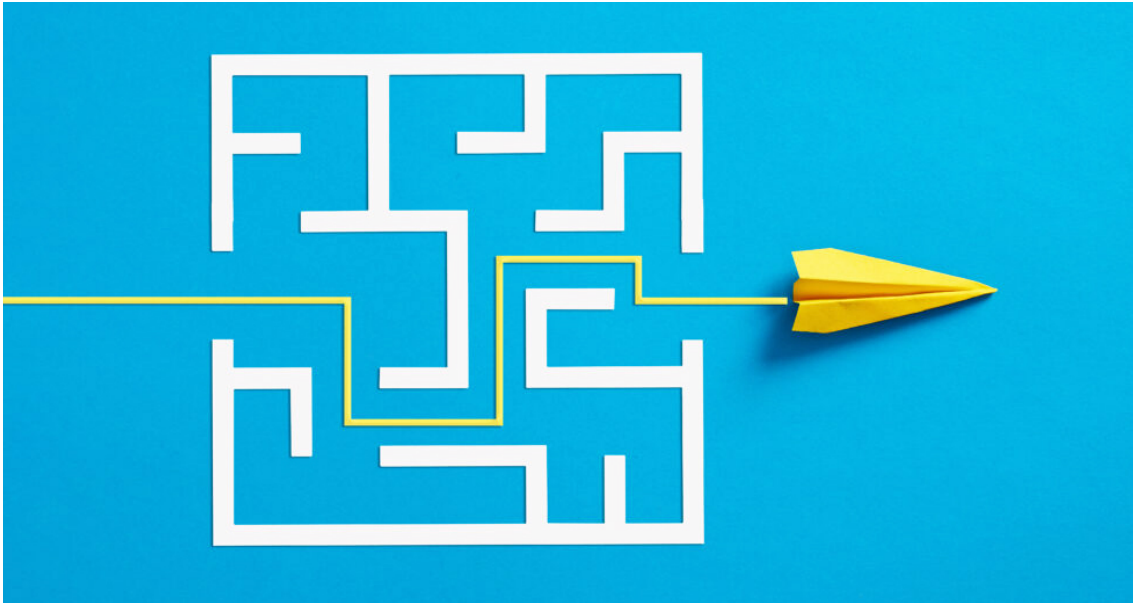


Figura 08. Ilustração gráfica representativa de “barreiras invisíveis”. (créditos: Cagkan Sayin).

todas as culturas a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (Souza e Fenili, 2016:877), numa clara alusão à forma como a própria cultura contribui para a separação da estrutura social das comunidades entendendo-se que, para Bourdieu, a cultura é vista como mais um instrumento de poder entre classes e que, deste modo, a cultura dominante contribui para a integração da classe dominante ao passo que desmobiliza as classes dominadas, legitimando as distinções sociais entre os povos. Para o mesmo autor, o capital cultural ligado à cultura que se adquire serve, principalmente, para distinguir a origem social de cada pessoa. O capital da cultura erudita, ou da cultura das diferentes classes sociais, serve como meio de distinção para o indivíduo ser classificado perante a sociedade onde se insere (Cordeiro, Friede e Miranda, 2018:35).

Se tivermos também em linha de consideração o conceito de violência simbólica, igualmente enunciado por Bourdieu como terminologia que serve para elucidar a relação de dominação social de contornos psicológicos (ausente de coerção ou força física) que ocorre de forma subtil entre as pessoas e os grupos que constituem o meio social (Cordeiro *et al*, 2018:36), compreendemos que por uma série de fatores “invisíveis” existem de facto barreiras que perpetuam a desigualdade e a injustiça social no acesso de todos à educação e à cultura.

Violência que, ao ser bem-sucedida, enquanto trabalho dissimulado de imposição de um arbitrário cultural, pode gerar, para além do sofrimento da vergonha cultural ou dos esforços titânicos embora discretos da boa vontade cultural, amplas recompensas de reconhecimento social e de dignificação ontológica e cognitiva em cenários de interação entre prestigiados e prestigiantes (Lopes, 2005:48).

A violência simbólica está, portanto, intimamente relacionada com as barreiras invisíveis presentes nos valores intrínsecos da sociedade moderna e constrói-se através de um sistema de significados, de normas sociais e de representações culturais que limitam as oportunidades e reforçam as desigualdades entre as pessoas. Por exemplo, a forma como se utilizam determinados padrões estéticos, o recurso a narrativas culturais densas ou a representação distorcida da identidade humana num determinado período histórico, podem caracterizar-se como formas de violência simbólica silenciosa pretendendo, quase sempre, a seleção social e a manutenção de estruturas de poder dominantes em detrimento de outras. A ideia preconcebida de que as instituições culturais são apenas espaços destinados à “elite social” representa por si só um fator inicial de exclusão simbólica e constitui uma enorme preocupação e desafio entre os que pretendem quebrar preconceitos, criar e recriar conteúdos, potenciar novas formas de comunicação, na ínfima busca pela democracia cultural (diferente de democratização cultural)¹⁶ do sistema de acesso, devidamente adaptado ao capital próprio das pessoas e às necessidades específicas de cada comunidade e de cada território.

Num processo de continuidade importa, por isso, compreender que “não raras vezes, democratização e democracia cultural surgem como sinónimos quando, na

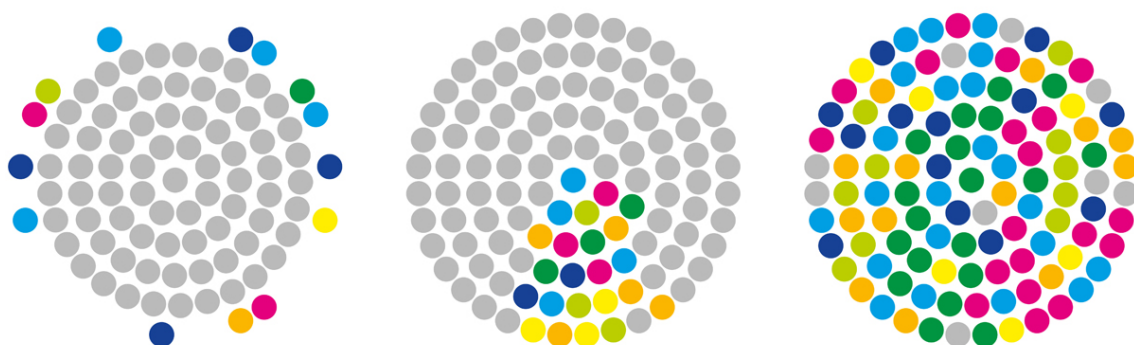


Figura 09. Ilustração gráfica representativa de exclusão e inclusão social. (DSC Consultants).

¹⁶ Para uma melhor compreensão entre a diferença dos conceitos de Democracia Cultural e de Democratização Cultural poderá consultar-se o artigo do Doutor João Teixeira Lopes disponível em: <http://revistaold.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/121/90> , acedido em 25/03/2024.

verdade, apresentam perspectivas díspares e, em certo sentido, até opostas, de política cultural” (Lopes, 2009:3). Num enquadramento de abordagem histórica, podemos afirmar que em traços muito gerais a democratização cultural nasce com o objetivo de preencher o vazio existente, identificado como lacuna social, entre o espaço da cultura erudita dos mais favorecidos e, no campo inverso, da classe popular. A ideia, que surge em França na forma de projeto político a partir de 1959, estabelece-se como movimento público que pretendia tornar acessível a toda a sociedade as obras de arte consideradas relevantes pelo Estado através da abertura de *casas de cultura* um pouco por todo o território. “Como pano de fundo surge, evidentemente, uma ideologia fortíssima da Nação, consubstanciada na estatização da política cultural” (Lopes, 2009:2), focada no controlo social das classes baixas através da manipulação dos conteúdos escolhidos que, de forma direta e indireta, resultariam na natural manutenção e ascensão dos poderes sociais e políticos até então adquiridos, de forma transversal, sem qualquer preocupação para com as especificidades próprias de cada comunidade.

No sentido da presente investigação, importa sublinhar que a política pública de democratização cultural começa por ser refutada, também em França em 1966, a partir

[...] da obra pioneira de Bourdieu, Darbel e Schnapper, *L'Amour de l'art* [...] torna-se possível compreender o falhanço prático e real da democratização cultural: as barreiras à entrada da alta cultura derivam “não tanto de um défice de meios financeiros, nem mesmo, por vezes, de conhecimentos, mas, antes de tudo, da falta de à-vontade e de familiaridade, a consciência difusa de «não estar no seu lugar», que se manifesta nas posturas do corpo, na aparência indumentária, na maneira de falar ou de se deslocar (Lopes, 2009:5).

No seguimento da mesma temática, no sentido exatamente oposto,

A democracia cultural implanta-se, paulatinamente, nos escombros do descrédito das políticas de democratização cultural que pouco mais conseguiram do que a salvaguarda do Grande Património e, em alguns melhores casos, a proliferação de equipamentos culturais unidimensionais. De facto, os observatórios e a sucessão de estudos mostram a irrelevância do alargamento social de públicos, bem como a cristalização das hierarquias sociais e simbólicas no acesso e fruição culturais. [...] Em norma, este ponto de vista elabora-se a partir do elogio das comunidades e da persistência de uma concepção essencialista do «povo», associados a novas lógicas de desenvolvimento, profundamente críticas das versões funcionalistas e tecnocráticas, valorizando, pelo contrário, os factores endógenos e a pequena escala (*small is beautiful*) (Lopes, 2009:5).

Podemos, portanto, entender a democracia cultural do presente como um modelo de gestão social que enquadra as relações entre as instituições e os diversos agentes dos sectores cultural, educativo e os públicos, evocando o desejo de uma participação mais ativa e um reconhecimento das práticas culturais dos diferentes grupos sociais, assente em “novos modelos de governação centrados nas pessoas: para, com e pelas pessoas, assumindo que todos são agentes culturais igualmente relevantes para o sistema” (Brighenti, 2021:11).

Ambicionando-se, portanto, uma maior participação ativa dos cidadãos europeus na construção da sociedade é publicada no ano de 2021 a *Carta do Porto Santo*, como documento promovido pelo Plano Nacional das Artes, que pretende funcionar como um guião na orientação de políticas, de discursos e das práticas educativas e culturais na União Europeia. O documento em apreço

[...] propõe um mapa orientador de princípios e de recomendações para aplicar e desenvolver um paradigma de democracia cultural na Europa, dirigindo-se a decisores políticos europeus, de todos os níveis (autoridades europeias, governos nacionais, regionais e locais), às organizações e instituições culturais e educativas e aos cidadãos europeus, para que se responsabilizem pelo horizonte cultural comum. [...] O modelo de democracia cultural ambicionado deve criar “estruturas descentralizadas e plurais, que corrijam iliteracias e desigualdades no acesso à informação em diferentes áreas do conhecimento – científica, humanista, artística, ambiental [...] um paradigma que enquadra a relação entre instituições, o sector cultural e o público, postulando o desejo de uma participação mais ativa e comprometida assimilando as práticas culturais de grupos sociais diferentes, preservando práticas culturais próprias e recriando modos de estar e de interpretar o mundo, de forma inovadora e integradora, que promovam o sentido de pertença e o bem-estar social (Brighenti, 2021:2 a 4).

Para João Teixeira Lopes, conceituado sociólogo português cujo trabalho tem sido amplamente estudado e sublinhado no decurso da presente investigação,

[...] o Museu é doravante interpelado pelas práticas: dos profissionais que criam e são criados pelos museus; pelos públicos e pela sua receção, tendencialmente reinterpretativa e transformadora, em particular quando o seu sistema de referências não se deixa passivamente moldar por qualquer forma preexistente; do crescente cruzamento entre arte, cultura, economia e vida quotidiana; [...] pelo próprio estatuto de artista, cada vez mais contaminado pelas convenções e regras que regem os mundos da arte, mas também por figuras híbridas como o curador, o programador ou diretor artístico, que recuperam alguns dos traços encantatórios da aura autoral [...] O Museu é, antes de mais, uma instância de mediação: entre objetos e pessoas; entre

profissionais e públicos; entre criadores e modos de circulação e apropriação das suas obras; entre os poderes oficiais e as visões contra-hegemónicas, entre modelos organizacionais e lógicas vivenciais e mundanas (Lopes, 2014:93).

Note-se que, a relação entre a formação dos públicos e o espaço-museu deve assentar numa estratégia com critérios bem definidos, com políticas museológicas que devem valorizar a participação através da manifestação de criatividade própria. A *Carta do Porto Santo*, reitera também que para a prosperidade da democracia

[...] os estudantes precisam cada vez mais de usufruir de uma educação crítica e democrática. Quando afirma que a educação é o laboratório da democracia, a Carta propõe uma pedagogia da democracia que encoraje o maior envolvimento dos jovens na construção da sociedade, onde as cidadanias políticas e culturais se fundem para a projeção de futuros sustentáveis [...] Esta Carta recomenda que as instituições culturais, como os museus, convidem os jovens para participar e para decidir. Entendendo-se que a convivência e a colaboração ajudarão a articular linguagens e a valorizar competências, opiniões, crenças, prioridades... A troca será profícua para ambas as partes e pode realmente dar esperança e construir caminho no sentido de preparar as próximas décadas. Os museus que o fizerem de forma humilde, aberta e verdadeiramente interessada, vão liderar (Brighenti, 2021:9).

A dissertação corrente, estruturada a partir dos princípios gerais de Sociomuseologia e de Museologia Social, procura contribuir e funcionar também como um exercício participativo de democracia cultural, atendendo a que a solução que pretendemos desenvolver e apresentar no decurso desta investigação deve, antes de mais, sublinhar um modelo de construção social inovador, focado num território muito próprio, onde se articula o efeito de convergência diária com a formação direta de novos públicos, de certa forma inusitados, através de uma proposta que contenha uma componente programática forte, de proximidade, vocacionada para as necessidades educativas e culturais da população jovem, que deve emergir do quotidiano da comunidade como se de um “íman” se tratasse, vocacionada para acolher, despertar, estimular, transmitir e fomentar a participação sociocultural de todos.

Prosseguindo em torno da problemática das “barreiras invisíveis”, parece-nos indispensável sublinhar por último as jornadas de reflexão e participação ativa *Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural* promovidas pela associação cultural Acesso Cultura com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, no ano de 2017, que se estendeu a todas as Comunidades Intermunicipais do país (21) e às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, excluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e do

Porto onde a referida associação tem uma presença permanente. O principal objetivo destas jornadas era o de consciencializar e também formar os agentes culturais para uma visão global daquilo que constitui “acesso” onde se abordaram as questões das barreiras físicas, intelectuais e sociais como temas centrais do debate.

Ainda antes de focarmos algum do desenvolvimento e as conclusões da referida jornada, importa compreender as diferenças conceituais entre cada uma das três barreiras que contribuem, do ponto de vista e nos exatos termos da Acesso Cultura¹⁷, para a fragmentação de públicos no acesso aos espaços culturais e que, desde logo, constituem um enorme entrave à inclusão das pessoas:

Barreiras físicas são os obstáculos naturais ou artificiais (estruturais) que impedem a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano de pessoas com mobilidade condicionada;

Barreiras intelectuais são as barreiras que impedem ou dificultam a participação cultural de pessoas que: têm baixa literacia; não possuem conhecimento técnico e/ou científico especializado; têm deficiências ou incapacidades sensoriais – por exemplo, pessoas com deficiência visual, pessoas surdas, pessoas com deficiência intelectual, pessoas neurodivergentes; pessoas cuja primeira língua não é o português; entre outras;

Barreiras sociais são um conjunto de situações sociais que possam constituir motivo de dificuldade no acesso à participação cultural. Por exemplo: nível de escolaridade, iliteracia, desemprego, proveniência étnico-racial, deficiência motora, isolamento social, isolamento geográfico, escassez de oferta cultural na zona onde uma pessoa reside, baixos rendimentos, cumprimento de pena judicial, entre outros.

Assim, participaram nas jornadas de promoção da reflexão sobre as barreiras à participação cultural 477 profissionais da cultura, distribuídos através de 23 reuniões que decorreram pontualmente no território continental e insular entre os dias 15 de março e 27 de novembro do ano de 2017. Em termos de metodologia, realizaram-se dois inquéritos juntos dos participantes, antes e depois de cada jornada de debate, com o intuito de se avaliar até que ponto os objetivos propostos teriam sido cumpridos.

Das conclusões gerais do encontro, verifica-se que a maioria dos participantes que responderam ao inquérito afirmou que as jornadas contribuíram para ganhar uma visão mais alargada sobre o “acesso”, uma outra consciência, referindo-se em específico aos novos conhecimentos adquiridos e à motivação para fazer mudanças e

¹⁷ Disponível em: <https://acessocultura.org/quem-somos/missao-visao-valores-definicoes/> , acedido em 25/03/2024.

implementar certas ideias nos seus serviços e, ainda, ao facto de terem adquirido um olhar mais crítico sobre o que constitui acesso e participação cultural. Para além da questão das barreiras que incidiam diretamente sobre a temática da reflexão, foram ainda sublinhadas por um elevado número de profissionais das áreas da cultura outro tipo de limitadores à sua própria ação enquanto técnicos, quer derivados à falta de conhecimento, visão e prioridade da parte das chefias que tutelam cada instituição, como pelas grandes dificuldades de financiamento e de recursos humanos preparados para trabalhar nas questões da inclusão. Vários participantes realçaram ainda o facto de as jornadas terem sido realizadas fora dos grandes (e habituais) centros urbanos, num contexto pragmático e muito positivo de descentralização.

CI-3. Desporto.

Prosseguindo na linha de pensamento de Maria Vlachou, atual Diretora Executiva da Acesso Cultura, expressa no final de 2023 na Revista Líder através do artigo intitulado *Repto: O poder da imaginação e da criatividade*¹⁸,

Cultura não são as artes. Cultura é a forma como vivemos juntos, em sociedade; a forma como nos cumprimentamos, cuidamos uns dos outros, construímos “comunidade”. Perante realidades que nos são apresentadas como inevitabilidades e que nos fazem sentir impotentes, as artes vêm alimentar a nossa imaginação, treinar o nosso pensamento crítico, permitem-nos visualizar várias possibilidades e descobrir a nossa própria criatividade e poder na construção de uma cultura mais humana.

Neste sentido, assumindo um pensamento crítico que possa sublinhar a originalidade e a criatividade como fatores essenciais para o desenvolvimento da presente dissertação, procuramos incorporar no trabalho de investigação a enorme dimensão social do desporto e toda uma amplitude comunitária que aqui se associa, acentuada de forma natural nas camadas mais jovens da população, numa área que desempenha desde sempre um papel preponderante do ponto de vista ético que não se pode, em nossa opinião, dissociar dos valores primários da cultura, sobretudo ao nível da educação, da inclusão e de uma tão vasta e transversal participação social. O desporto, para além de estimular o desenvolvimento físico dos atletas e demais

¹⁸ Disponível em: <https://lidermagazine.sapo.pt/repto-o-poder-da-imaginacao-e-da-criatividade-maria-vlachou/>, acedido em 25/03/2024.

praticantes, surge como disciplina humana que detém a capacidade de abraçar uma série de princípios educativos potenciando valores morais de conduta pessoal e coletiva, que se assumem como aspetos preponderantes na formação e no crescimento social da comunidade enquanto um todo. Entendendo-se a cultura como um elemento agregador capaz de potenciar inúmeras dinâmicas sociais, parece-nos clara a importância de se incluir os verdadeiros valores do desporto na missão educativa da cultura, quer de forma indireta como também numa relação de simbiose perfeita.

Esta é, portanto, a verdadeira essência deste trabalho de investigação: procurar desenvolver uma relação íntima de cooperação direta e de proximidade entre os diversos campos da cultura e do desporto em busca de uma solução inovadora que potencie a saúde e a educação, a formação e o desenvolvimento coletivo dos mais jovens através dos princípios de cooperação social e de cidadania ativa.

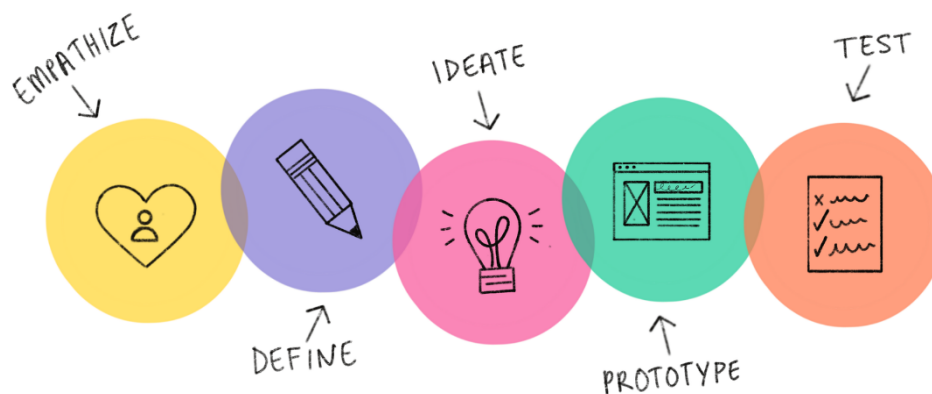


Figura 10. Diagrama funcional representativo do processo de *design thinking*. (Pinterest).

CI-3.1. Os valores da competição desportiva e a mobilização social.

Abrangendo o desporto, no sentido lato da palavra, um conjunto amplo de atividades físicas praticadas de forma individual ou coletiva pela população na forma de competição, recreação, passatempo ou lazer, procuramos cingir o foco da presente investigação no tipo de atividade desportiva que mais se destaca e se pratica no nosso país. O intuito, é o de poder desenvolver e apresentar uma solução pragmática de cooperação, entre cultura e desporto, através de uma estrutura que sustente capacidade de envolver e relacionar o maior número de praticantes de uma determinada

comunidade, em idade jovem, em torno da componente formativa direcionada em específico para a participação plural em atividades educativas, culturais e desportivas.

Segundo os dados de 2023, publicados pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF), relacionados com o estilo de vida dos portugueses disponíveis no artigo *Quais são os tipos de desporto mais populares em Portugal?*¹⁹, o futebol ocupa um lugar de grande destaque no panorama do desporto nacional, europeu e mundial, constituindo-se por isso, sem surpresa, como o desporto mais popular e mais praticado em todo o planeta. Em Portugal, onde reside o foco desta investigação, registam-se mais de 200.000 mil praticantes de futebol federados, podendo somar-se outros quantos milhões de praticantes não registados, de simples adeptos ou meros entusiastas do “desporto-rei”. O artigo em apreço aponta, em termos de *ranking*, o futsal como a segunda modalidade mais praticada, seguida do futebol de praia, do atletismo, do basquetebol e do andebol como outros desportos que também apresentam uma boa expressão entre os praticantes nacionais.

Neste sentido, por uma forte capacidade de mobilização social e atendendo à frequência regular dos praticantes do desporto de competição em oposição a uma prática esporádica dos entusiastas do desporto lúdico, destacamos a importância dos valores éticos do futebol de formação jovem, afetos em primeira instância aos escalões infanto-juvenis, cuja referida formação deve ser entendida como uma ferramenta multicultural decisiva no inculcar de valores básicos de educação, na formação humana contínua, na inclusão social generalizada onde se posicionam as questões atuais de tolerância étnica, religiosa, sexual e de género. Funcionando como uma verdadeira escola, o futebol de formação infanto-juvenil procura “construir” seres humanos inculcando nas crianças valores primários de solidariedade, igualdade, amizade, entreajuda, companheirismo e respeito entre os ainda jovens atletas.

De acordo com António Marques²⁰, a linguagem do corpo é o instrumento de comunicação privilegiado pela criança. Todos os que viveram a infância, sem limites, sem constrangimentos, o compreendem. O desporto é uma das manifestações mais interessantes e representativas da cultura do corpo. Por isso tem um grande significado para nós e um interesse particular para os mais jovens. Para o mesmo autor, o grande desafio social e educativo do desporto infanto-juvenil passa pela criação de um modelo de competição pensado à medida dos interesses, expectativas e necessidades da

¹⁹ Disponível em: <https://portugalstore.fpf.pt/pt/editorial/tipos-de-desporto-mais-populares> , acessado em 25/03/2024.

²⁰ Professor Catedrático na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

criança, de se conseguir alavancar um quadro competitivo que não corresponda apenas à sua vontade de manifestar capacidades, mas que seja sobretudo compatível com as suas aptidões e competências potenciado, deste modo, a educação e a formação dos mais jovens de forma descomplexada (Marques, 2004:262).

Outro dos pontos fundamentais que está diretamente associado ao futebol de formação, e que importa reter, prende-se com a enorme capacidade de mobilização humana deste desporto, transversal a todas as classes sociais e faixas etárias da população. Numa perspetiva de socialização, o futebol infanto-juvenil consegue como nenhuma outra atividade promover o encontro e a amizade, o debate e a partilha de experiências através do diálogo, aproximando e unindo a comunidade em torno de um interesse comum reconhecendo-se, portanto, a diversidade sociocultural através da inclusão e do respeito pelas diferenças. Neste preciso contexto,

[...] trata-se de manter a heterogeneidade e a equidade cultural. Os estilos de vida (familiar, escolar e social) assentes no desporto e na atividade física parecem estar a contribuir para uma abertura e até rutura com o padronizado. As sociedades são cada vez mais multiculturais, o que exige uma nova postura quanto ao respeito pelas várias identidades culturais. Seria bom que os políticos, técnicos e dirigentes se apercebessem desta necessidade e se envolvessem em estratégias de desenvolvimento desportivo democráticas e abrangentes – que respondessem melhor à trilogia - *Cultura, desporto e socialização, agora mais globalizada e multicultural* (Cunha, 2017:164).



Figura 11. **Diagrama funcional representativo de fluxo e de convergência social.** (créditos: urfingus).

Capítulo II.

CII.2 Escolaridade, cultura e desporto infanto-juvenil.

No seguimento das temáticas e dos conceitos abordados no primeiro capítulo, o trabalho procura agora desenvolver-se em torno de um caso particular sobre o qual irá incidir o estudo específico, consignado aos Açores, mais precisamente ao concelho de Ponta Delgada na maior ilha do arquipélago. A investigação procura analisar, numa primeira fase, alguns dados disponíveis acerca dos índices de educação escolar neste concelho, avançando posteriormente para a análise da estratégia cultural da cidade e, por último, procuramos observar e promover um estudo de caso sobre a situação presente no âmbito geral do desporto infanto-juvenil, tanto no contexto geral da ilha de São Miguel, como depois em específico na cidade de Ponta Delgada.

Procuramos, deste modo, continuar a sublinhar a importância social da relação tripartida entre a educação, a cultura e o desporto, tanto como ponto fundamental de crescimento humano dos mais jovens como na construção de valores futuros que potenciem comunidades mais sociáveis, inclusivas e tolerantes, estruturadas a partir dos valores da memória local e afetas às especificidades das tradições muito próprias do território insular açoriano.

CII-2.1 Índices de escolaridade no concelho de Ponta Delgada.

O concelho de Ponta Delgada, constituído por um conjunto de 24 freguesias, ocupa parte substancial da ilha oriental de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, e assume-se como o maior município deste arquipélago insular com cerca de 67.229 residentes de acordo com os dados publicados nos Censos de 2021.

Neste concelho, que se implanta numa posição geográfica privilegiada relativamente à sua relação direta com o mar e com a natureza num misto de urbanidade central envolta por deslumbrantes paisagens naturais inseridas no meio rural adjacente, encontram-se os principais serviços de ilha afetos à saúde, educação e transportes, tanto nos setores terrestre, marítimo e aéreo. A cidade tem prosperado na última

década, em termos económicos, face aos números galopantes do turismo nacional e estrangeiro acompanhado de algum investimento externo afeto sobretudo às áreas do turismo, do comércio e dos serviços.

Assim, acerca do quadro geral da população, verifica-se que 70,7% dos residentes do concelho pertencem à faixa etária dos 15 aos 64 anos, os idosos com 65 ou mais anos ocupam 15,0% do estudo e 14,3% são jovens entre os 0 e os 14 anos de idade. Relativamente aos dados da década anterior, do ano de 2011, conclui-se que Ponta Delgada sofreu um decréscimo de cerca de 2.799 pessoas em idade jovem e teve um aumento de aproximadamente 2.302 pessoas em idade idosa, num sinal claro de envelhecimento da população residente que acompanha, de resto, a tendência do restante território insular e continental.

Relativamente aos valores da escolaridade, a recolha obtida em 2021 indica que um total de 1.522 pessoas são analfabetas, equivalendo este registo a 2,3% da população atual do concelho. Embora possa não parecer, os números apresentados são animadores uma vez que se regista um decréscimo de 28,8% de população analfabeta em relação à amostra de 2011. Ainda assim, entende-se que há um longo caminho a percorrer no que à escolarização mínima da população diz respeito.

Em termos globais, relativos à escolaridade concluída, o concelho de Ponta Delgada apresenta um total de 17,3% da população residente com o 4º ano de escolaridade; 14,3% com o 6º ano; 20,2% com o 9º ano; 22,7% com o 12º ano; 1,5% com o ensino médio e 19,3% com o ensino superior, considerando-se para o efeito as faixas etárias com 15 e mais anos de idade. Em termos comparativos face à década anterior, regista-se um aumento significativo das pessoas que concluíram o 12º ano, o ensino médio e superior no concelho de Ponta Delgada. Por outro lado, se observarmos os dados da média nacional do país, conclui-se que o mesmo concelho apenas apresenta melhores resultados ao nível do número de população que concluiu o 6º ano (+ 4,7%), o 9º ano (+2,4%) e o ensino médio (+0,3%), estando nos restantes patamares de escolarização ligeiramente abaixo dos valores médios do país.

Por último, relativamente ao parque escolar do concelho de Ponta Delgada, os Censos 2021 registaram um total de 44 edifícios afetos a estabelecimentos de ensino pré-escolar, 36 do 1º ciclo do ensino básico, 7 do 2º ciclo do ensino básico, igualmente 7 do 3º ciclo do ensino básico, 11 edifícios do ensino secundário e 5 afetos ao ensino superior, não havendo qualquer referência às escolas de formação profissional. Em relação a este tema, não se nota grande evolução face aos números apresentados em

2011 uma vez que as intervenções nos edifícios têm passado pela reabilitação e ampliação do edificado existente seguindo a cidade, também aqui, a tendência nacional.

CII-2.2 Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030.

Os cunhos históricos e patrimoniais das freguesias centrais da cidade, de cariz assumidamente urbano, têm vindo a dar sinais de crescimento acentuado no decurso das últimas décadas identificando-se uma série de operações de reabilitação urbana e de reconversão urbanística na cidade potenciadas pela forte componente de animação turística e cultural que têm representado o principal foco e o motor de desenvolvimento presente de Ponta Delgada. A cidade procura adaptar-se a uma nova realidade perpetuando a coesão e a memória do seu território em busca de um crescimento saudável sustentado nos valores da educação e da cultura. Para isso, é fundamental o desenvolvimento e a execução de uma estratégia criativa que tenha capacidade de abraçar a comunidade e que consiga transmitir valor social, quer ao nível do crescimento educativo como do desenvolvimento humano da população residente.

Neste sentido, promovida pela Câmara Municipal de Ponta Delgada (CMPD) em 2021, foi publicada a *Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030 – Só amamos o que conhecemos*²¹ num processo que coincidiu com a preparação da candidatura da mesma cidade a Capital Europeia da Cultura atribuída, entretanto, à cidade de Évora.

Como resultado de um processo intenso de cruzamento multidisciplinar, a Estratégia Cultural em apreço, conforme pode ler-se no sumário da mesma publicação,

[...] fundamenta-se num mapeamento aturado e num diagnóstico do ecossistema cultural e criativo local, elencando desafios e oportunidades, a partir dos quais se propõe uma visão de futuro alicerçada em eixos estratégicos que agregam programas de intervenção, a implementar faseadamente de acordo com subciclos.

Interessa-nos, agora, perceber de que modo a referida estratégia vai de encontro, ou não, à investigação que temos vindo a desenvolver nas áreas da educação museal, da cultura e da memória e também dos efeitos de mobilização social e do potencial humano afeto à prática do desporto infanto-juvenil nesta comunidade.

²¹ Disponível em: https://www.azores2027.eu/media/finder_public/a8/f7/a8f7f843-3a23-45cc-a57a-bb41f10e2c0a/estrategia_pt.pdf , acedido em 25/03/2024.

Deste modo, o *Plano de Ação* elaborado para a estratégia cultural da cidade passa pelo desenvolvimento de quatro eixos fundamentais, com objetivos próprios, que englobam um conjunto de ações direcionadas ao crescimento cultural e educativo da população. O mesmo Plano, que surge como resultado de um processo de pesquisa e auscultação dos intervenientes locais, procura maximizar as oportunidades de desenvolvimento de projetos criativos no concelho de Ponta Delgada.

Assim, o primeiro eixo de ação previsto, denominado *Sentido de Lugar*, assume uma grande importância para a presente investigação uma vez que aborda a problemática das assimetrias territoriais e da mobilidade, não só do ponto de vista físico, mas sobretudo cultural. Este primeiro eixo procura

[...] lançar infraestruturas que apoiem uma territorialização dos equipamentos de criação e exibição no concelho. Quer-se provocar o transbordar das práticas culturais para as praças, jardins e trilhos e disseminar suportes para a interpretação da paisagem e do património.

No seguimento da mesma ideia, destacamos a intenção prevista no plano de se “estabelecer um funcionamento efetivo em rede dos equipamentos culturais assegurando resposta ao longo de toda a cadeia de valor da cultura, abrangendo o concelho e testando modelos de gestão partilhada”. Para que isso possa efetivamente acontecer, propõe-se a criação de equipamentos culturais de proximidade que não mais são do que “equipamentos disseminados nos diversos povoados preparados para acolher propostas em circulação”. Sublinha-se, ainda, a proposta de uma cultura ambulante, itinerária, através do recurso a “(...) espaços inusuais e criação de dispositivos ambulantes de cinema, teatro, exposição, leitura... que facilitem um contacto quotidiano com a criação cultural (...) retirando partido das experiências bem-sucedidas de ocupação dos jardins históricos”.

Por último, o primeiro eixo aborda ainda a questão da valorização da cultura rural e da sua relação com a envolvente urbana. Como meio de ação, o plano sugere a

[...] elaboração participada de um retrato plural, multifacetado da ruralidade e da sua projeção no futuro, recorrendo à produção literária, fotográfica e audiovisual, contando com as propostas lançadas pela geração mais jovem. Concretiza-se em formatos como exposições itinerantes e catálogos.

Em suma, entende-se que a questão em torno da descentralização de equipamentos, da portabilidade de meios culturais, da ocupação pontual de espaços

verdes e a especial atenção dada à comunidade jovem do meio rural, sublinham muito do valor criativo deste *Plano de Ação* já que representam, no seu conjunto, uma série de caminhos práticos que podem servir de base à concretização de uma proposta efetiva de cariz comunitário, que se pretende inovadora e pragmática, como forma de culminar este trabalho de investigação académica.

Relativamente ao segundo dos quatro eixos, intitulado *Setor Cultural e Criativo*, o Plano procura agora sublinhar a importância da cultura e da criatividade como fontes essenciais de contributo no processo de inovação e na transferência de conhecimento que representa a base essencial de desenvolvimento económico de qualquer território. A grande questão prende-se com a necessidade de profissionalização dos agentes da cultura para que se possa, posteriormente, por em prática uma estratégia consertada para a fixação de criativos integrando o “potencial singular de relação entre as artes e as ciências naturais, possibilitando a reinterpretação do património herdado e fomentando a imensa força criativa dos agentes locais”.

Para além da profissionalização técnica, este eixo de desenvolvimento toca ainda na questão do empreendedorismo criativo, onde entre as várias ações elencadas se prevê a “criação de uma bolsa de espaços disponíveis em todo o concelho para atividades oficiais na área da cultura e criatividade”.

Outra das áreas que desperta interesse neste segundo eixo de desenvolvimento relaciona-se com a questão dos “novos” públicos e na promoção de acessibilidades sem barreiras, num tema que consideramos importante e que já foi desenvolvido no primeiro capítulo da presente redação. Assim, o *Plano de Ação* aponta para a criação de um

[...] programa de articulação de iniciativas de mediação de públicos e serviços educativos, ampliando as oportunidades de treino da experiência sensível e estética, do olhar crítico, da expressão criativa, da desmultiplicação de perspetivas. Trabalho continuado de desenvolvimento de novos públicos, particularmente entre as comunidades vulneráveis e os não públicos, promovendo a coesão social.

O terceiro eixo de ação, denominado *Cidadania Cultural*, procura ancorar a prática cultural num contexto de proximidade onde se inserem, por exemplo, as escolas, associações locais e organizações de cariz religioso, como lugares de partida para se propor e expor expressões criativas. O objetivo deste eixo relaciona-se com o poder da cultura na abertura de possibilidades de mobilidade social e direciona-se em específico ao público jovem mais exposto a vulnerabilidades sociais, “nomeadamente fenómenos

de pobreza, crianças e jovens em risco de abandono escolar e exclusão social, desigualdades de género e discriminação étnica”.

Deste modo, o referido eixo procura em primeiro lugar “incrementar o número e variedade de experiências de contacto e de proposição de manifestações criativas pelas comunidades escolares”, envolvendo assim todo o tecido associativo em movimentos coletivos de deslocação entre lugares comuns de produção cultural. Pode dizer-se, em nossa opinião, que o grande objetivo deste ponto é o de incentivar a aprendizagem vocacional junto dos mais novos visando a formação de públicos do futuro através da identificação precoce e da ampliação do talento artístico jovem.

Por último, surge o *Arquipélago Global* que identifica o quarto eixo de ação e que se debate com a problemática da coesão territorial e as fronteiras

[...] entre público e privado, entre freguesias, municípios e Região, entre centralidades e margens, entre espiritualidade e criação, entre tradição e rutura. Pela sua pertinência, este eixo reclama um espaço próprio, mas relaciona-se de forma transversal com todos os restantes.

Este é, desde logo, um importante tópico de desenvolvimento e foco da nossa investigação atendendo ao conjunto de propostas do *Plano de Ação* que visa fortalecer a colaboração entre instituições públicas, associações e demais agentes dos domínios culturais, através da criação de uma rede verdadeiramente ativa e agregadora. O documento em apreço aponta para um caminho conjunto capaz de impulsionar a coesão do arquipélago e da cidade através da mobilização conjunta de recursos e de experiências. Esta ação deve dirigir-se em específico ao fortalecimento das redes existentes onde se incluem os museus, teatros, bibliotecas, galerias, cineclubes e, ainda, os pequenos núcleos etnográficos dispersos pelo território, em prol da total cooperação na gestão de instrumentos e no potenciar dos valores da cultura.

Não obstante a riqueza e o elevado valor intelectual e criativo da *Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030* denota-se neste Plano a total omissão face ao potencial intrínseco à relação tripartida entre cultura, desporto e socialização. Esta relação tem sido, desde a primeira hora, o ponto âncora deste trabalho com o objetivo claro de se propor algo verdadeiramente inovador. Importa, sobretudo, estreitar relações sociais e, através da “ponte” do desporto jovem, conseguir criar uma estrutura agregadora afeta à prática cultural de proximidade distribuída através de um espaço amplo, de partilha, aberto a toda uma comunidade, sem barreiras físicas, intelectuais e sociais.

CII-2.3 Desporto infanto-juvenil: estudo de caso.

Com o desenrolar do trabalho de investigação, torna-se necessário promover um estudo específico, baseado na análise de dados estatísticos, que possa agora incidir sobre a situação corrente no âmbito do desporto infanto-juvenil, tanto alargado numa primeira fase ao contexto geral da ilha de São Miguel como, posteriormente e em particular, focado apenas na cidade e concelho de Ponta Delgada. O objetivo maior deste estudo deve passar pela identificação de fluxos sociais (públicos) que estão diretamente associados à prática do futebol de formação e que podem contribuir de forma decisiva para o emergir de uma solução edificada, de cariz comunitário, que se pretende desenvolver e apresentar no último capítulo da dissertação.

Como já antes referimos, importa começar por compreender a origem e a dimensão dos fluxos de pessoas que se encontram, diariamente, afetos ao desporto jovem, neste caso ao futebol infanto-juvenil. Interessa-nos conseguir compreender a intensa capacidade de mobilização social associada a esta atividade desportiva dada a importância que estes mesmos fluxos podem representar do ponto de vista educativo, procurando-se uma janela de oportunidade social efetiva para se criar uma estrutura material de proximidade, capaz de potenciar o crescimento dos mais jovens e, ao mesmo tempo, de estabelecer uma relação de simbiose perfeita entre os instrumentos da cultura e do desporto, interligada com os hábitos quotidianos da comunidade local da cidade. No fundo, de uma forma pragmática mas consciente, deve entender-se que

[...] é à volta do futebol que encontramos as maiores legiões de fãs portugueses. Queremos chegar até a eles, sensibilizando-os para a importância da cultura. Esta é a nossa grande oportunidade. [...] destacaremos a tão necessária convivência pacífica entre adeptos, bem como o espírito de superação de limites que é partilhado pela cultura e pelo desporto.²²

Neste sentido, atendendo à enorme dimensão do futebol de formação jovem que se divide por faixas etárias, a análise de caso recai em específico sobre a categoria de benjamins onde se incluem as equipas mistas dos escalões de (sub-10) e (sub-11), com praticantes de ambos os sexos cujas idades variam entre os 9 e os 11 anos de idade (pré-adolescência), salvo meras exceções de aptidão desportiva extraordinária onde

²² Transcrito do *Bid Book de Seleção* da candidatura vencedora da cidade de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027, p. 104, disponível para consulta em: https://www.evora2027.com/fileadmin/Evora_2027_v.3.0/bidbook/E27_Bidbook_2022_AF5-2_PT_04_12_.pdf, acedido em 25/03/2024.

também podem ser inseridos no quadro competitivo crianças de idades inferiores oriundos da categoria de traquinas ou mesmo de petizes. A categoria de benjamins representa, portanto, o primeiro escalão de formação oficial afeto à competição infanto-juvenil e representa um ponto de partida importante para as crianças que passam da atividade desportiva lúdica para o futebol de competição, onde se promovem e se procuram transmitir um role substancial de valores éticos e morais associados a outro nível de compromisso pessoal e de responsabilidade social, conforme explanamos no capítulo anterior relativamente aos valores do desporto.

Como ponto de partida, iremos começar por abordar o âmbito geral do quadro desportivo e competitivo associado à categoria de benjamins em apreço, procurando desenvolver um levantamento completo ao nível competitivo na ilha de São Miguel, tanto relativo aos clubes e respetivo número de participantes inscritos nas épocas desportivas de 2022-23 e 2023-24, circunscrito em exclusivo aos dois escalões de benjamins e, ainda, numa fase posterior, em relação às estruturas desportivas que se encontram afetas à referida modalidade. Deste modo, procuramos obter um quadro circunstancial estatístico do presente com o objetivo construtivo de elevação deste desporto e da sua enorme componente social no concelho e cidade de Ponta Delgada.

CII-2.3.1 Benjamins: quadro desportivo e competitivo.

A época desportiva da categoria de benjamins, onde se incluem as equipas mistas dos escalões etários de (sub-10) e (sub-11), tem início nas primeiras semanas de setembro e desenrola-se até ao final do mês de junho do ano seguinte. Alguns clubes organizam, no decurso do mês de julho, escolinhas de verão abertas a todos os praticantes, incluindo os não federados, como forma de socialização, de manutenção da atividade física ou da natural ocupação de tempos livres em tempo de férias escolares. Por norma, no mês de arranque, que coincide com a abertura do ano letivo escolar, desenrolam-se as atividades de pré-época com uma série de treinos semanais (duas a três vezes por semana), jogos amigáveis entre os clubes locais e, ainda, através da participação em minitorneios organizados por um determinado clube ou entidade pública que promove o encontro e seleciona os clubes convidados.

Os minitorneios de pré-época desenrolam-se ao fim-de-semana e têm como objetivo primordial promover a atividade física das crianças, a amizade entre os atletas

e a partilha social entre os intervenientes, familiares, amigos e todos os adeptos do futebol de formação. Por observação direta adquirida através de alguns anos de participação efetiva em encontros do género, na qualidade de encarregado de educação, pode dizer-se de forma objetiva que estes são eventos comunitários de grande dimensão, transversais a todas as classes da população e bastante inclusivos do ponto de vista do convívio saudável e da partilha de experiências. A enorme vertente comunitária destes encontros materializa-se através do diálogo concreto em torno de uma circunstância social comum. O futebol manifesta-se, de forma natural, como o tema central de partilha, imerso entre outros assuntos que se relacionam diretamente com questões do quotidiano social das pessoas e que passa, muitas vezes, pelo debate acerca da situação política e económica do país e da Região, da educação e situação escolar das crianças e relativamente à forma como os mesmos ocupam os seus tempos livres e desenvolvem as suas atividades e tarefas diárias.



Figura 12. Equipas de (sub-10) e (sub-13) da EFBA e do SC Praiense, Figueiras CUP23. (créditos: CMPD).

Dos vários minitorneios que se realizam durante a pré-época na ilha de São Miguel, afetos também aos escalões de benjamins, podemos destacar e sublinhar o Torneio Serrotes Cup organizado pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, o Torneio Balaia Cup organizado pelo Clube Desportivo de Vila Franca, do mesmo

concelho, o Torneio Águia Clube Desportivo organizado pelo clube da freguesia de Arrifes e o Torneio de Pré-Época CDSA organizado pelo clube da freguesia de Santo António, estes últimos sediados no concelho de Ponta Delgada.

Relativamente ao quadro competitivo adotado na ilha de São Miguel, afeto aos escalões de (sub-10) e (sub-11), cuja organização pertence à Associação de Futebol de Ponta Delgada (AFPD) como entidade oficial da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), o modelo envolve todos os clubes e atletas inscritos e desenvolve-se em duas competições distintas apesar de ambas apresentarem uma estrutura competitiva idêntica. Numa primeira fase, após sorteio, as equipas são distribuídas aleatoriamente em grupos de quatro, fazendo 3 jogos em casa e 3 no terreno do adversário para se apurar a classificação final da primeira fase. Da referida classificação resulta o posicionamento das equipas na fase seguinte da competição, organizadas em grupos de seis e de quatro equipas onde os níveis competitivos serão, à partida, mais ajustados ao nível demonstrado na primeira fase. Este pressuposto regulamentar aplica-se tanto à Taça, numa primeira fase, como ao Campeonato de São Miguel, que finaliza a época oficial de competição no quadro de ilha.

Em termos cronológicos, a competição ocupa o vazio temporal entre os meses de outubro e de maio do ano seguinte. O referido quadro competitivo apresenta, conforme referimos, duas provas por escalão: a Taça João de Deus Braga no escalão de (sub-10), a Taça Aurélio Augusto César no escalão de (sub-11) e o Campeonato de São Miguel com designação idêntica nos dois escalões de benjamins.

Assim, de acordo com os dados públicos disponíveis para consulta na FPF, a época desportiva passada teve o seu início no dia 1 de outubro de 2022 com o arranque da Taça João de Deus Braga e da Taça Aurélio Augusto César, competições que decorreram em paralelo até ao dia 18 de dezembro do mesmo ano. Posteriormente, teve início o Campeonato de São Miguel, a 7 de janeiro de 2023, competição que se concluiu a 6 de maio do mesmo ano em ambos os escalões de benjamins.

Entre os 21 clubes inscritos nos escalões em apreço, circunscritos a todos os concelhos da ilha de São Miguel, excetuando-se o concelho de Nordeste sem qualquer clube e equipa participante, perfilavam-se um total de 40 equipas em competição, das quais 24 pertenciam ao escalão de (sub-10) e 16 ao escalão de (sub-11).

Em termos de representação por concelho, excluindo-se toda a extensão do concelho de Nordeste, apresentaram-se: o Mira Mar SC e o FC Vale Formoso (Furnas)

do concelho de **Povoação (2 clubes)**; o GD Bota Fogo (Ponta Garça), o CD de Vila Franca e o CF Vasco da Gama do concelho de **Vila Franca do Campo (3 clubes)**; o Santiago FC (Água de Pau) e o C Operário Desportivo do concelho de **Lagoa (2 clubes)**; o CD Rabo de Peixe, o VC Pico da Pedra, o Benfica Águia S e o SC Ideal do concelho de **Ribeira Grande (4 clubes)**; o Águia CD (Arrifes), a EF Benfica Açores, o Capelense SC, o Marítimo SC, o CD Os Oliveirenses (Fajã de Cima), a ACF Pauleta, o CD Santa Clara, o CD Santo António, o GD São Roque e o C União Micaelense, do concelho de **Ponta Delgada (10 clubes)**.

clubes por concelho

benjamins em 2022-23

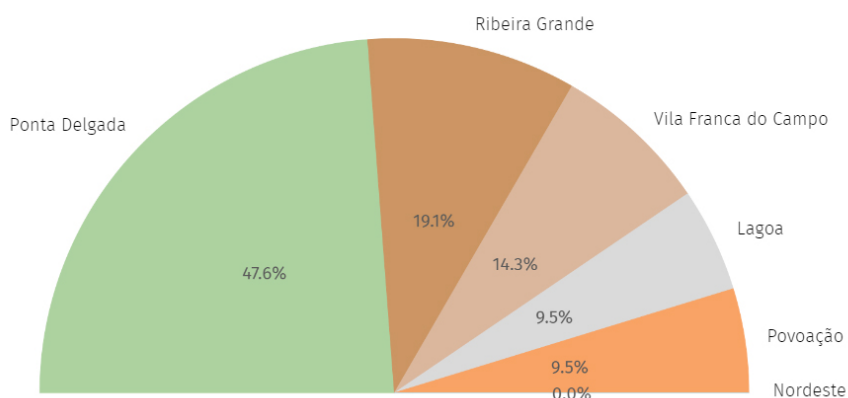


Figura 13. Gráfico de distribuição dos clubes de benjamins por concelho. (na época de 2022-23).

Após análise dos dados obtidos, verifica-se que em termos percentuais os clubes do concelho de Ponta Delgada representam 47,6% da competição, seguidos de Ribeira Grande com 19,1%, Vila Franca do Campo com 14,3% e em igual número de representação os concelhos de Lagoa e Povoação com 9,5%. O concelho de Nordeste, conforme já se referiu, não inscreveu qualquer clube nos escalões de (sub-10) e (sub-11) na época de 2022-23 conforme demonstra o gráfico acima representado.

Outro dado interessante de se analisar tem a ver com o número de equipas inscritas por clube em cada um dos escalões de competição de benjamins. Neste sentido, de acordo com os dados disponíveis para consulta na FPF, identifica-se:

do concelho de **Povoação**.

- o **Mira Mar SC** com **1 equipa de (sub-10)**, sem equipa de (sub-11);
- o **FC Vale Formoso** sem equipa de (sub-10) e **1 equipa de (sub-11)**.

do concelho de **Vila Franca do Campo**.

- o **GD Bota Fogo** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **CD de Vila Franca** com **1 equipa de (sub-10)**, sem equipa de (sub-11);
- o **CF Vasco da Gama** com **1 equipa de (sub-10)**, sem equipa de (sub-11).

do concelho de **Lagoa**.

- o **Santiago FC** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **C Operário Desportivo** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**.

do concelho de **Ribeira Grande**.

- o **CD Rabo de Peixe** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **VC Pico da Pedra** com **2 equipas de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **Benfica Águia S** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **SC Ideal** com **1 equipa de (sub-10)**, sem equipa de (sub-11).

do concelho de **Ponta Delgada**.

- o **Águia CD** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- a **EF Benfica Açores** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **Capelense SC** com **1 equipa de (sub-10)**, sem equipa de (sub-11);
- o **Marítimo SC** com **1 equipa de (sub-10)**, sem equipa de (sub-11);
- o **CD Os Oliveirenses** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- a **ACF Pauleta** com **3 equipas de (sub-10)** e **2 equipas de (sub-11)**;
- o **CD Santa Clara** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **CD Santo António** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **GD São Roque** com **1 equipa de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**;
- o **C União Micaelense** com **2 equipas de (sub-10)** e **1 equipa de (sub-11)**.

Observa-se, de forma parcial, perante os dados acima apresentados, que das 24 equipas do escalão de (sub-10) inscritas no quadro competitivo, 13 são do concelho

de Ponta Delgada, o que equivale a um valor percentual de 54,2%. Segue-se o concelho de Ribeira Grande com 5 equipas e 20,8%, o concelho de Vila Franca do Campo com 3 equipas e 12,5%, o concelho de Lagoa com 2 equipas e 8,3% e o concelho de Povoação com 1 equipa correspondente a 4,2% do total.

Por outro lado, no escalão de (sub-11) que apresenta um total de 16 equipas, verifica-se que 9 pertencem a clubes do concelho de Ponta Delgada equivalendo a 56,3%, 3 equipas são do concelho de Ribeira Grande com 18,8%, seguido do concelho de Lagoa com 2 equipas e 12,5% e, em par de igualdade, os concelhos de Povoação e Vila Franca do Campo com 1 equipa cada e 6,2% do total.

equipas por concelho

benjamins em 2022-23

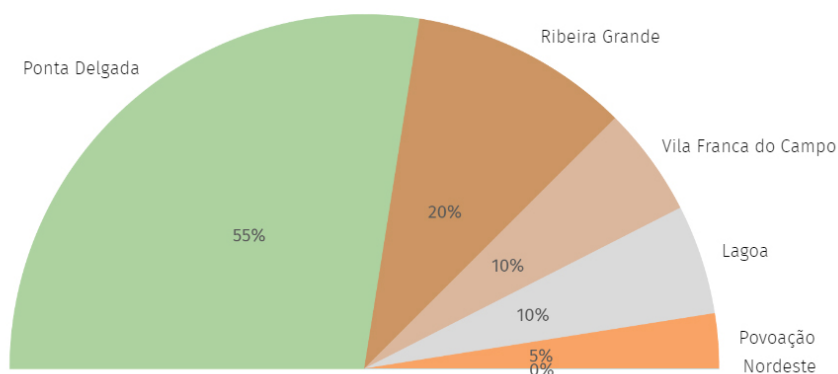


Figura 14. Gráfico de distribuição das equipas de benjamins por concelho. (na época de 2022-23).

Pode, portanto, perceber-se no âmbito geral do estudo acerca das equipas inscritas nos escalões de competição de benjamins na época 2022-23, que das 40 equipas em competição, 22 pertencem a clubes sediados nas freguesias do concelho de Ponta Delgada, perfazendo um total de 55%, seguido do concelho de Ribeira Grande com 8 equipas e um total de 20%, os concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo em número equivalente pelas suas 4 equipas/cada com um total de 10%/cada e com 2 equipas num total de 5% o concelho de Povoação.

Em jeito de conclusão, será também interessante fazer-se um paralelo entre os números obtidos através da análise aos escalões de benjamins e os valores dos Censos 2021 relativos ao número total da população micaelense na faixa dos 0 aos 14 anos de

idade. Assim, de acordo com os dados de 2021, estavam registados 20.764 bebés e crianças nos seis concelhos desta ilha, destacando-se o concelho de Ponta Delgada com 46,38% desta faixa populacional, seguido do concelho de Ribeira Grande, por sinal o mais jovem do país, com 28,43%, o concelho de Lagoa com 11,29%, o concelho de Vila Franca do Campo com 7,37%, o concelho de Povoação com 3,75% e por último o concelho menos povoado da ilha, o de Nordeste, com 2,78% de população na primeira idade.

bebés e crianças por concelho

entre os 0 e os 14 anos em 2021

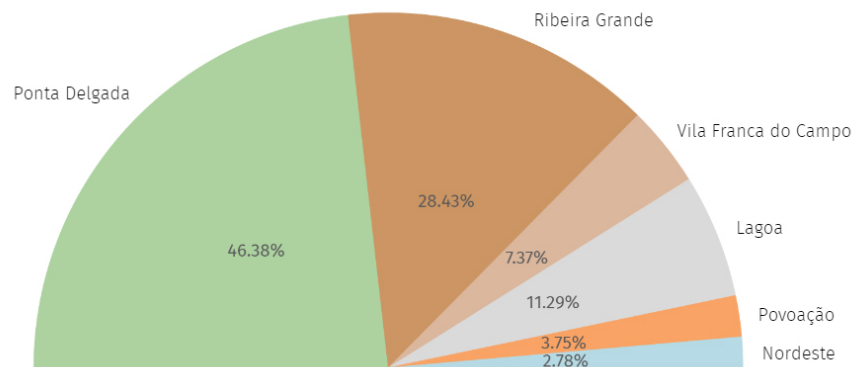


Figura 15. Gráfico de distribuição da população de bebés e crianças por concelho. (Censos 2021).

Se promovermos agora a referida comparação face aos números obtidos anteriormente, na análise aos escalões de (sub-10) e (sub-11), conclui-se que os concelhos de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Povoação apresentam uma maior propensão para a prática do futebol jovem de competição, enquanto que o concelho de Lagoa se mantém num patamar neutro, considerando o potencial de prática e o número efetivo de população na primeira idade, e tanto o concelho de Nordeste como sobretudo o de Ribeira Grande apresentam números, de certa forma, desanimadores em relação à prática competitiva do futebol infanto-juvenil perante o seu número populacional jovem. Relativamente ao concelho de Ribeira Grande, os dados obtidos podem justificar-se, em parte, pelo facto de muitas crianças daquele concelho optarem por desenvolver a sua atividade desportiva em clubes sediados na cidade de Ponta Delgada, quer por questões de natureza clubística e competitiva ou mesmo por fatores de logística e organização familiar relacionados com os locais de trabalho dos pais.

Por último, no que ao quadro desportivo anual dos escalões jovens diz respeito, para além dos minitorneios de pré-época e das competições do quadro oficial da AFPD abordados nos parágrafos anteriores, não podemos deixar de sublinhar a enorme importância social e desportiva que a organização de torneios internacionais imprimem no crescimento do futebol de formação infanto-juvenil, quer ao nível da coesão territorial da ilha de São Miguel como sobretudo na dinâmica social de proximidade e de bem receber da cidade de Ponta Delgada.



Figura 16. Público no International Football Tournament Azores u11, em 2023. (créditos: José Araújo).

Promovidos e organizados com apoio público e privado, estes eventos internacionais constituem uma importante e decisiva festa do futebol infanto-juvenil e uma sublinhada montra social que serve de ferramenta ao intercâmbio cultural entre os atletas, *staff*, patrocinadores e o demais público presente, em torneios de convívio dinâmico e inclusivo, expressos através da partilha de valores socioculturais.

Destacam-se, com ênfase, ambos na cidade de Ponta Delgada, o *International Football Tournament Azores u11*²³ organizado pelo Clube União Micaelense que decorreu, no ano 2023, no Complexo Desportivo do Lagedo e, ainda, o *Pauleta Azores*

²³ Página oficial do torneio em: <https://www.facebook.com/IFTAzoersU11/>, acedido em 25/03/2024.

*Soccer Cup U13*²⁴ organizado no Complexo Desportivo Pedro Pauleta pela Associação e Clube de Futebol daquele muito consagrado futebolista açoriano. Estes dois torneios internacionais representam uma importante fonte de proveito cultural e desportivo da cidade de Ponta Delgada e espelham muito bem a elevada componente de mobilização social que o futebol de formação consegue imprimir na coesão desta comunidade local e no fortalecimento de laços afetivos com os seus visitantes.

CII-2.3.2 Benjamins: atletas e estruturas desportivas de Ponta Delgada.

Dando seguimento ao trabalho de investigação e de análise estatística que temos vindo a desenvolver, agora na perspetiva exclusiva do concelho de Ponta Delgada, procurando realçar através dos dados disponíveis para a presente época desportiva, de 2023-24, os fluxos de público que estão diretamente associados à prática do futebol de formação, torna-se necessário identificar o número de atletas inscritos nos escalões da categoria de benjamins por clube, excluindo-se da presente amostra as equipas da categoria de traquinas (sub-9) que competem na categoria superior, importando identificar também, numa fase posterior, o tipo de condições estruturais do parque desportivo desta cidade destinadas ao desenvolvimento deste desporto, tanto nas vertentes de treino como as disponíveis para a vertente competitiva.

Neste sentido, de acordo com a análise dos dados oficiais disponíveis para a época desportiva de 2023-24, verifica-se que no concelho de Ponta Delgada inscreveram-se, na categoria de benjamins, 10 clubes participantes com 13 equipas no escalão de (sub-10) e 9 equipas no escalão de (sub-11), num total de 22 equipas distribuídas por algumas das 24 freguesias do mesmo concelho.

Assim, de acordo com os registos públicos da FPF, na presente época desportiva de 2023-24 no que toca à categoria de benjamins afetos aos escalões de (sub-10) e (sub-11), inscreveram-se um **total global de 254 atletas (237 masculinos e 17 femininos)**, distribuídos da seguinte forma:

a ACF **Pauleta** inscreveu **52 atletas** (50 masculinos e 2 femininos);

²⁴ Página oficial do torneio em: <https://www.fundacaopauleta.com/pauleta-azores-soccer-cup> , acedido em 25/03/2024.

- a EF **Benfica Açores** inscreveu **33 atletas** (32 masculinos e 1 feminino);
- o C **União Micaelense** inscreveu **30 atletas** (27 masculinos 3 femininos);
- o CD **Santa Clara** inscreveu **28 atletas** (27 masculinos e 1 feminino);
- o CD **Os Oliveirenses** inscreveu **24 atletas** (22 masculinos e 2 femininos);
- o **Águia** CD inscreveu **21 atletas** (18 masculinos e 3 femininos);
- o CD **Santo António** inscreveu **20 atletas** (18 masculinos e 2 femininos);
- o GD **São Roque** inscreveu **18 atletas** (17 masculinos e 1 feminino);
- o **Capelense** SC inscreveu **14 atletas** (13 masculinos e 1 feminino);
- o **Marítimo** SC inscreveu **14 atletas** (13 masculinos e 1 feminino).

benjamins por equipa

época oficial de 2023-24

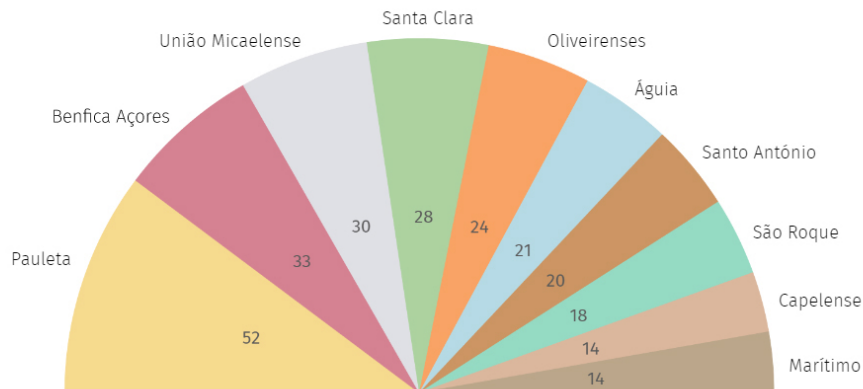


Figura 17. Gráfico de distribuição dos atletas de benjamins por equipa. (na época de 2023-24).

Em termos de análise dos dados obtidos, verifica-se que a Associação e Clube de Futebol Pauleta é o emblema mais representado com 20,5% dos atletas, seguindo-se a Escola de Futebol Benfica Açores com 12,9% e o Clube União Micaelense com 11,8%, relativamente ao conjunto global de praticantes inscritos na categoria de benjamins. Na interpretação destes dados não se deve alhear o facto de os primeiros apresentarem condições ímpares para a prática desta atividade, com um complexo desportivo próprio de excelência, uma vez que em termos de densidade populacional os três clubes, com mais atletas inscritos, encontram-se localizados nas freguesias mais centrais do concelho de Ponta Delgada. Entenda-se, também, que as freguesias do litoral norte da cidade representam apenas 13,4% do total de praticantes afetos tanto ao Clube Desportivo Santo António como ao Capelense Sport Clube, num sinal claro de

centralização desta prática desportiva associada à densidade populacional das freguesias urbanas mais centrais da cidade de Ponta Delgada.

Em termos de representação feminina, tanto o Águia Clube Desportivo, da freguesia de Arrifes, como o Clube União Micaelense, são os clubes com o maior número de atletas, num total de 6, numa fase em que o futebol feminino apresenta índices sólidos de crescimento tanto no arquipélago dos Açores como no país em geral.

Deste modo, pela clara relação obtida entre os índices populacionais, os números da prática desportiva e a sua ligação direta com a disponibilidade de infraestruturas desportivas de qualidade, o presente estudo procura agora conhecer as condições atuais do parque desportivo da cidade afeto, em específico, a cada um dos clubes participantes no que ao futebol de formação diz respeito.

De acordo com a *Carta Desportiva Municipal*²⁵, publicada pela Câmara Municipal de Ponta Delgada (CMPD) em 2007 e atualizada em 2013, relativamente às Instalações Desportivas Artificiais onde se pratica o futebol de formação de benjamins, entre outras práticas desportivas, o Município assume-se como a principal entidade responsável pelo desenvolvimento do desporto na cidade. Nos termos da publicação

[...] convém, no entanto, referir que a responsabilidade da Autarquia não é exclusiva, mas deve representar um compromisso com outras entidades que direta ou indiretamente também têm responsabilidades neste setor, nomeadamente: a Administração Regional, o Associativismo Desportivo, a Iniciativa Privada e a própria Sociedade Civil.

Da análise efetuada à referida *Carta das Instalações Desportivas Artificiais de 2013*, procurando uma relação direta de forma clara e pragmática entre os clubes inscritos na época desportiva 2023-24, na categoria de benjamins, e as instalações desportivas onde os mesmos desenvolvem a sua atividade, entenda-se tanto a componente lúdica, de treino como a atividade de competição, verifica-se que, de norte para sul: o Clube Desportivo Santo António dispõe do Campo de Jogos das Figueiras, com 2 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7 (cerca de metade de um campo de futebol de 11); o Capelense Sport Clube dispõe do Campo de Jogos Vila das Capelas, com 2 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7; o Águia Clube Desportivo dispõe do Campo de Futebol de Arrifes, com 2 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7; o Clube Desportivo Os Oliveirenses dispõe

²⁵ Disponível em: <https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/462> , acedido em 14/10/2023.

do Campo Tibério Moniz Ribeiro, com 2 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7; a Associação e Clube de Futebol Pauleta dispõe do Complexo Desportivo Pedro Pauleta, com 3 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7; o Grupo Desportivo São Roque dispõe do Campo de Jogos de São Roque, com 2 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7.

clubes por recinto

época oficial de 2023-24

Santo António	Campo de Jogos das Figueiras
Capelense	Campo de Jogos Vila das Capelas
Águia	Campo de Futebol de Arrifes
Oliveirenses	Campo Tibério Moniz Ribeiro
Pauleta	Complexo Desportivo Pedro Pauleta
São Roque	Campo de Jogos de São Roque
Benfica Açores	Campo Municipal Jácome Correia Complexo Desportivo da Ribeira Grande
Marítimo	Campo Municipal Jácome Correia
Santa Clara	Campo Municipal Jácome Correia
União Micaelense	Campo Municipal Jácome Correia

Figura 18. Quadro de distribuição das equipas de benjamins por recinto desportivo. (na época de 2023-24).

Em sentido inverso, regista-se que as restantes 4 equipas do mesmo concelho, nomeadamente a Escola de Futebol Benfica Açores, o Marítimo Sport Clube, o Clube Desportivo Santa Clara e o Clube União Micaelense partilham, em contexto de competição, o Campo Municipal Jácome Correia, com 2 campos sintéticos disponíveis para a prática do futebol de 7. Segundo o que nos foi possível apurar, junto de fontes dos clubes acima mencionados, os treinos semanais dos diversos escalões onde se inclui a categoria de benjamins dividem-se entre o Municipal Jácome Correia, os campos (alguns sem dimensões mínimas para a prática de futebol de 7) do parque escolar da cidade de Ponta Delgada e da Ribeira Grande e, também, através de acordos de parceria entre os clubes atrás mencionados e o Águia Clube Desportivo, da freguesia de Arrifes, e o Capelense Sport Clube, da freguesia de Capelas, para a cedência temporária (remunerada) dos seus recintos desportivos.

Para que se possa entender a real dimensão social e desportiva da lacuna acima identificada, teremos de voltar a observar os dados anteriormente apresentados, relativos ao número de atletas inscritos em cada um dos clubes, nos escalões de (sub-10) e de (sub-11), numa perspetiva de construção social e desportiva, procurando uma resposta efetiva para este problema através de uma solução que possa vir a servir de forma direta toda a comunidade e, sobretudo, o crescimento saudável das crianças que, no fundo, é o que mais importa garantir e ao mesmo tempo potenciar.

Neste sentido, podemos concluir que no seio da amostra dos 254 atletas inscritos na categoria de benjamins, de ambos os sexos, existe um universo de 105 crianças (inscritas nos clubes que partilham o Municipal Jácome Correia) que desenvolvem de forma muito condicionada a atividade desportiva em apreço pela falta de condições mínimas do parque desportivo da cidade para a prática do futebol de formação, o que equivale a uma percentagem total de 41,3% dos atletas do quadro competitivo do concelho de Ponta Delgada. Se à pequena amostra da categoria de benjamins se forem somando as necessidades das categorias de pré-escola, petizes, traquinas, infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores, este condicionalismo estrutural deve revelar proporções sociais e desportivas preocupantes ou mesmo dramáticas.

Não nos cabendo dissertar em exclusivo sobre este facto, fica claro pelos dados apresentados que há uma necessidade premente de se repensar todo o contexto desportivo afeto ao futebol de formação jovem neste concelho e que uma solução imediata deve passar, nem que seja por uma questão de equidade e de igualdade de oportunidades entre clubes, pela criação de, pelo menos, mais dois campos de relva artificial afetos à prática deste desporto tão popular entre as camadas jovens da comunidade de Ponta Delgada. Este assunto tem sido, aliás, largamente debatido nos últimos anos entre os intervenientes do meio político, social e desportivo da cidade não existindo, para já, uma solução pública efetiva para o problema da falta de recintos afetos à prática deste desporto, tanto de vertente inicial lúdica e de lazer como de competição infanto-juvenil. Importa ainda referir que, no final do ano de 2023, o presidente da SAD do Clube Desportivo Santa Clara anunciou a construção de um novo centro de treinos²⁶, localizado no concelho de Ribeira Grande, onde se incluem no programa 3 campos relvados de futebol de 11. Tratando-se de uma excelente notícia para o panorama social e desportivo da ilha de São Miguel, não ficou claro se o referido

²⁶ Disponível em: <https://acores.rtp.pt/desporto/centro-de-treinos-do-santa-clara-sera-construido-na-ribeira-grande/>,
acedido em: 25/03/2024.

investimento prevê apenas a inclusão de todo o futebol profissional daquele clube de expressão histórica de Ponta Delgada ou se, por outro lado, o novo centro de treinos terá capacidade para abraçar todos os escalões de formação infanto-juvenil do clube que se poderão, eventualmente, manter nos campos da cidade de fundação.

Por último, não será demais acrescentar que a falta de investimento e de planeamento desportivo não é um problema exclusivo deste concelho, nem tão pouco um assunto desta década, mas sim um *handicap* transversal que se estende a todas as regiões do país. Reunidas em Coimbra, a 17 de fevereiro deste ano, as Associações Distritais e Regionais de Futebol, onde se inclui a AFPD, fizeram uma reflexão e análise acerca do teor geral dos programas eleitorais dos partidos candidatos ao ato eleitoral legislativo de 10 de março, manifestando através de *Carta Aberta*²⁷:

[...] estranheza e insatisfação, pelo facto do desporto, não ser considerado um DESÍGNIO e uma prioridade NACIONAL efetiva, contrariamente ao que se verifica com outros países, principalmente, porque a prática do futebol, futsal e futebol de praia estarem profundamente enraizadas na sociedade portuguesa, e onde, têm assumido continuamente uma posição de excelência nos rankings europeus e mundiais. [...] Notamos, ainda, de forma inequívoca, que Portugal tem um claro défice de quantidade de infraestruturas desportivas, que proporcionem, uma melhor qualidade de vida na prática regular de atividades de recreação e lazer, da integração desportiva adequada para os atletas federados e por outro lado, que seja um fator determinante para o desenvolvimento do desporto de elite, especialmente, quando temos em conta a dimensão e posicionamento de excelência, que o desporto assume em Portugal e além fronteiras.

No seguimento das informações recolhidas e da análise específica de dados no decurso deste capítulo, o trabalho de investigação procura agora avançar para uma proposta concreta que consiga absorver e sistematizar no campo prático toda a fundamentação teórica explanada no arranque da dissertação com o objetivo claro de se conseguir apresentar uma resposta criativa, de âmbito académico, para os problemas educativos, culturais e desportivos identificados no concelho de Ponta Delgada.

²⁷ Disponível em: https://afpd.fpf.pt/Portals/14/Carta%20Aberta_ADR_2024__1.pdf , acedido em: 25/03/2024.

Capítulo III.

CIII.3 Proposta: equipamento público educativo, cultural e desportivo.

Numa fase ainda embrionária da dissertação, partimos para o desenvolvimento desta investigação tendo por base a análise de uma série vasta de conceitos museológicos evolutivos com preocupações que se focavam na capacidade educativa dos museus e na ligação dos mesmos à dinâmica das suas comunidades por associação direta entre a memória, as tradições e o espaço físico que a mesma envolve. Focamos o enorme potencial agregador da prática cultural, entendendo-se a cultura como elemento central de desenvolvimento educativo capaz de abraçar uma série de dinâmicas do conhecimento através de ações concertadas nos campos da museologia e das artes, como são exemplos a literatura, teatro, dança, cinema, pintura, escultura, música, desporto, entre outras. Agora, no culminar da investigação corrente, pretendemos apresentar uma solução eficaz para o conjunto de problemáticas antes identificadas, assente nos desígnios da educação, da cultura e dos valores éticos do desporto, que se possa constituir como uma mais valia social e que possa vir a transformar-se num eventual marco comunitário devidamente enquadrado na vivência quotidiana da comunidade e na paisagem urbana da cidade de Ponta Delgada.

Conforme já referimos nos capítulos anteriores, a ideia principal da proposta que se pretende desenvolver tem origem na simbiose dos pressupostos associados às diversas práticas culturais, dos valores do desporto e dos fluxos de socialização desta comunidade onde se procura fomentar, como tema de projeto, um equipamento público de uso misto assente nos valores do património e da memória coletiva que apresente capacidade de resposta perante as dificuldades quotidianas da população. O referido equipamento, deve abrir-se ao usufruto público e estar vocacionado em específico para a promoção dos diversos instrumentos da cultura em estreita ligação com a missão educativa e com o desenvolvimento do desporto entre a comunidade jovem.

Deste modo, o projeto académico que passamos a apresentar inspira-se na globalidade das temáticas que temos vindo a destacar e pretende assumir-se como um exercício prático-criativo de Museologia Social, ancorado nos princípios do conhecimento, da inovação e da capacidade de reflexão e de adequação de estruturas culturais da Sociomuseologia enquanto Escola de Pensamento.

Assim, a proposta de intervenção que passamos a apresentar, na forma de um anteprojecto de arquitetura, procura assegurar um modelo de resposta eficaz desenvolvido em torno das diversas questões relacionadas com a pobreza, a exclusão social, a prática cultural e o défice estrutural desportivo da cidade, sublinhando a componente educativa da cultura que se deve articular, de uma directa mas muito subtil, perante as especificidades particulares da comunidade de Ponta Delgada afetas directamente aos contextos urbano e suburbano do concelho.

Em traços gerais, procuramos desenvolver um novo equipamento público edificado, sustentável do ponto de vista ambiental e inovador em termos programáticos, capaz de estreitar relações num contexto de proximidade social, de estimular a participação cultural através da criação efectiva de “pontes” entre o público do desporto e a própria cultura, numa intervenção que se pretende singular e que se direcciona à formação educativa das novas gerações e de toda a comunidade em geral. Sem esquecer a componente lúdica e de lazer, para além do campo cultural e desportivo, o projecto que agora apresentamos procura afirmar-se no panorama diário da comunidade e constituir-se como um espaço de encontro, de aprendizagem, de intercâmbio de experiências e de convívio saudável entre as pessoas.

CIII.3.1 Proposta: local para a implantação do equipamento público.

A escolha de um local específico na cidade de Ponta Delgada para a proposta de implantação do equipamento público que se pretende efetivar assume-se desde logo como um passo inicial de enorme importância atendendo à dimensão considerável do mesmo e ao impacto que tal estrutura poderá desempenhar na sua relação directa com a paisagem e com o meio urbano envolvente. O referido equipamento de uso público pode resumir-se, em traços muito gerais, na composição de um edifício de cariz educativo e cultural multiusos associado directamente a um recinto desportivo afeto à prática do futebol infanto-juvenil e a todas as valências que daí advêm. Para além da importância da integração do edifício na paisagem, emergem também questões de ordem regulamentar relacionadas com os instrumentos de planeamento e gestão do território que vigoram no concelho de Ponta Delgada. Torna-se, portanto, necessário na definição de um local destinado à implantação do equipamento ter em linha de conta a acessibilidade viária existente e a respetiva sobrecarga imposta às infraestruturas da

cidade, tornando-se obrigatório começar por uma avaliação cuidada das previsões de zonamento do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada (PDM)²⁸ no que às áreas reservadas a equipamentos coletivos diz respeito.

Neste sentido, convém começar por referir que constituem objetivos gerais do PDM da cidade o incentivo à expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local compatibilizando a competitividade económica com a coesão social. Tanto o desenvolvimento como a referida competitividade devem procurar reforçar o papel de Ponta Delgada como principal centro de comércio, serviços, educação e cultura. Outra das linhas fundamentais do Plano assenta nos princípios de conservação e valorização ambiental do concelho através da proteção e qualificação dos seus recursos naturais.

Em termos de classificação de solo, onde se determina o destino básico dos terrenos e onde assenta a distinção primária entre solo urbano e solo rural (também designado como rústico), interessa-nos explorar as potencialidades do solo urbano em linha de conta com o tipo de intervenção que nos propomos desenvolver. O PDM indica que se entende por solo urbano aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja possível programar. Estimando-se que para a totalidade dos conteúdos programáticos necessários ao bom funcionamento do edifício multiusos e à zona livre afeta em exclusivo ao recinto desportivo seja necessária a ocupação de uma área aproximada de 1 hectare (10.000m²), parece-nos óbvio que em função da utilização dominante prevista fará todo o sentido procurar no Plano um terreno livre de edificações que esteja inserido na categoria de solos cuja urbanização é possível programar, destinado à expansão urbana, afeto por definição de zonamento à subcategoria de áreas de reserva para equipamentos coletivos.

Assim, através de análise à planta de ordenamento do PDM que constitui uma importante peça desenhada onde se definem os limites de zonamento do mesmo, observa-se que se encontram definidas duas grandes áreas de solos cuja urbanização é possível programar, ambas no quadrante sul do concelho, inseridas na subcategoria de reserva para equipamentos coletivos: a primeira delimitada a nascente, na freguesia de São Roque, nos terrenos adjacentes ao Estádio de São Miguel onde se encontra implantado o Complexo Desportivo da Fundação Pauleta, e uma segunda opção localizada no cunho central da cidade, na freguesia de São Pedro, onde se desenvolve

²⁸ Disponível em: https://www.cm-pontadelgada.pt/p/planeamento_urbanismo?folders_list_59_folder_id=276, acedido em: 25/03/2024.

o Parque Urbano de Ponta Delgada e se localiza também o Pico do Funcho. Atendendo a que o Plano destina na freguesia de São Pedro uma área que equivale praticamente ao quádruplo da que se encontra delimitada em São Roque, opta-se por explorar o potencial urbanístico de expansão da segunda zona procurando criar uma relação de cumplicidade entre o ainda jovem Parque Urbano de Ponta Delgada e as valências educativas, culturais e desportivas que se pretende agora desenvolver e materializar.



Figura 19. PDM . Áreas para programar destinadas a equipamentos coletivos. (sigweb.pontadelgada).

No seguimento da escolha do local para a implantação da proposta, ainda que numa fase urbanística inicial de macro escala, voltamos a observar o regulamento do PDM que define os termos e as condições afetas ao zonamento do espaço em apreço, surgindo esta parte do território da cidade com a denominação de *Área de reserva do Pico do Funcho*, onde são também enquadráveis os limites do Parque Urbano de Ponta Delgada, da propriedade onde se implanta o Jardim-Escola João de Deus e de um amplo conjunto de terrenos adjacentes onde se insere, também, o Pico do Funcho. No seu artigo 95.º, o regulamento do PDM define que esta área de reserva se destina à criação de um novo espaço verde público de recreio e de lazer e, simultaneamente, de fruição cultural. As construções a implantar nesta área destinam-se à instalação de

equipamentos desportivos, recreativos, educativos e culturais. Deste modo, atendendo aos exatos termos regulamentares previstos no Plano em apreço, opta-se por avaliar o potencial urbanístico de expansão desta área da cidade com a finalidade, única, de introdução de novas valências educativas, culturais e desportivas em prol do desenvolvimento sustentável dos mais jovens e dos demais habitantes desta comunidade conforme temos vindo, de resto, a objetivar.

CIII.3.2 Proposta: o Parque Urbano de Ponta Delgada.

Na cidade de Ponta Delgada, segundo os dados publicados nos Censos 2021, vivem cerca de 67.229 pessoas distribuídas pelas 24 freguesias do concelho. A freguesia mais populosa desta cidade, e segunda maior do arquipélago dos Açores, é a de São Pedro com cerca de 7.495 habitantes, apenas ultrapassada pela freguesia de Rabo de Peixe, no concelho de Ribeira Grande, que conta com 8.799 habitantes. Em termos percentuais, verifica-se que a população da freguesia de São Pedro corresponde a um total de 11,15% dos habitantes do concelho e a 5,62% da ilha de São Miguel.

Caracterizada sobretudo pela sua relação histórica com o mar, a freguesia de São Pedro assume-se como o maior centro de desenvolvimento educativo da cidade a par da freguesia de São José. Aqui se localizam diversas creches, escolas públicas, colégios de iniciativa privada e parte substancial do polo académico da Universidade dos Açores afeto à ilha de São Miguel.

Relativamente às instalações desportivas, destinadas em exclusivo ao futebol de formação, identifica-se a presença do Campo Municipal Jácome Correia, inaugurado no ano de 1946, nos terrenos cedidos ao Município pelo 1.º Marquês Aires Jácome Correia, ampliado e reabilitado em 1989 sofrendo, posteriormente, pequenas obras de conservação e de adaptação do relvado, das bancadas e dos balneários durante o decurso do século corrente.

Em termos competitivos, conforme revelamos no segundo capítulo da dissertação, o referido Campo Municipal recebe em regime de partilha os jogos de futebol infanto-juvenil do Clube Desportivo Santa Clara, do Clube União Micaelense, da Escola de Futebol Benfica Açores e do Marítimo Sport Clube e, ainda, os treinos do Clube União Micaelense e do Marítimo Sport Clube. Tanto o Clube Desportivo Santa

Clara como a Escola de Futebol Benfica Açores desenvolvem os treinos dos seus jovens atletas em campos do parque escolar da cidade ou através de acordos de parceria com outros clubes de Ponta Delgada e de Ribeira Grande. Conforme se demonstrou e concluiu através da análise dos dados apresentados no capítulo anterior, ficou claro que o Campo Municipal Jácome Correia apresenta uma sobrecarga elevada da sua capacidade primária e que deixou há muito de conseguir apresentar uma resposta minimamente satisfatória perante as naturais expectativas de todos os praticantes, onde se incluem os mais jovens, havendo a necessidade urgente de se repensar a estrutura que suporta o contexto desportivo afeto ao futebol de formação no centro urbano.

Seguindo a ideia de continuidade perante a temática que temos vindo a desenvolver, identificada a localização ideal para a implantação de um novo equipamento público de cariz educativo, cultural e desportivo, torna-se necessário conhecer alguma da história recente do Parque Urbano de Ponta Delgada localizado, a norte, na freguesia de São Pedro, numa área limítrofe à freguesia de Fajã de Cima, procurando compreender o amplo potencial de expansão daquele lugar relativamente às valências existentes respeitando, em absoluto, o enquadramento ambiental e ecológico do Parque e a sua relação singular com a malha urbana da cidade.



Figura 20. Delimitação da área do Parque Urbano de Ponta Delgada em 2004. (sigweb.pontadelgada).

O Parque Urbano de Ponta Delgada, localizado nos terrenos confinantes a poente ao Pico do Funcho, conta com uma área aproximada de 18 hectares e foi inaugurado no dia 19 de setembro de 2009 pela antiga Presidente da Câmara Berta Cabral, no culminar da execução de um projeto de arquitetura e paisagismo da autoria de António Pardal. No dia da inauguração da primeira fase do “novo pulmão verde da cidade” a ex-autarca anunciava que a construção do Parque Urbano é “(...) um genuíno símbolo de sensibilização dos nossos munícipes, da criança ao idoso, para a adoção de estilos de vida saudáveis, marcados pelo incremento de práticas que conduzam a uma maior longevidade”.²⁹ Caracterizada como uma obra histórica, uma vez que desde o séc. XIX não se materializava um tão amplo jardim público de raiz na cidade, o arquiteto autor do projeto acrescentou que se imaginava “(...) um parque com grande simplicidade que pretende contrastar com a vida fervilhante que o circunda”.³⁰

Num contexto de evolução natural, o Parque prosperou e foi florescendo com o decorrer do tempo passando a estar associado, além dos limites da sua beleza natural, ao desporto de manutenção e de lazer, com a inauguração em 2017 de uma estação de atividade física e desportiva ao ar livre³¹ e, mais recentemente, em 2022, através da construção de uma pista de Pump Track³² destinada aos utilizadores de bicicleta, skate e patins. Para além das referidas valências, o Parque dispõe desde a sua origem de um edifício destinado ao serviço de restauração e, desde 2019, de um Parque Canino³³ totalmente vedado onde se permite aos animais de companhia a livre fruição sem trela. Fazem ainda parte integrante do Parque Urbano uma série de equipamentos de recreação infantil³⁴ destinados à diversão das crianças podendo destacar-se, também, a instalação de um pequeno quiosque de matriz tradicional com esplanada junto à entrada sul do Parque, com acesso pedonal e automóvel pela Avenida Natália Correia.

Em suma, deve entender-se o Parque Urbano de Ponta Delgada como um complemento moderno, em idade jovem, à Reserva Florestal de Recreio do Pinhal da Paz, localizado na freguesia confinante de Fajã de Cima, e aos jardins históricos da cidade onde se destacam os majestosos Jardim Botânico José do Canto, implantado na freguesia vizinha de São Sebastião (Matriz) e o Jardim Botânico António Borges, circunscrito à freguesia central de São José. Pela sua simplicidade orgânica, o Parque

²⁹ Transcrito de: <https://www.dn.pt/portugal/acoresh/acoresh-parque-urbano-e-o-novo-pulmao-verde-de-ponta-delgada-diz-autarca-1366659.html/> , acedido em 25/03/2024.

³⁰ Transcrito de: https://www.rtp.pt/noticias/pais/obras-do-parque-urbano-de-ponta-delgada-arrancam-em-2006_n16899 , acedido em 25/03/2024.

³¹ Consulte-se: https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news_id=374 , acedido em 25/03/2024.

³² Consulte-se: https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news_id=3719 , acedido em 25/03/2024.

³³ Consulte-se: <https://dogs-ptmagazine.com/2019/10/12/parque-canino-de-ponta-delgada/> , acedido em 25/03/2024.

³⁴ Consulte-se: https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/541?news_id=1726 , acedido em 25/03/2024.

Urbano pode caracterizar-se pelos seus longos percursos pedestres rasgados entre a imponência das árvores e as espécies arbustivas, pautado por uma enorme variedade de diferentes recantos verdes onde é possível passear, descansar, fazer um piquenique ou simplesmente desfrutar da natureza e da paisagem que o mesmo envolve.



Figura 21. Delimitação da área do Parque Urbano de Ponta Delgada em 2019. (sigweb.pontadelgada).

Neste sentido, atendendo às características históricas, urbanísticas e ambientais tão particulares deste lugar, o grande desafio que sublinha a maior dificuldade deste exercício prático-criativo prende-se com o necessário desejo de se conseguir implantar um equipamento público de dimensões consideráveis, que também engloba um recinto afeto ao futebol de formação com cerca de 1 hectare (10.000m²), em perfeita harmonia com os pressupostos que fizeram nascer o Parque Urbano, considerando-se desde logo que da intervenção proposta não deverá resultar qualquer ação que possa promover uma alteração de vulto ao trabalho paisagístico que se encontra materializado no presente. A proposta de implantação, quer do edifício principal como do recinto desportivo, deve procurar o melhor enquadramento urbanístico e ambiental sobre a matriz local tirando partido da topografia existente para que se efetive um diálogo coerente entre a nova edificação, o campo de futebol e a

envolvente verde e urbana do Parque. Para além da componente de integração formal e volumétrica da nova edificação, é também de extrema importância a análise aos circuitos viários existentes nesta área e ao modo como os mesmos podem condicionar tanto o Parque como o novo equipamento, quer em termos de sobrecarga de estacionamento como também ao nível das acessibilidades, tanto por automóvel, em veículos de mobilidade suave e pedestre.

Assim, no culminar de um longo processo de estudo, experimentação e de ponderação q.b., promoveu-se uma análise crítica à topografia do terreno existente e às condições viárias da envolvente próxima, excluindo-se sumariamente da equação a totalidade de espaço do Parque Urbano que se encontra devidamente infraestruturado, arborizado e corretamente habilitado para a boa fruição social. Como resultado, sugere-se que a localização do novo equipamento possa surgir no topo norte daquele território, num ponto sobranceiro ao Parque, numa espécie de baía ao Pico do Funcho, implantado numa zona de terreno virgem que tem servido de pista de corridas clandestinas de motocross, BTT e BMX. A ideia de projeto, no que toca à implantação do conjunto, passa por uma disposição longitudinal do edifício principal, adotando



Figura 22. Fotomontagem de localização do projeto no Parque Urbano. (sigweb.pontadelgada).

frentes urbanas a norte e a poente sobre a Avenida das Comunidades Açorianas, criando-se desta forma um importante elo de ligação edificado entre o Parque, o recinto desportivo, o edifício principal e a malha urbana que se pauta, no presente, por edifícios de habitação coletiva, de leitura algo densa, na cortina norte da freguesia.

Relativamente à análise do solo e às características do local, o edifício principal deve assumir uma posição singela na paisagem, apesar da sua dimensão, surgindo semienterrado numa área onde se verifica um desnível topográfico de cerca de 9 metros. Deste modo, torna-se possível implantar o campo de futebol ao nível da cota mais elevada do jardim do Parque, numa ligação perfeita de continuidade dos percursos pedonais existentes, e desenvolver o edifício principal num sistema de 2 pisos, com cave e piso térreo. A mais valia desta opção prende-se ainda com o facto de se poder tirar partido do acesso público à cobertura do edifício para a criação de um miradouro com vistas, que se imaginam deslumbrantes, sobre o Parque e sobre toda a linha de costa da cidade, uma vez que a referida altimetria se encontra acessível pelo ponto de cota mais elevado da Avenida das Comunidades Açorianas, não sendo necessário efetuar qualquer alteração à via e aos circuitos pedonais existentes no local.

Em termos viários, podemos caracterizar os acessos à zona escolhida para a implantação do novo equipamento como excelentes. Conforme referimos, a Avenida das Comunidades Açorianas será a frente urbana privilegiada de acesso ao edifício principal uma vez que a mesma apresenta uma ligação fluída, a nascente, com a Avenida Natália Correia (Radial do Pico do Funcho) e, a poente, ao Caminho da Levada que por sua vez intersesta perpendicularmente a 2ª Circular (SCUT) a sul. Esta última, caracteriza-se como uma via estruturante circular da cidade com ligações tanto às freguesias centrais do litoral sul de Ponta Delgada como aos concelhos de Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo. Deste modo, consegue garantir-se o total aproveitamento das vias existentes e, ao mesmo tempo, humanizar a área norte do Parque como território da cidade que ainda carece de algum desenvolvimento.

Por último, em termos de arranjos exteriores, a correta integração do edifício principal e do recinto desportivo na área em apreço deverá culminar com a arborização de todo o espaço envolvente a nascente, numa leitura que se pretende de continuidade e respeito perante a intervenção já realizada, associada à criação de um novo circuito pedonal a sul, em moldes idênticos aos circuitos que caracterizam a beleza do Parque. As frentes urbanas abertas à Avenida das Comunidades Açorianas, tanto a norte como a poente, deverão ser objeto de retificação ao nível dos passeios públicos garantindo-

se o acesso à garagem do edifício e também a criação de novas baias de estacionamento automóvel no seguimento das já executadas na mesma avenida.



Figuras 23.24. Fotomontagens de implantação e paisagismo no Parque Urbano.(sigweb.pontadelgada).

No seguimento da escolha da localização e da apresentação da proposta de implantação do edifício principal e do recinto desportivo em termos práticos, importa prosseguir o trabalho com o desenvolvimento do anteprojecto de arquitetura, delineando e moldando um programa funcional efetivo que consiga sublinhar tanto os objetivos como as valências primárias do novo equipamento multiusos, desenvolvido com base nas temáticas de Sociomuseologia e de Museologia Social, conforme têm vindo a ser estudadas desde a raiz do processo dissertativo. O programa funcional deve apresentar uma resposta pragmática e concisa perante o objetivo necessário de incorporação de uma mais valia educativa, cultural, desportiva, social e humana na expressão futura do Parque Urbano de Ponta Delgada e da ilha de São Miguel porque, no fundo, o novo equipamento público deve destinar-se de uma forma transversal e inclusiva ao usufruto geral de toda a comunidade residente e aos visitantes deste local da cidade.

CIII.3.3 Proposta: forma, fisionomia e programa funcional.

Acerca dos conteúdos programáticos da proposta, no que toca a toda a organização estrutural e funcional do edifício principal e do recinto desportivo, optou-se por dividir as funções úteis do espaço em três grandes grupos: cultura, desporto e lazer, partindo-se do princípio geral de que a educação está diretamente associada a este conjunto. Neste sentido, convém voltar a sublinhar que o principal desígnio do programa funcional, que passamos a apresentar, é o de estreitar relações sociais num contexto de proximidade e servir de estímulo à curiosidade e à fruição dos mais novos através da concretização efetiva de “pontes” quotidianas entre o público do desporto, a comunidade local e a própria cultura, perspetivando-se a utilização do edifício num quadro geral de inclusão social e de participação ativa dos cidadãos.

Assim, em termos urbanísticos, numa visão global sobre o estudo da operação preconizada, o perímetro de intervenção do anteprojecto de arquitetura desenvolve-se numa área total de 10.960m², dos quais 8.125m² constituem área permeável descoberta afeta ao recinto desportivo e 2.835m² representam a área bruta de implantação do edifício principal, apontando-se na generalidade para um índice percentual de ocupação de solo (ios) de 25%, se tivermos em linha de conta apenas o perímetro de intervenção proposto e não os 18 hectares que representam a propriedade total do Parque.

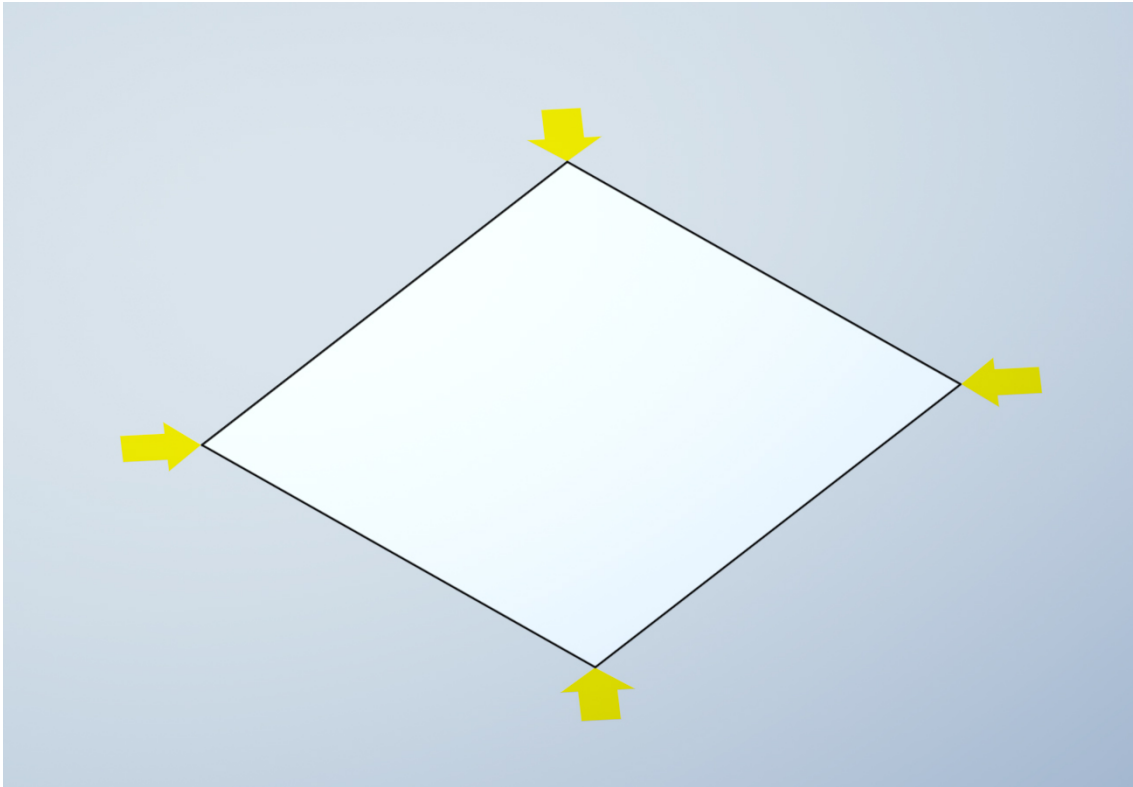


Figura 25. **Diagrama . Perímetro de intervenção.** (área total: 10.960m²).

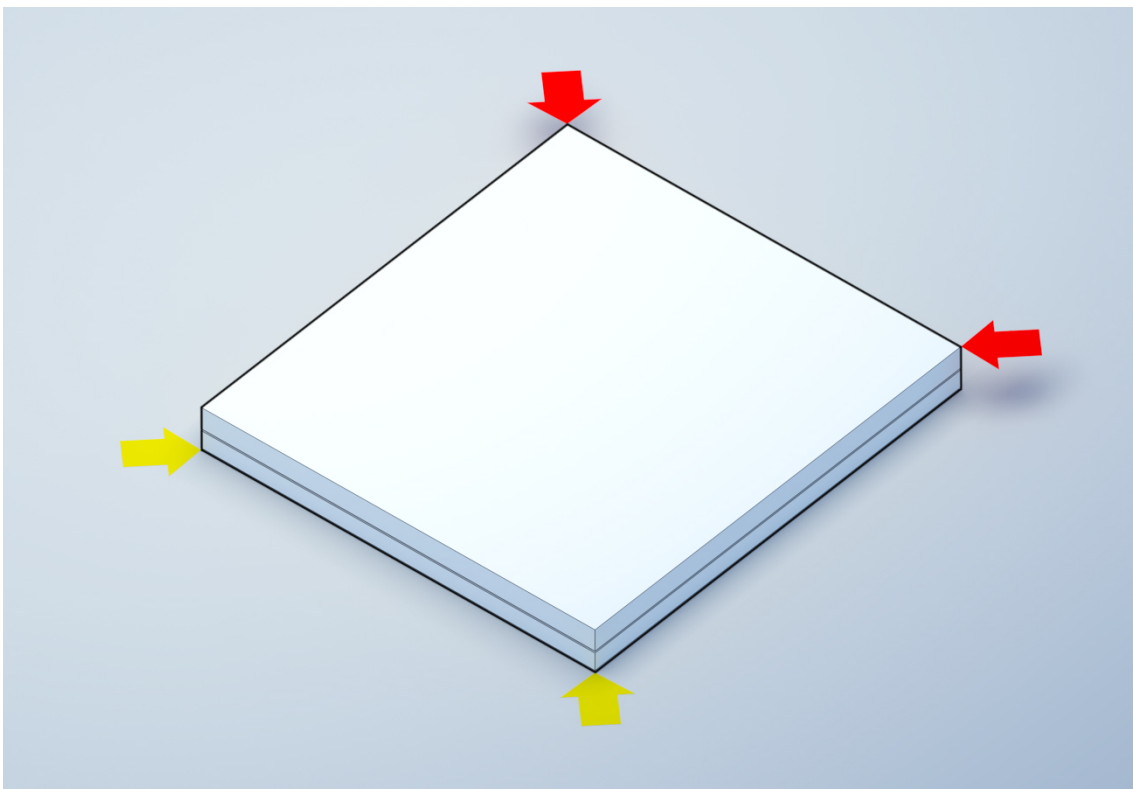


Figura 26. **Diagrama . Disposição funcional volumétrica em 2 pisos.** (cave + piso térreo).

Relativamente à forma arquitetónica do modelo, optou-se por uma disposição longitudinal do corpo principal do mesmo e por uma volumetria que concentra a distribuição do programa funcional em 2 pisos, prevendo-se também o aproveitamento total da cobertura para diferentes funções. Deste modo, o edifício apresenta um primeiro piso semienterrado, em cave, com os alçados nascente, norte e poente oclusos, abrindo-se apenas a sul, de forma direta, para as incidências do campo de futebol. Este tipo de organização funcional permite assentar o recinto desportivo numa cota de continuidade relativamente ao jardim do Parque, permitindo uma leitura verde de coesão do território existente, libertando, por outro lado, o piso superior para a ligação à Avenida das Comunidades Açorianas dado o desnível de 9 metros entre o ponto mais alto e a cota do Parque Urbano na zona confinante ao recinto destinado à prática do futebol.

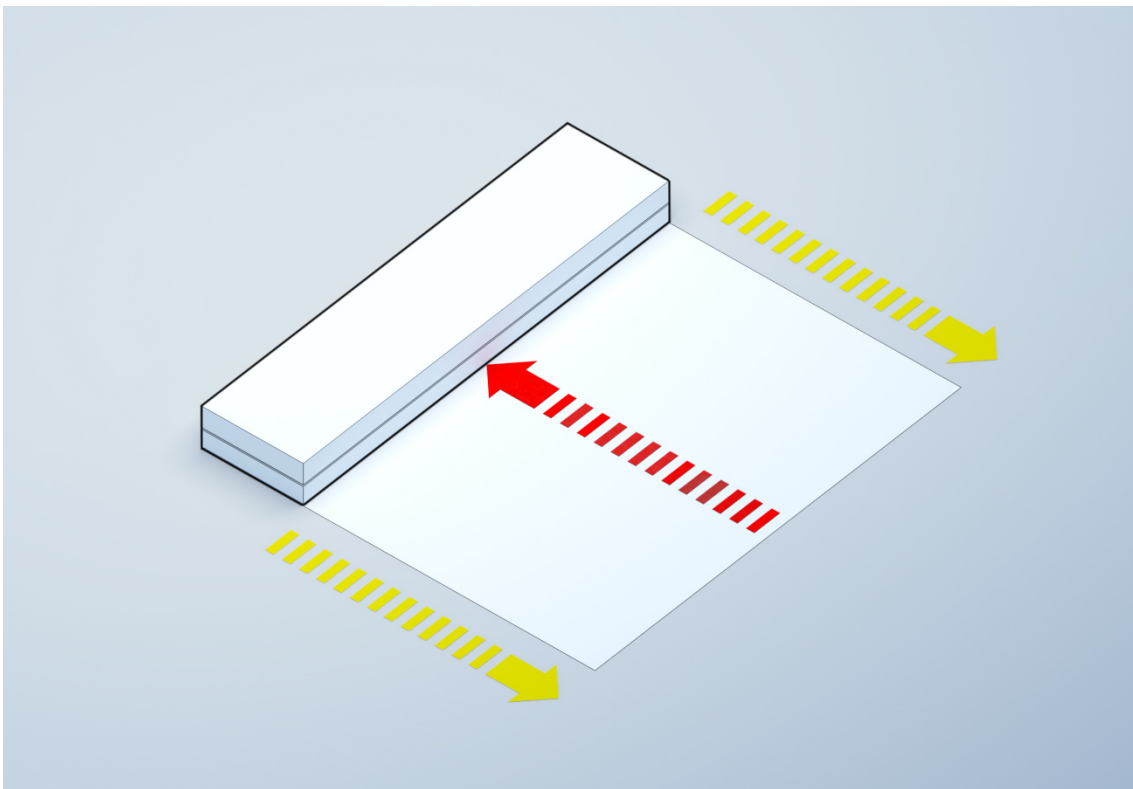


Figura 27. Diagrama . Disposição longitudinal do edifício + recinto desportivo. ($2.835\text{m}^2 + 8.125\text{m}^2$).

Conforme referimos previamente, a área exterior descoberta do recinto desportivo ocupa um perímetro fechado de 8.125m^2 , permitindo a incorporação sobre relvado sintético permeável de: 2 campos afetos ao futebol de 7 (onde se integra a categoria de benjamins), 1 campo de futebol de 9 e ainda 1 campo de futebol de 11, integrando-se o processo de formação das crianças até às categorias superiores.

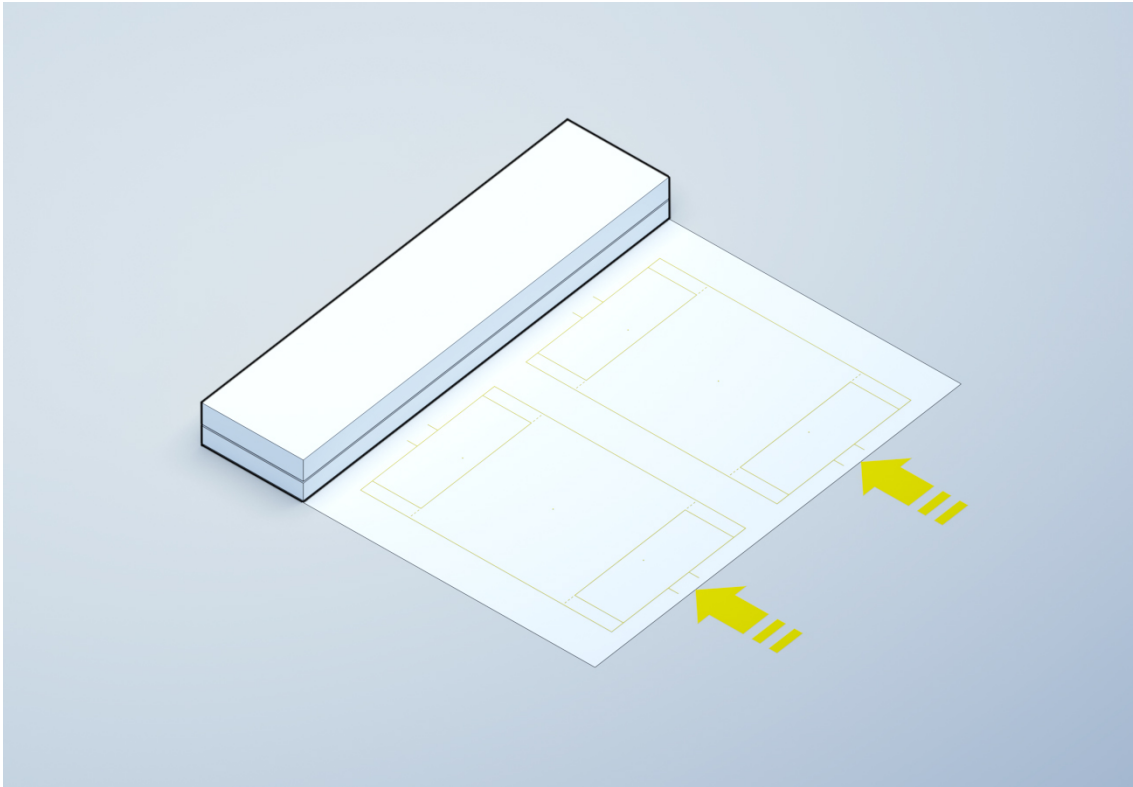


Figura 28. **Diagrama . 2 campos afetos ao futebol de 7.** (dispostos em 8.125m² de área descoberta).

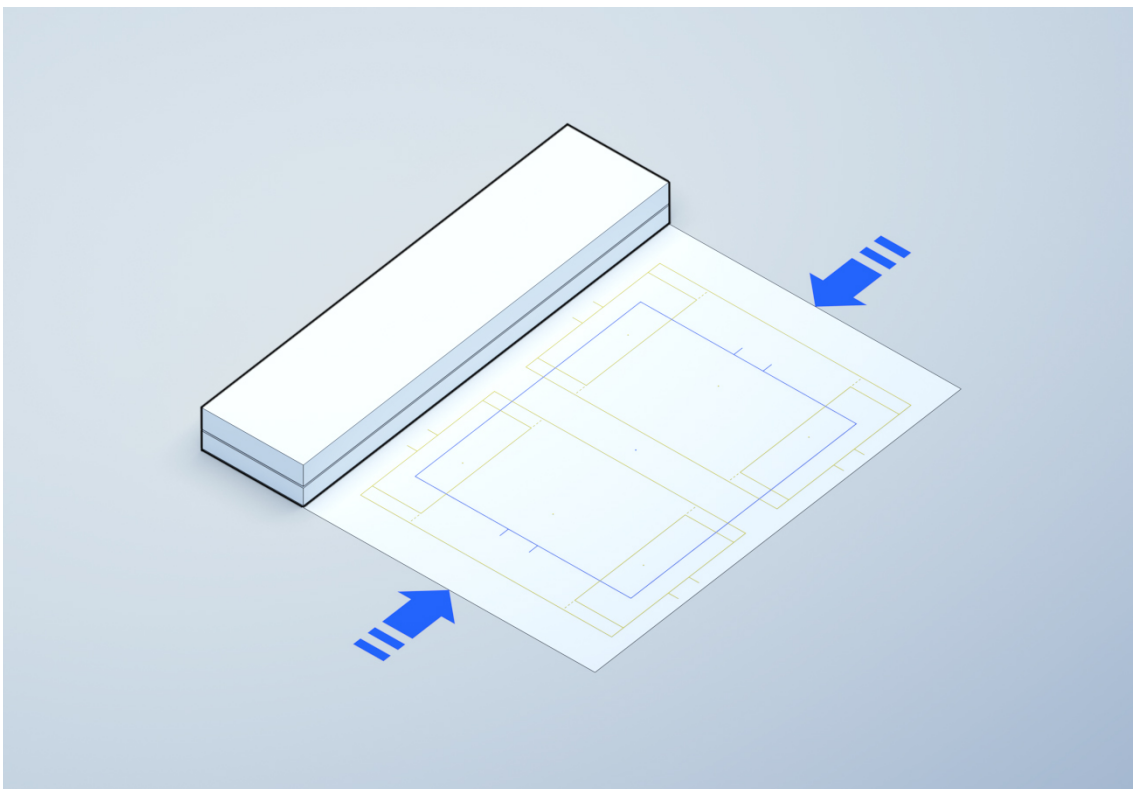


Figura 29. **Diagrama . 1 campo afeto ao futebol de 9.** (disposto em 8.125m² de área descoberta).

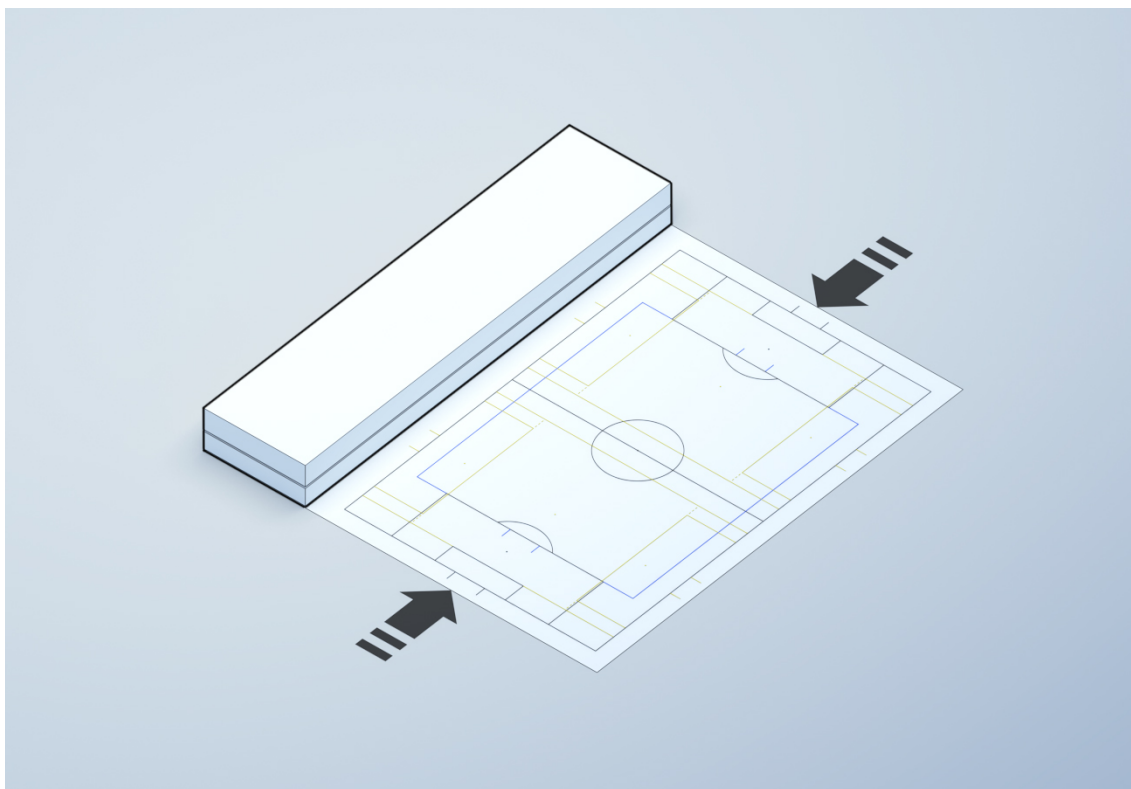


Figura 30. **Diagrama . 1 campo afeto ao futebol de 11.** (disposto em 8.125m² de área descoberta).

A ideia é a de desenvolver agora uma solução concreta, prático-criativa, como resposta efetiva para a lacuna identificada no capítulo anterior relativamente ao défice de estruturas desportivas destinadas ao futebol infanto-juvenil em Ponta Delgada.

Para além do recinto exterior, que se pretende afeto em exclusivo ao futebol lúdico e de competição dos escalões de formação, o novo equipamento público contempla ainda no seu programa funcional, no piso mais baixo do edifício em ligação direta com o campo de futebol, uma vasta série de compartimentos que irão suportar o bom funcionamento de toda a atividade desportiva: 4 balneários e vestiários destinados aos praticantes; 4 gabinetes destinados ao processo de formação e à coordenação de equipas; 4 arrecadações com ligação direta ao recinto exterior para armazenagem de material desportivo de treino e de jogo das equipas; 2 vestiários com zona de balneário destinados aos árbitros; 1 sala de conferência para a preparação de encontros destinada aos árbitros; 1 gabinete médico e 1 pequeno ginásio, ambos de uso comum. Convém também acrescentar que toda a zona afeta à atividade desportiva, incluindo as bancadas destinadas aos encarregados de educação e ao público em geral, prevê que o seu funcionamento possa decorrer de forma autónoma relativamente às restantes

valências do edifício, criando-se para o efeito um acesso pedonal exterior com ligação direta ao quadrante poente da Avenida das Comunidades Açorianas. Pela adoção desta particularidade funcional consegue garantir-se desde logo um enquadramento temporal alargado destinado à atividade desportiva, sobretudo ao nível dos horários de treino, como ainda a total independência dos espaços no âmbito de toda a componente de gestão organizacional de recursos humanos e de sustentabilidade do edifício.

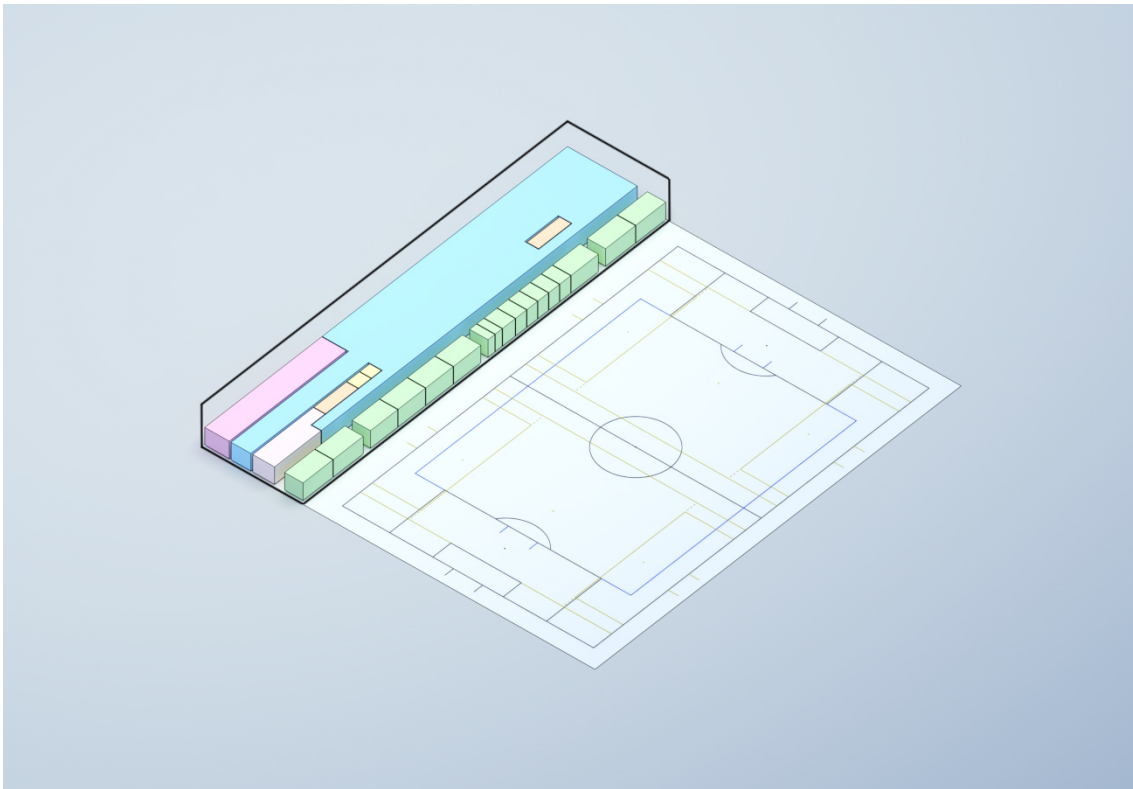


Figura 31. Diagrama . Piso (-1) . ■ desporto | ■ cultura | ■ lazer | ■ acessos verticais | ■ estacionamento | ■ at

Ainda no mesmo piso, em cave, localiza-se a garagem de estacionamento automóvel do edifício principal com capacidade para um total de 45 lugares, dos quais 4 se destinam em exclusivo a utilizadores com mobilidade condicionada, prevendo-se o acesso viário a este espaço através de rampa com entrada e saída pelo quadrante poente da Avenida das Comunidades Açorianas. Para além da garagem, a amplitude deste piso comporta ainda dois núcleos de acesso vertical, ambos munidos de elevador monta-cargas, e outros dois compartimentos destinados a área técnica necessária ao bom funcionamento do edifício. Por último, destaca-se uma grande área encerrada de oficina e depósito destinada a servir de apoio ao espaço expositivo do piso térreo.

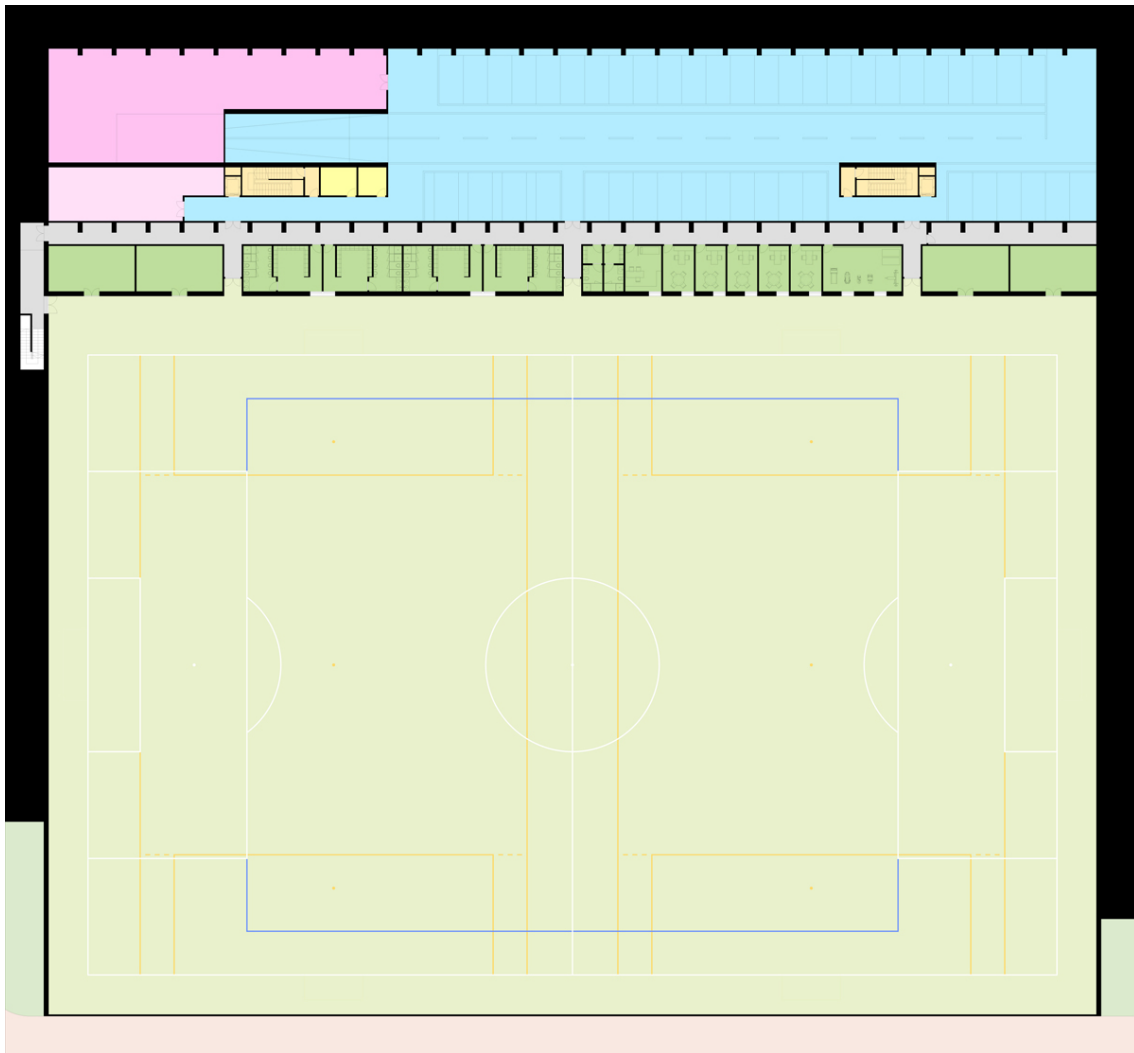


Figura 32. Layout . Piso (-1) . ■ desporto | ■ cultura | ■ lazer | ■ acessos verticais | ■ estacionamento | ■ at

No seguimento, podemos começar por caracterizar o piso térreo do edifício principal, no âmbito geral, como sendo o “cristal” da intervenção e a grande mais valia do programa funcional que agora desenrolamos. O conteúdo programático deste piso foi desde a sua génese estruturado a partir dos conceitos teóricos previamente abordados, apresentando-se sob a forma de resposta prática perante os problemas de ordem social e educativa antes identificados, sobretudo aqueles que ao acesso generalizado de todos à cultura dizem respeito e que, conforme vimos, constituem uma parte substancial dos instrumentos fundamentais de educação dos mais jovens.

A ideia de se criar um equipamento público multiusos, associado diretamente às funções de cultura, desporto e lazer, foi emergindo no decurso do processo de estudo e análise da evolução dos conceitos de uma museologia com preocupações sociais e

educativas, desde o Seminário Regional da UNESCO, de 1958, até às mais recentes formas de transmissão inclusiva dos valores da cultura. A dado momento, na *Declaração de Córdoba* de 2017, pode ler-se que “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada”, num olhar que proponha uma aproximação antropológica ao património, desviando o olhar do objeto, centrando-se nos sujeitos e nas relações sociais, culturais, simbólicas, políticas e económicas que propiciam a materialidade e a imaterialidade. É exatamente nesse ponto que nos ancoramos e que surge a intenção de se criar algo que faça parte integrante do quotidiano natural das pessoas, que “esteja na vida”, que dê resposta à falta de tempo e à ausência de experiências prévias, que seja uma presença natural no dia-a-dia da comunidade refutando-se por completo o fantasma erudito da “cultura de classes”, sobretudo aquela que abarca a componente educativa e se direciona em específico à formação do público mais jovem.

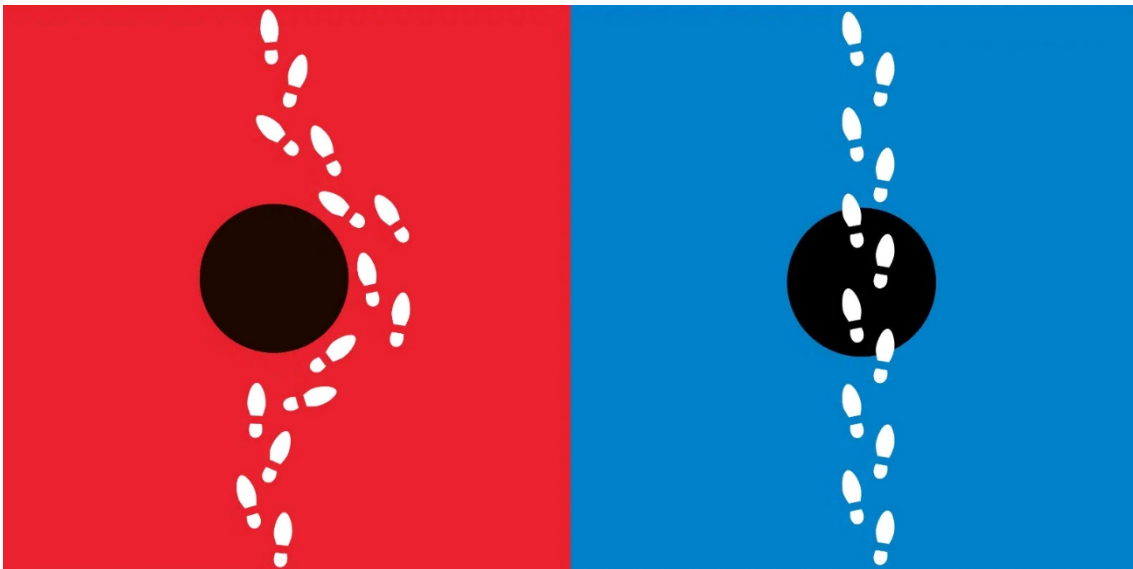


Figura 33. Ilustração gráfica representativa dos “caminhos da cultura”. (Créditos: Yang Liu – edição nossa).

Neste sentido, procuramos conceber um programa temático cuja organização funcional remete para a materialização de espaços de vertente cultural e de lazer, incorporados no edifício numa posição central, de forma subtil, emergindo a cultura por entre os “caminhos” do fluxo social do público afeto ao desporto infanto-juvenil. Esta forma de posicionamento e de distribuição dos instrumentos culturais tornou-se cada vez mais comum no presente século, quer pela circulação da arte em geral, das inúmeras coleções e exposições permanentes dos museus, como pela apropriação galopante de áreas de espaço público do meio urbano e rural (quarteirões, praças, avenidas, logradouros, ruas pedonais, passeios marginais, jardins, estações de metro,

festivais, entre outros) na difusão dos diversos conteúdos culturais. O fenómeno de abertura de oficinas de arte, residências artísticas, galerias e museus ao meio envolvente constitui, hoje, uma prática quase obrigatória nos circuitos da cultura, e é exatamente nesse pressuposto que o espaço destinado à exposição e divulgação de conteúdos do edifício se pretende enraizar.

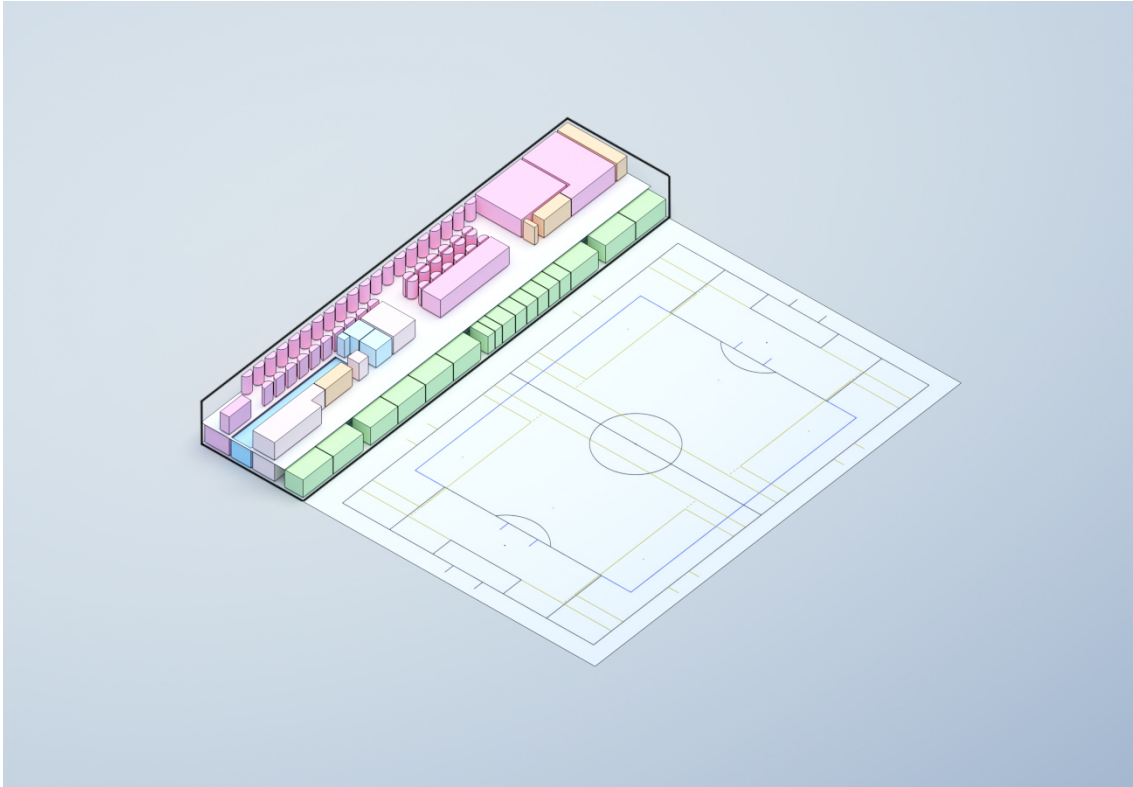


Figura 34. Diagrama . Piso (0) . ■ desporto | ■ cultura | ■ lazer | ■ acessos verticais | ■ estacionamento | ■ i.s.

O espaço de exposição em apreço, que ocupa no piso térreo do edifício uma área de destaque com cerca de 520m², projetado numa matriz de *open space*, destina-se à divulgação através do método expositivo de conteúdos culturais de vertente educativa, não pretendendo assumir-se como um museu de história ou de coleções temáticas, nem um ecomuseu, centro de interpretação ou uma galeria de arte, mas sim como um ponto ancora de todas as formas de cultura, um *hub* cultural na forma de espaço multifacetado de introdução à memória, idealizado para ensinar e servir de fomento à curiosidade, capaz de inculcar a componente da prática cultural na relação com as gerações mais jovens do concelho e em toda a comunidade que frequenta e visita este espaço, quer de forma indireta, através da absorção dos fluxos sociais do desporto, como diretamente através da criação de conteúdos e eventos culturais específicos.

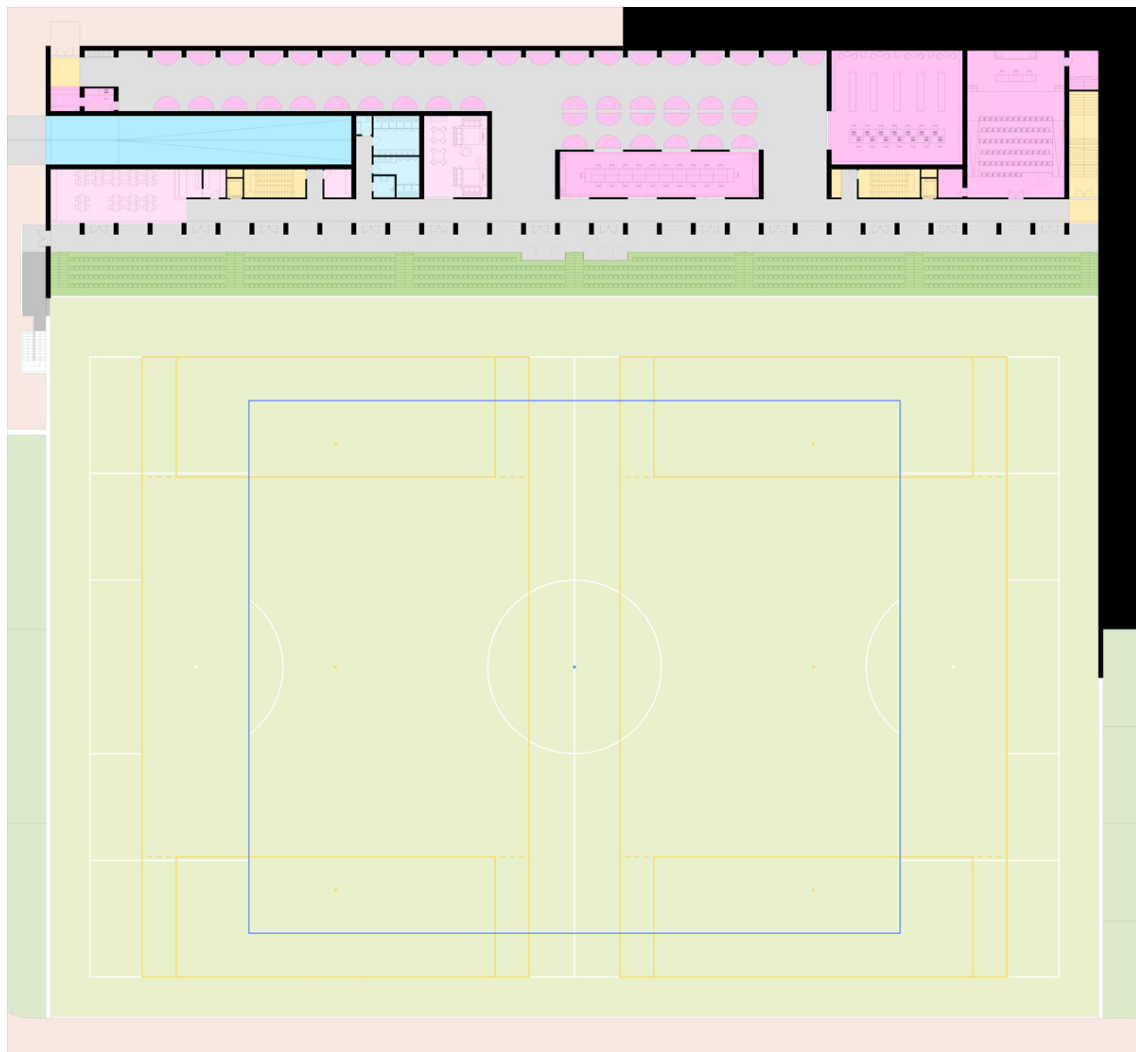


Figura 35. **Layout . Piso (0)** . ■ desporto | ■ cultura | ■ lazer | ■ acessos verticais | ■ estacionamento | ■ i.s.

Assim, a grande questão que se levanta, desde logo, é a de como conseguir divulgar conteúdos educativos e culturais, dinâmicos, versáteis e efémeros, num espaço público criado de raiz que não detém acervo, coleções, nem espólio próprio? A palavra chave, que parece neste ponto ser a mais adequada como resposta efetiva para a questão da gestão e do funcionamento do espaço expositivo é: em rede, através de uma série ampla de parcerias articuladas com todas as estruturas museológicas e culturais da cidade de Ponta Delgada, dos restantes concelhos da ilha de São Miguel e da Região Autónoma dos Açores, tanto as de cariz público como as de iniciativa privada, onde se inserem as associações culturais sem fins lucrativos, capazes de criar valor nas temáticas da educação, das tradições e da memória, despertando ao mesmo tempo a curiosidade e fomentando a prática cultural junto da comunidade local. Podemos, neste preciso enquadramento, lembrar uma das principais bases estruturais teóricas da

presente dissertação, firmadas em solo argentino aquando da publicação da *Declaração de Córdoba*, em 2017, quando se propunha “cooperação, mobilização coletiva e parcerias entre museus, visando a redistribuição e circulação de recursos, saberes e experiências”. A mesma Declaração, sublinhava ainda a necessidade de criação de políticas públicas de descentralização em museus e espaços culturais públicos que pudessem concentrar recursos e influências com o objetivo da abertura de portas para experiências de autogestão no âmbito da Museologia Social focada no território, em articulação com os coletivos comunitários pré-existentes.

Considerando, portanto, os conceitos de cooperação entre entidades públicas e privadas, que pretendemos nesta fase acrescentar, e a conseqüente articulação na circulação de bens culturais como forma de descentralização física dos demais instrumentos da cultura, procuramos desenvolver uma ideia base de gestão do espaço expositivo criado no edifício principal, procurando integrar a área em apreço num sistema de rede integrado, numa primeira instância, através de uma parceria de incorporação, de contornos próprios e muito singulares, tanto na rota dos 10 equipamentos culturais com funções museológicas sob a tutela da Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), envolvendo assim 8 museus públicos, o Ecomuseu do Corvo e o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas³⁵, como também a *Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores* (RMCVA), da qual fazem parte a mesma série de instituições públicas sob a tutela da DRAC como são exemplos, na ilha de São Miguel, o Museu Carlos Machado, Museu Militar dos Açores, Museu Municipal da Ribeira Grande, Museu do Tabaco da Maia e o Museu Municipal de Vila Franca do Campo³⁶. Convém salientar que a *Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores*, cujos princípios se estabelecem através do Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores³⁷, funciona através de um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva, que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus e tem como objetivos, entre outros, a valorização do património móvel dos Açores como recurso identitário, cultural e tecnológico, pontos que julgamos essenciais na concretização de uma cultura de

³⁵ Para mais informações consulte-se: <https://www.culturacores.azores.gov.pt/agendaMobile/default.aspx?id=44279>, acessado em 25/03/2024.

³⁶ Para mais informações e listagem completa de membros consulte-se: redemuseuscolecoesvisitaveisacores.pt/seja-membro/, acessado em 25/03/2024.

³⁷ Decreto Legislativo Regional n.º 34/2021/A, de 24 de novembro, que por sua vez vem alterar os termos do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro.

identidade local e de memória coletiva que pretendemos expressar na concretização deste novo espaço expositivo de vertente amplamente educativa.

Para além da intenção de agregação do novo espaço expositivo no circuito visitável dos equipamentos museológicos tutelados pela DRAC enquanto membro voluntário da RMCVA, prevê-se também que no emergir deste novo *hub* cultural da cidade se possa materializar uma resposta pragmática perante os desígnios do quarto eixo de ação do Plano e dos objetivos que estabelece a *Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030*, cuja importância sublinhamos anteriormente, que se debate com a problemática da coesão territorial e as fronteiras “entre público e privado, entre freguesias, municípios e Região, entre centralidades e margens, entre espiritualidade e criação, entre tradição e rutura”, que visa fortalecer a colaboração entre instituições públicas, associações e demais agentes dos domínios culturais, através da criação de uma rede verdadeiramente ativa e agregadora, conforme aliás pretendemos, “(...) assegurando resposta ao longo de toda a cadeia de valor da cultura abrangendo o concelho e testando modelos de gestão partilhada”, conforme pode ler-se nos *Objetivos para 2030* da Estratégia em apreço.

Deste modo, passamos a apresentar aquela que julgamos constituir a base fundamental do conceito que deve definir a política principal de gestão do espaço expositivo do edifício principal que ambiciona, acima de tudo, assumir-se como o ponto central de convergência social de toda a intervenção, quer ao nível da articulação particular com os restantes espaços do piso térreo como sobretudo em termos de transmissão de conteúdos educativos e culturais, neste novo equipamento público, de expressão sublinhadamente comunitária, que passa a integrar a área de expansão norte do Parque Urbano da cidade de Ponta Delgada.

Quando, no ano de 1997, Ethan Zuckerman criou para a *tripod.com* a primeira forma de anúncios *online* através do sistema de janelas pop-up, estaria longe de imaginar que a apropriação do termo e sobretudo a sua forma tão original de propagação pudesse estar na origem de uma série tão vasta de conceitos, também associados à cultura, através da instrumentalização de diferentes formas de comunicar e de divulgar, expor e materializar conteúdos educativos e culturais num ambiente físico de proximidade em locais que, à partida, não estariam genericamente vocacionados para tal finalidade. Nos anos recentes, assiste-se a uma proliferação intensa e ascendente da terminologia pop-up, tanto quanto nos referimos ao urbanismo pop-up (urbanismo tático) associado à participação comunitária *low cost* no reinventar dos

espaços públicos das cidades, como também no surgimento de festivais de arte pop-up, lojas pop-up, bibliotecas pop-up, restaurantes pop-up, concertos pop-up, desfiles de moda pop-up, mercados pop-up e, sublinhando aquilo que nos interessa verdadeiramente focar e desenvolver, exposições pop-up.

Este conceito recente de expressão da cultura pode definir-se resumidamente no emergir de exposições temporárias de arte e cultura geral que surgem, quase sempre no seio do meio urbano, em locais públicos e privados que não os museus, galerias de arte, ou qualquer outro tipo de espaço cujo uso primordial de base seja o de expor e difundir as diferentes formas de cultura. Pode, de certa forma, parecer um contrassenso, mas a verdade é que corrente pop-up tem assumido um papel cada vez mais importante na missão primária dos museus, quer associada aos de vertente mais tradicional como às estruturas de vocação educativa, social e comunitária. A abertura do museu ao contexto social que o envolve procura chegar e estabelecer diálogo com novos públicos.

As exposições pop-up estão, rapidamente, a tornar-se populares e, por um bom motivo, estão em novos espaços, mostram ideias e obras únicas e, acima de tudo, parecem urgentes e estimulantes. As pop-ups permitem que exposições de todos os tamanhos expandam a sua programação, testem uma nova cidade ou bairro e explorem exposições não tradicionais.³⁸



Figura 36. **Fotografia de referência: exposição pop-up no espaço público.** (The Philadelphia Museum of Art).

³⁸ Transcrito de: <https://viralquests.eu/pt/quests-all/42-entrepreneurship-eqf-level-3/537-creating-pop-up-exhibitions-2> ,
acedido em 25/03/2024.

Um dos melhores exemplos práticos de exposições pop-up que desde já podemos destacar, pelo menos considerando a sua enorme abrangência global, tem a ver com a ocupação através da presença de diferentes formas de cultura em montras, corredores e praças interiores dos centros comerciais das cidades, escolhidos pela sua enorme abrangência social ao nível da captação de fluxos diários, inseridos no quotidiano da vida das pessoas, ambicionando-se uma democracia cultural progressiva através da angariação transversal de “novos públicos”. Esta nova forma tão popular de difusão de conteúdos educativos e culturais representa um caminho alternativo para as instituições museais públicas e privadas, assumindo-se hoje como uma ferramenta social muito útil no âmbito da livre circulação de bens culturais. Este tipo de abordagem expositiva pop-up pretende funcionar, em nossa opinião, como uma espécie de “aperitivo cultural”, fomentando a curiosidade e promovendo a prática posterior de pessoas que à partida não estariam no leque natural de visitação dos equipamentos culturais. No fundo, a exposição pop-up é isso mesmo e representa uma pequena amostra física de uma determinada coleção que tem como objetivo despertar a comunidade através de um sentimento de pertença e de inclusão sociocultural.



Figura 37. Fotografia de referência: exposição pop-up no CC Colombo. (créditos: Carolina Banza).

A título prático de exemplo, passamos a transcrever parte da publicação *online* do Museu Bordalo Pinheiro que consegue resumir de forma clara e muito pragmática o real intuito de uma exposição pop-up:

Entre 7 de julho de 2021 e 13 de janeiro de 2022, uma montra do Centro Comercial Colombo transforma-se numa espécie de Museu Bordalo Pinheiro pop-up, trazendo até si várias obras de Rafael Bordalo Pinheiro. É uma forma de levar a obra de Bordalo para fora destas “quatro paredes” do museu e um estímulo para dar a conhecer o talento e o humor deste grande artista a mais pessoas, precisamente no ano em que celebramos os 175 anos do nascimento do artista e os 105 anos do Museu Bordalo Pinheiro. Cada mês, apresentamos-lhe uma faceta de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), genial artista e criador do nosso Zé Povinho, desde a sua obra cerâmica ao seu trabalho como decorador.³⁹

Outro tipo de abordagem pop-up muito comum, que se prende com a ocupação espacial de praças cobertas nos centros comerciais, relaciona-se diretamente com a prática expositiva e está também associada à difusão de coleções de arte dos maiores museus portugueses. Dos inúmeros exemplos disponíveis para consulta *online*, através do programa cultural *A Arte Chegou ao Colombo*, damos ênfase à exposição “100 Anos Nadir Afonso”, em 2021 no pós-pandemia, atendendo a que a mesma representou a maior estrutura expositiva alguma vez instalada num edifício destinado a comércio e serviços. “Numa ambiciosa instalação com sete salas, que ocupa quase a totalidade da Praça Central, os visitantes do Centro Colombo vão ter acesso a 43 obras do artista (...) num museu temporário criado exclusivamente para celebrar o centenário de Nadir Afonso”.⁴⁰



Figura 38. Fotografia de referência: exposição pop-up no CC Colombo. (créditos: Diogo Aguiar Studio).

³⁹ Transcrito de: <https://museubordalopinheiro.pt/expo/bordalo-no-colombo/> , acedido em 25/03/2024.

⁴⁰ Transcrito de: <https://www.e-cultura.pt/evento/22418> , acedido em 25/03/2024.

Neste sentido, voltando ao conceito base que define a principal política de gestão do espaço expositivo criado no edifício principal, entende-se que o desenvolvimento do mesmo possa estar associado a um sistema itinerante de exposições temporárias pop-up em estreita ligação, numa primeira instância, com a rota dos 10 equipamentos culturais com funções museológicas sob a tutela da Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), envolvendo assim 8 museus públicos, o Ecomuseu do Corvo e o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas. Num segundo prisma, entende-se também que o mesmo espaço expositivo deve assumir a sua vertente multidisciplinar e abrir portas aos diferentes instrumentos educativos com preocupações sociais e incorporar também exposições temporárias pop-up direcionadas ao culto da memória, às tradições locais e à interpretação do território. Por último, importa criar espaço e abertura para que todas as associações locais de cariz cultural e as de iniciativa privada possam divulgar e expor conteúdos próprios. O grande objetivo desta área expositiva é que a mesma possa funcionar também como um “aperitivo cultural”, capaz de ensinar e sobretudo de despertar curiosidade, servindo de ponto de atratividade inicial pop-up para que posteriormente os utilizadores e visitantes deste espaço expositivo sintam vontade de visitar os museus, ecomuseus, centros de interpretação e demais entidades participantes de toda a Região. Tanto as temáticas como os conteúdos expostos devem direcionar-se em específico ao público jovem e apresentar capacidade de transmissão de valores educativos e culturais direcionados à inclusão, igualdade e sustentabilidade ambiental. O espaço de exposição criado deve manifestar-se como uma fonte de conhecimento versátil, renovável, mas acima de tudo capaz de cativar e de fomentar a importância do interesse pela cultura junto de toda a comunidade.

Para além da área expositiva em apreço que deve assumir uma posição central na distribuição de conteúdos, o piso térreo do edifício principal inclui ainda outros três compartimentos no programa funcional destinados à divulgação e prática de instrumentos educativos e culturais junto do público infanto-juvenil. Para o efeito, criou-se uma sala de disposição longitudinal, também ela no cunho central do edifício em ligação direta com a área expositiva, destinada a *workshops* e trabalhos oficinais com cerca de 95m², com capacidade para um máximo de 20 participantes e 2 formadores, onde se podem incluir tanto as crianças como a família ou amigos que desejem participar nas atividades de prática educativa que aqui se desenrolam.

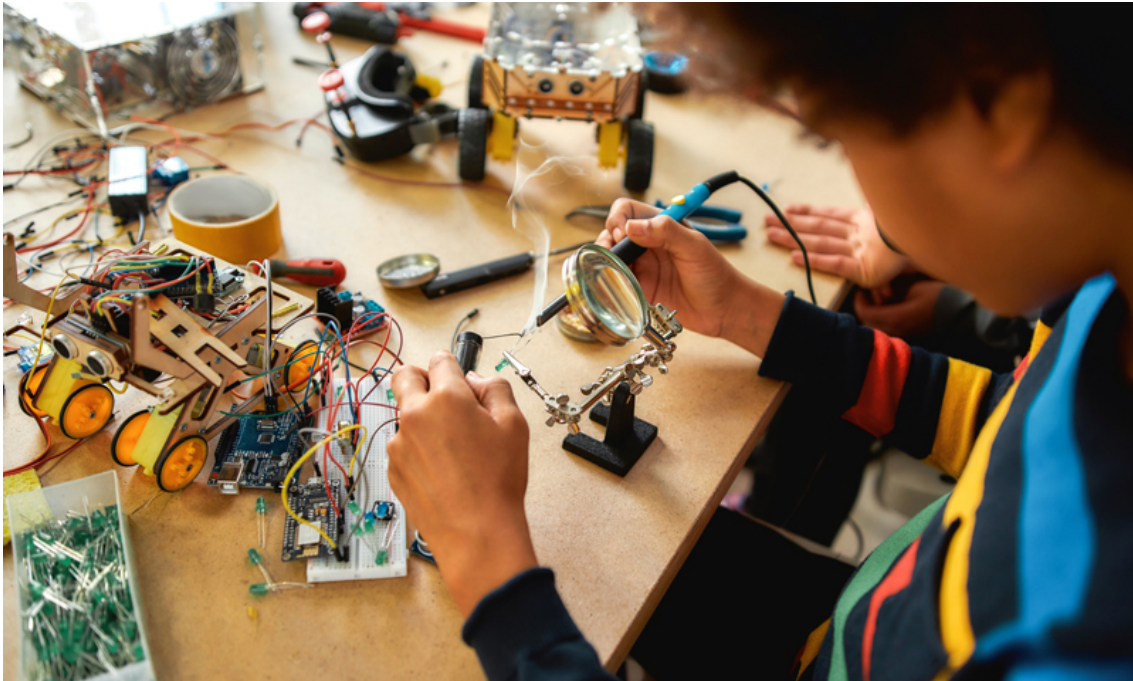


Figura 39. Fotografia de referência: sala de workshop / trabalhos oficiais. (Créditos: Svittlana Ponurkina).

O objetivo deste espaço prende-se com as inúmeras possibilidades de aprendizagem teórica e prática de novas áreas do conhecimento capaz de potenciar o aumento do interesse e da motivação das crianças pelas áreas que não as do desporto, como por exemplo a arte, ciência e tecnologia. O espaço em apreço, relativamente à temática e oferta de conteúdos, deve também articular-se num sistema de parceria com as escolas do concelho de Ponta Delgada e com todas as entidades formadoras públicas e privadas que expressem vontade de alargar o raio dos seus horizontes físicos estimulando, deste modo, um novo público jovem para a importância da prática e da cultura geral nas mais variadas áreas do conhecimento.

No mesmo piso, numa área confinante a nascente à área expositiva, surge também uma biblioteca com espaços destinados à consulta, leitura e permanência das crianças. Este espaço, que deve oferecer sobretudo literatura de cariz infanto-juvenil, pretende servir de estímulo aos hábitos de leitura da população mais jovem, mas servir também de apoio a todas as atividades diretamente relacionadas com a formação escolar. Prevê-se que os utilizadores deste espaço possam aqui desenvolver trabalhos escolares individuais e de grupo, vulgo trabalhos-de-casa, aproveitando a oferta literária e os recursos informáticos existentes ao mesmo tempo que se potencia a aprendizagem e se fomentam laços de amizade e de convívio saudável entre todos.



Figura 40. **Fotografia de referência: biblioteca e sala de informática.** (Medium).

Por último, no que ao campo educativo e cultural diz respeito, considerou-se também a inclusão no programa de um pequeno auditório com 150m² com capacidade para 72 espetadores, onde se incluem 2 lugares destinados a pessoas com mobilidade condicionada. Este auditório destina-se à divulgação e projeção de conteúdos culturais, como são exemplos os eventos de teatro, música, cinema e dança destinados à comunidade jovem, mas também à realização de seminários e reuniões de promoção educativa, cultural e desportiva. À imagem da programação dos espaços antes descritos, também o auditório deve funcionar num regime de parcerias integradas de colaboração entre os agentes do sector cultural e criativo da Região e estar aberto a todas as entidades públicas e privadas que ambicionem participar de forma ativa na formação sociocultural do público jovem.

Como forma de complemento às áreas antes descritas afetas à prática desportiva e à componente educativa e cultural, o programa do edifício comporta ainda dois espaços destinados ao convívio e ao lazer da comunidade.

Neste sentido, criou-se na ala poente do edifício uma sala de jogos tradicionais e de *gaming* digital com 55m² destinada, em exclusivo, à utilização de todo o público infanto-juvenil. Note-se, desde já, que a intenção de tornar viável esta sala prende-se

com a componente de permanência e de atratividade dos mais jovens. Se o conceito fundamental de todo o edifício é o de criar uma real ponte entre o público e os intervenientes do futebol infanto-juvenil e os instrumentos da cultura, entenda-se portanto a ideia de criação deste compartimento lúdico e de lazer como uma pequena ponte entre a cultura e os mais novos, não se podendo, em nossa opinião, dissociar aqueles que são os reais interesses das novas gerações em prol de uma ambicionada forma de motivação e de participação natural.



Figura 41. Fotografia de referência: sala de jogos com ambiente retro. (Memoky blog).

Assim, o objetivo principal desta sala de jogos passa por, através da componente de jogabilidade, inserir tópicos de tradição e de memória de outros tempos através da disponibilização de jogos de cartas e de tabuleiro (xadrez, damas, dominó, glória, monopólio, marrahinha, entre outros) e regular de forma clara a utilização do sistema de *gaming* digital, criando uma relação estreita entre a biblioteca e a sala de jogos. A requisição de um livro dará acesso a um código de início de jogo digital, garantindo-se deste modo tanto a componente educativa como a utilização não abusiva do sistema. Cada jogo digital, de conteúdo não violento, oferece a possibilidade de utilização conjunta a 4 crianças em simultâneo, garantindo-se assim a componente social de

convívio e de fomento da amizade. Por último, ainda acerca da sala de jogos, imagina-se que tanto o ambiente do espaço como o mobiliário e iluminação da mesma pudessem ser desenvolvidos numa parceria efetiva com a Oficina-Museu das Capelas, do concelho de Ponta Delgada, através da utilização de objetos decorativos antigos que estimulassem a curiosidade e que servissem de forma didática como uma verdadeira “escola da memória”, de contornos reais, para os mais novos.

Em termos de programa interior relacionado diretamente com o lazer, o piso térreo do volume superior inclui também uma área de cafetaria destinada à confraternização de todos os utilizadores e visitantes com capacidade para 36 pessoas sentadas, disposta numa área envidraçada confinante à bancada sul do conjunto edificado com vista panorâmica sobre o campo de futebol e sobre o Parque Urbano. Aqui, procuramos inserir o conceito de “café cultural”⁴¹, num espaço de permanência efémera que procura combinar tecnologia, cultura e sociabilidade contemporânea.

Relativamente à área localizada no exterior coberto deste piso, que funciona em regime de ligação direta com a Avenida das Comunidades Açorianas, a ponte, e com todos os espaços interiores afetos à cultura e ao lazer, podemos indicar que se prevê uma lotação máxima de 732 espetadores nos lugares sentados da bancada e 6 nos lugares destinados a utilizadores com mobilidade condicionada, num total de 738 espetadores sentados. Antevê-se, deste modo, a conceção global de um edifício multiusos que procura apresentar condições dignas para prática desportiva, quer destinadas aos praticantes locais como aos diversos clubes que visitam semanalmente a cidade de Ponta Delgada, envolto na missão educativa dos mais jovens, mas devidamente adaptado ao cenário e às necessidades desportivas contemporâneas. Prevê-se que aqui se possam desenrolar os treinos, tanto lúdicos como os de vertente competitiva, jogos amigáveis e de competição infanto-juvenil, e também como espaço de afirmação social da cidade com capacidade para receber a boa organização de eventos pontuais de convívio desportivo entre os clubes locais e ainda de torneios de intercâmbio regional, nacional e internacional, muito comuns entre os marcos sociais que se relacionam diretamente com os praticantes do futebol de formação, conforme já referimos e salientamos no decurso do processo de dissertação.

⁴¹ Para um entendimento mais aprofundado sobre o conceito de Café Cultural consulte-se: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21531/1/203008707.pdf>, de ANDRADE, A. (2016), acedido em 25/03/2024.

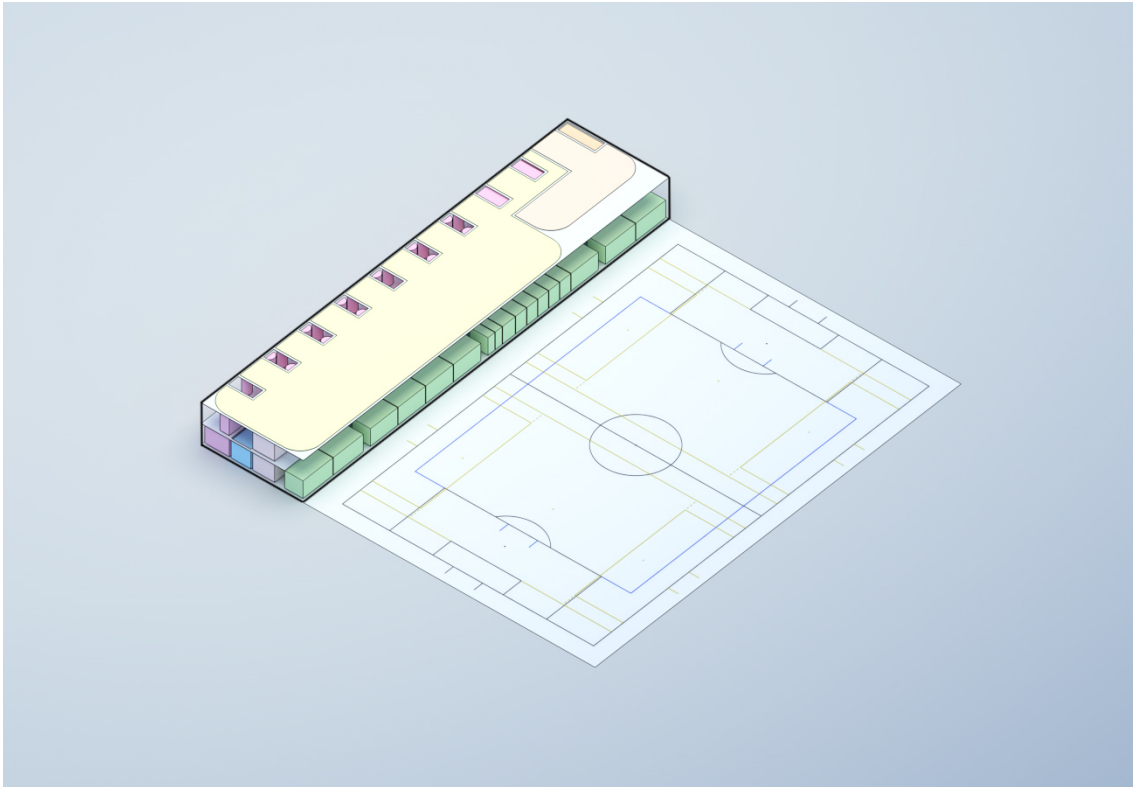


Figura 42. **Diagrama . Cobertura** . área ajardinada não acessível | área de acesso público: miradouro do Parque.

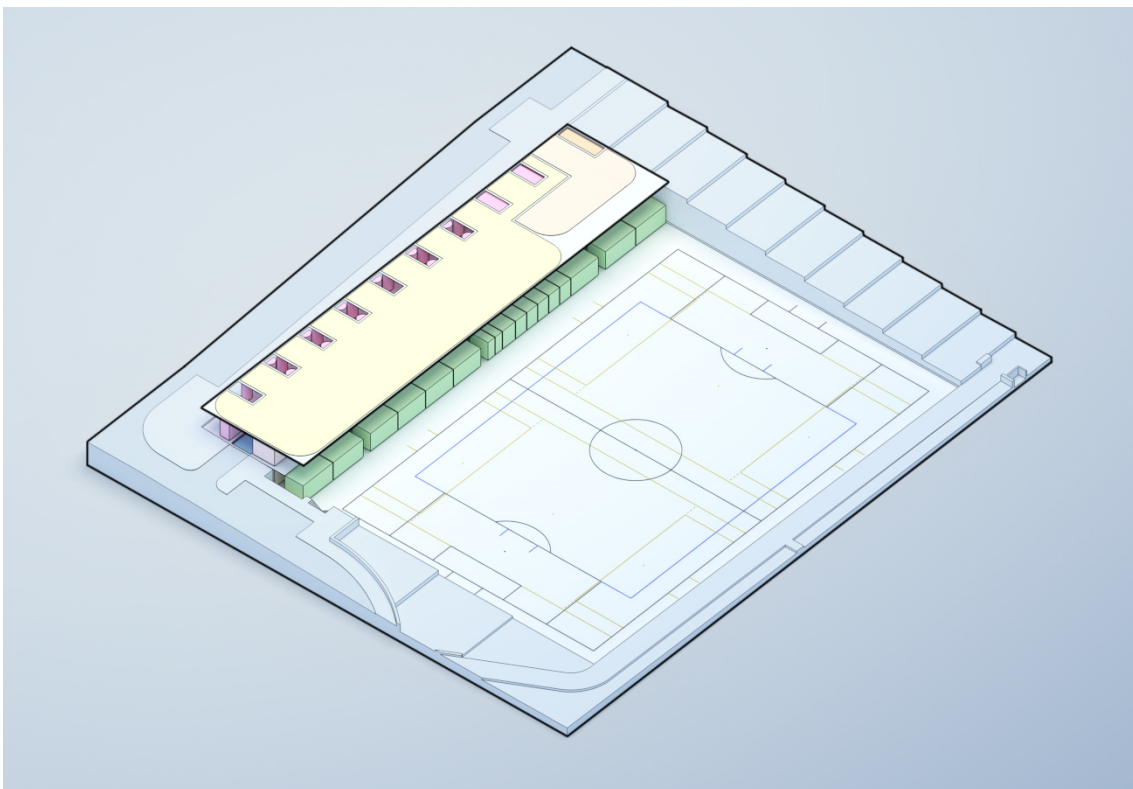


Figura 43. **Diagrama . Relação de conjunto entre a intervenção e o espaço envolvente.** (legenda idêntica a F.42).

No exterior do edifício principal destaca-se ainda a presença sobranceira ao Parque, na cota mais elevada, de um miradouro de acesso público criado no aproveitamento da cobertura plana do volume edificado com acesso pedonal direto a partir do circuito pedonal fronteiro à Avenida das Comunidades Açorianas, a norte. Nesta que se constitui como uma área cénica de lazer da intervenção, destinada quer aos transeuntes quotidianos do Parque como aos turistas que visitam a cidade, imagina-se que a mesma possa também servir o edifício principal inserida em contextos de organização pontual de eventos desportivos afetos ao futebol de formação para a instalação, no espaço público adjacente, de um *foodtruck park* como solução tática urbana que procura através da ocupação de pequenas praças em espaço público criar áreas de lazer, convívio e de consumo de comida rápida diretamente associadas a roulettes de venda ambulante. Estes espaços de acesso público podem, portanto, caracterizar-se como intervenções pontuais, de cariz temporário, implantados em parques de estacionamento, em praças e nas áreas limítrofes de jardins públicos e de bairros residenciais, tipicamente erigidos em áreas urbanas caracterizadas pela presença de árvores e de espécies arbustivas. Este tipo de intervenção tática define-se pela instalação de bancos, mesas, cadeiras, alpendres, floreiras, sanitários amovíveis e alguma iluminação de presença, capaz de tornar convidativo à permanência e à socialização o espaço público destinado e delimitado para o referido efeito.



Figura 44. Fotografia de referência: *foodtruck park* em ambiente urbano. (The Food Truck Park).

Na cobertura do corpo principal do edifício foram também extrudidos nove lanternins na figura de prismas retangulares com o objetivo de se iluminar de forma zenital indireta tanto o espaço expositivo como a biblioteca. Esta solução permite criar um ritmo de luz natural que se pontua ao longo dos espaços interiores e, ao mesmo tempo, procura dirigir a atenção dos utilizadores para os conteúdos expostos e não para as circunstâncias que envolvem todo o contexto exterior do piso térreo.

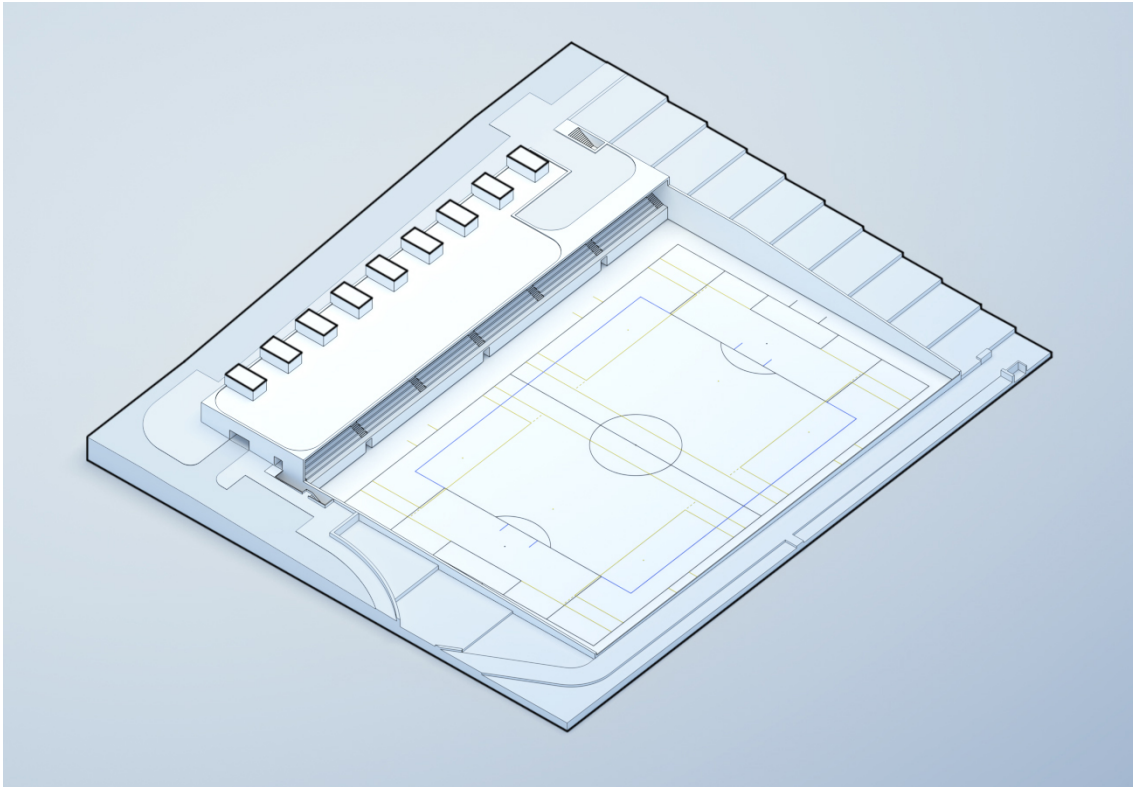


Figura 45. **Diagrama . Cobertura** . (lanternins para iluminação zenital da sala de exposição e da biblioteca).

Para além do miradouro e da requalificação do espaço público adjacente, descritos anteriormente, determina-se que a parte sobranete da cobertura do edifício seja inacessível ao público, mas ajardinada, numa leitura verde de continuidade perante o ambiente natural do Parque. Estima-se, também, o aproveitamento daquela área descoberta para a recolha seletiva (filtrada) de águas pluviais prevendo-se o encaminhamento das mesmas para um reservatório destinado ao sistema de rega do campo de futebol. A água do mesmo reservatório deverá ainda canalizar-se para o conjunto de sanitários incluídos nos balneários de apoio à atividade desportiva. O tratamento da água doméstica, sobretudo aquela que se destina aos chuveiros, deverá ser aquecida através de sistemas de bomba-de-calor, com serpentina, e baterias de

armazenamento recarregáveis com recurso a energia solar. Outro importante ponto a destacar, que sublinha o garante de sustentabilidade básica do projeto, será a necessária instalação de painéis fotovoltaicos dispostos ao longo do corpo da cobertura do edifício como importante fonte de energia verde, obviamente renovável pela natureza, afeta diretamente à manutenção e ao funcionamento responsável deste equipamento versátil de uso público.



Figura 46. **Diagrama . Cobertura .** (área ajardinada inacessível como suporte de sustentabilidade do edifício).

Prevê-se, em suma, uma intervenção responsável do ponto de vista ambiental e da manutenção dos recursos naturais existentes, devidamente integrada no cenário verde do Parque e na topografia muito própria deste lugar, numa disposição edificada que procura adaptar-se às características da paisagem e conter sobre si uma série de conteúdos programáticos distintos onde se inclui a presença vincada do recinto desportivo afeto ao futebol de formação. Não obstante, parece-nos claro que a solução encontrada procura fundir-se nas características formais deste território e, ao mesmo tempo, integrar-se pelos conteúdos inovadores na política de base social que também espelha a componente ambiental e de lazer do Parque Urbano da cidade.

Antes de concluirmos, importa também referir que a solução apresentada, pela versatilidade de usos que dispõe, deve procurar estabelecer uma relação de simbiose estreita com a dinâmica social que já detém aquele lugar, não se pretendendo que a intervenção se resuma à criação de um mero centro cultural e desportivo implantado no alto do Parque mas que a proposta simbolize um verdadeiro polo de interesse para as pessoas como horizonte genuíno de inclusão sociocultural, erigido para o desenvolvimento dos mais jovens mas de portas abertas a toda a comunidade. É importante que o novo equipamento se assuma como um verdadeiro complemento às valências do Parque Urbano, e que dele faça parte integrante, evocando uma autonomia própria num cenário de conjunto e nunca de individualidade em mais um óbvio retrato da paisagem. Deve promover-se uma relação de continuidade para com as sinergias próprias do Parque, tirar-se proveito do cariz singular do espaço edificado para cativar a prática desportiva, potenciar a criação de novos eventos culturais num sistema de rede integrado com o meio urbano, aliando criatividade com inovação, educação através da cultura, expressando-se assim a verdadeira essência da cidade criativa que “fugiu do papel” e alterou para sempre a vida e o quadro social desta comunidade.



Figura 47. **Fotografia de referência: Stadio Drusus, Bolzano ITA** . gmp Architekten (créditos: Marcus Bredt).

Conclusão.

No culminar do processo de análise, exposição e desenvolvimento da dissertação, passamos a condensar os pontos centrais dos diversos conceitos e temáticas abordadas anteriormente que procuraram, em resumo, fundamentar e estabelecer uma relação de continuidade progressiva ao longo da investigação resultando, conforme vimos, na conceção e apresentação de uma proposta prático-criativa como objeto de resposta perante alguns dos problemas socioculturais identificados no seio da comunidade em foco neste trabalho de matriz académica.

Importa começar por referir que muitas das conclusões obtidas foram sendo expostas no decurso da redação capitular, sobretudo pelo facto de que as mesmas se revelaram fundamentais para o desenvolvimento contínuo do trabalho, num longo percurso que procurou desde a génese assumir-se como um processo lógico de relação estreita entre a teoria e a prática até à solução material apresentada.

O tema introduzido, designado *Sociomuseologia em contexto desportivo: um caso prático de inclusão sociocultural e de desenvolvimento museológico conexo à matriz do desporto infanto-juvenil*, procurou desde logo estabelecer uma relação tripartida entre o conceito teórico de Sociomuseologia, a aplicação prática da Museologia Social e a identificação do fluxo de públicos e de jovens atletas que exprimem o desporto infanto-juvenil no concelho de Ponta Delgada, com especial incidência para os clubes que representam o cunho central da mesma cidade. O trabalho dividiu-se em três etapas distintas onde procuramos obter conhecimento e resultados para uma série de problemáticas de ordem social, cultural e desportiva, partindo-se sempre do princípio geral de que os valores da educação são transversais e associam-se de forma direta a todos os setores das ciências sociais e humanas.

Assim, através do processo inicial de análise cronológica a uma série de eventos que estão na base da criação dos conceitos correntes de Sociomuseologia e de Museologia Social, foi possível compreender que a missão primária dos museus e dos diversos instrumentos culturais foi evoluindo com o passar das décadas recentes, onde a educação e a proliferação de temáticas e conteúdos expostos se foi direcionando em específico para as circunstâncias sociais de cada comunidade, para as suas necessidades e, sobretudo, passou a entender-se o espaço-museu como importante instituição cultural que deve assumir-se como parte integrante de uma solução que

consiga fomentar e promover o crescimento social e humano, de portas abertas a todos, procurando mitigar a exclusividade da prática social na tão ambicionada busca pela matéria que sublinha a democracia cultural. Focamos, ainda, a importância do museu que se abre ao meio, que assume uma dimensão comunitária, que se relaciona com as pessoas e que procura representar-se em espaços longe dos seus “muros”, numa estratégia de difusão geradora de curiosidade, capaz de potenciar e formar capital humano através da angariação de “novos públicos”. Destacamos a importância da criação das novas redes museológicas como forma de portabilidade efémera de bens culturais que representa, porventura, o futuro imediato de qualquer museu que detenha a missão educativa e comunitária como foco principal de desígnio objetivo.

Neste sentido, foi possível concluir que, para além das preocupações de ordem social relacionadas diretamente com uma comunidade específica, seria importante conseguirmos reafirmar e materializar no trabalho uma política pública de cooperação entre instituições museológicas, num sistema de funcionamento em rede, fomentando programas que consigam tornar efetiva a real circulação de coleções e de exposições itinerantes em espaços de acesso público, que não os museus ou outros ambientes de vertente cultural única. Tornou-se óbvio, a partir deste ponto, que a investigação corrente teria uma finalidade vincadamente social, assente no desenvolvimento de um polo comunitário específico através da conceção e adaptação de espaços homogéneos de linguagem inclusiva focados, em específico, no desenvolvimento educativo e cultural da população em idade jovem, mas também de acesso generalizado público.

Um dos maiores desafios prendia-se, portanto, com a identificação desse mesmo público-alvo que, num caso muito próprio, se focou nas circunstâncias sociais relacionadas com a faixa infanto-juvenil de praticantes de futebol de formação da cidade de Ponta Delgada, pelo simples facto de que o mesmo representa hoje uma importante franja da população deste concelho que se encontra cimentada através do fluxo de convergência social existente que se associa, em paralelo, a um tipo de vivência quotidiana recorrente e que se abre de forma transversal e inclusiva a todas as classes sociais da cidade. Esta foi, desde logo, a principal fórmula da investigação, a de identificar uma problemática real e de procurar, numa fase posterior, uma solução concreta, devidamente moldada e adaptada à realidade social do lugar, na forma de resposta a um problema estrutural muito próprio.

Tornou-se, então, necessário conhecer algumas das circunstâncias de cariz sociológico relacionadas diretamente com a caracterização do quadro populacional e

com os hábitos culturais dos portugueses, numa primeira fase, e posteriormente com a interpretação dos números associados à comunidade açoriana. Da análise geral e sumária do referido quadro, foi possível retirar que Portugal apresenta níveis altos de carência no campo da educação e que os Açores, por sua vez, apresentam a mais elevada taxa de risco de pobreza do país. Não obstante, concluiu-se também que o mesmo território ultraperiférico da Europa representa a região mais jovem de Portugal apresentando também o índice de sustentabilidade potencial mais elevado do país. Perante os valores apresentados sublinhou-se no decurso da redação a importância do investimento na educação dos mais jovens atendendo ao enorme potencial de crescimento económico, social e cultural do arquipélago açoriano.

Por outro lado, procuramos sublinhar também um amplo estudo realizado, em 2020, acerca da diversidade dos hábitos e das práticas culturais dos portugueses, tanto ao nível do país como das regiões autónomas, retirando-se no essencial que “os dados do Inquérito realizado revelam significativas desigualdades sociais no acesso à cultura, em função do perfil sociográfico dos inquiridos”. Numa leitura de continuidade e de investigação em linha, abordamos as temáticas e os conceitos de “ponte cultural” e de “barreiras invisíveis”, onde se inclui a violência simbólica, tanto pela necessidade de se alargar o âmbito da investigação como na procura de respostas sobre o acesso democrático, ou não, da população em geral aos instrumentos culturais. Concluiu-se que, para além dos fatores relacionados com a educação, com a pré-disposição para a prática cultural e pela diferença socioeconómica da comunidade, existem ainda uma série ampla de barreiras e de circunstâncias ocultas que também contribuem, de forma significativa, para índices tão baixos de participação e de visitação aos museus e aos locais onde, em específico, se difundem os diversos instrumentos culturais.

Atendendo ao foco comunitário da presente investigação, inserimos o tópico do desporto numa posição de relação estreita e direta perante os conteúdos anteriormente debatidos procurando sublinhar originalidade e criatividade no âmbito da dimensão social que abrange a prática do futebol no nosso país. Pareceu-nos essencial introduzir a enorme dimensão social da prática desportiva do ponto de vista da ética e dos valores intrínsecos à competição, procurando focar a importância da inclusão como factor primário de participação social. Nesta fase foi possível, com base na posição expressa por diversos autores, sublinhar a importância de se desenvolver uma estratégia democrática e abrangente para a trilogia composta pela cultura, desporto e socialização, de uma forma global, direta e sobretudo multicultural.

A partir deste ponto, o trabalho procurou focar-se num caso específico, circunscrito ao concelho de Ponta Delgada, onde numa primeira etapa foram abordadas questões relacionadas com a escolaridade, cultura e desporto infanto-juvenil. Foi possível concluir que, apesar de se verificarem avanços significativos nestas áreas, existem ainda números preocupantes relacionados com a educação básica e superior da população do concelho que se encontra, em comparação com o resto do país, em patamares ligeiramente inferiores à média nacional. Em relação à cultura, dissecou-se em traços gerais os objetivos da *Estratégia Cultural de Ponta Delgada 2030*, concluindo-se que apesar da riqueza e do elevado valor intelectual do documento não surge qualquer relação direta tripartida entre cultura, desporto e socialização.

Assumindo o futebol jovem de competição como um dos principais temas da investigação, promovemos um estudo de caso acerca do desporto infanto-juvenil, quer ao nível da ilha de São Miguel como do concelho de Ponta Delgada, circunscrevendo a análise de caso à amostra da categoria de benjamins, onde se inscrevem os praticantes dos escalões de (sub-10) e (sub-11) anos de idade. Através do levantamento e da análise dos dados oficiais disponibilizados pela FPF, foi possível determinar que cerca de metade dos clubes e das equipas inscritas na competição pertencem ao concelho de Ponta Delgada, numa relação quase perfeita de ligação entre o número de praticantes de futebol jovem e de nascimentos de bebés e crianças neste concelho. Quando se promoveu, por outro lado, uma relação direta entre os clubes e as equipas participantes no futebol de formação de benjamins e as estruturas desportivas existentes no concelho de Ponta Delgada, os resultados obtidos foram bastante desanimadores. Concluiu-se que, relativamente aos clubes que representam o cunho central da cidade de Ponta Delgada, as condições disponíveis para a prática do futebol de formação revelam um défice estrutural preocupante uma vez que o parque desportivo disponível na cidade não consegue apresentar condições mínimas que favoreçam a prática, o treino e a competição no desenvolvimento desta atividade desportiva que, pela sua crescente popularidade, se revela tão importante na educação, no crescimento e na formação do público mais jovem que configura o principal quadro populacional que emoldura este tipo de prática.

Neste sentido, através do desenvolvimento de um exercício prático-criativo que se procurou elevar a partir dos fundamentos de Sociomuseologia e de Museologia Social, concebeu-se um programa funcional para um novo edifício público multiusos ancorado nos princípios do conhecimento, da inovação e da capacidade de reflexão e

de adequação de estruturas culturais, direcionado em específico para a problemática social identificada na comunidade de Ponta Delgada. Procuramos, deste modo, criar um novo polo de interesse público na cidade, diversificando os usos que estão na base do conjunto, procurando através da regeneração urbana criar uma nova dinâmica funcional no local escolhido para a implantação do novo centro cultural e desportivo, aberto no alto do Parque Urbano de Ponta Delgada, num local identificado pela forte componente ambiental e paisagística, caracterizado como lugar inacabado que se pode relacionar de forma direta com a envolvente urbana no sentido lato de pertença, como um intensificador de relações humanas através do efeito de justaposição de dinâmicas sociais, tanto existentes como a criar. Em nossa opinião, a combinação das funcionalidades de cultura, desporto e lazer no edificado de uso público, deve permitir a sustentabilidade educativa das cidades do futuro, como plataforma de continuidade territorial e ferramenta poderosa de convergência social, o que no fundo representa uma verdadeira garantia de crescimento sociocultural para todos. Este tipo de conceção ampliada da educação deve permitir tanto o estreitar de relações de contacto social como também sublinhar a descoberta e o fortalecimento do potencial criativo de cada um, numa visão não instrumental da educação que permite reinterpretar e ambicionar um futuro diferente para a comunidade desta cidade.

Conforme referimos no último capítulo da dissertação corrente, a ideia principal que sustenta a proposta apresentada pode resumir-se na criação de um edifício-ponte, livre de barreiras invisíveis, que pretende acrescentar dimensão social, educativa, cultural e desportiva à cidade e não apenas nivelar práticas públicas correntes que se revelam ultrapassadas no campo do crescimento cultural. Este tipo de modelo prático de intervenção pode vir a servir de base a outros estudos de desenvolvimento social e adaptar-se também a casos existentes no âmbito de uma museologia que procura envolver a comunidade e despertar a curiosidade da prática entre o público jovem.

Podemos, a título de exemplo, destacar a criação do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas⁴², localizado na cidade de Ribeira Grande, onde a Região promoveu, em 2015, a reabilitação da antiga Fábrica de Álcool, materializando um projeto de excelência dos arquitetos João Mendes Ribeiro, Cristina Guedes e Francisco Vieira de Campos, que surge por via da reabilitação de um antigo e imponente conjunto industrial localizado na propriedade confinante ao Estádio Municipal da Ribeira Grande.

⁴² Projeto de arquitetura em: <https://divisare.com/projects/281773-joao-mendes-ribeiro-menos-e-mais-arquitectos-jose-campos-the-arquipelago-contemporary-arts-centre> .

Atendendo à localização privilegiada do novo museu daquela cidade, erigido numa propriedade imediatamente adjacente ao principal equipamento desportivo municipal, entende-se que, com base nos conceitos que temos vindo a desenvolver, existe aqui uma oportunidade real de se poder fomentar uma relação direta entre o espaço-museu e o fluxo de convergência social do público do desporto. Fará todo o sentido explorar a relação de vizinhança existente procurando através de uma ligação direta de proximidade estabelecer laços afetivos com os clubes e com a comunidade jovem, tanto local como visitante. Esta pode constituir-se como uma verdadeira oportunidade para se derrubar barreiras, quebrar o paradigma do acesso exclusivo, abrir verdadeiramente as portas do museu à comunidade através da componente de participação ativa que deve começar pela formação dos tão ambicionados “novos públicos”. Esta oportunidade de captação social pode, eventualmente, representar uma parte substancial do crescimento futuro do Arquipélago e o garante de sustentabilidade humana de um museu ainda jovem que pode ambicionar um lugar distinto na relação de afinidade que estabelece hoje com o quotidiano da sua comunidade local.

Por último, pretendemos acrescentar que o presente trabalho de investigação académica pode, eventualmente, abrir portas a uma evolução contínua das temáticas abordadas, tanto em casos conexos às circunstâncias da sociedade açoriana como também alargado a outros territórios. A fórmula utilizada é simples e de fácil implementação: estudar as carências primárias da população, identificar fluxos sociais de convergência existentes e, de uma forma direta e inclusiva num sistema de ligação em rede, instrumentalizar os “caminhos da comunidade” com temáticas relacionadas com a cultura, o desporto e o lazer, sublinhando a missão educativa como objetivo principal da intervenção. O caso específico identificou o fluxo urbano do público afeto ao futebol de formação infanto-juvenil na cidade de Ponta Delgada, mas o presente estudo pode perfeitamente expandir-se ao meio rural, numa outra escala de intervenção, onde são muito comuns outro tipo de vivências e de experiências de contacto, emersas em diferentes realidades sociais. Um olhar crítico e construtivo deve representar o primeiro passo, depois é apenas uma questão de trabalho e de vontade política em prol do crescimento uniforme e inclusivo da comunidade onde as pessoas e as suas circunstâncias se caracterizam como o único e verdadeiro foco de desenvolvimento.

Referências bibliográficas.

ANTUNES, M. L. (2022), “Algumas notas sobre práticas, política e programação culturais”, in *Práticas culturais dos portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Ciências Sociais – ICS, Estudos e Relatórios, Lisboa, 1ª edição, p. 353-382.

ARAÚJO, M. e BRUNO, M. (ed) (1995), *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos*, Comitê Brasileiro do ICOM, São Paulo.
https://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/199500504.pdf

BARCELOS, M. (coord) (2017), *Programa Ibermuseus. 10 anos de cooperação entre museus (2007-2017)*, Gráfica Athalaia, Brasil.
<http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/01/memoria-ibermuseos-2007-pt.pdf>

BOURDIEU, P. (2010), *A Distinção – Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, Edições 70, Lisboa.

BRAYNER, V. (2022), *O museólogo como trabalhador social na construção de futuros inéditos*, Cadernos de Sociomuseologia, Volume 63, n.º 19, Lisboa.
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8290/4916>

BRIGHENTI, S. B. (2021), “A cultura e a promoção da democracia: recomendações da *Carta do Porto Santo para os museus*”, in MIDAS – Museus e estudos interdisciplinares, (online), n.º 13, p. 1-15.
<https://journals.openedition.org/midas/pdf/2749>

BRULON, B. (2015), “A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental”, in *Mana, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 21(2), p. 267-295.
<https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/>

CARVALHO, A. (2016), *Museus e Diversidade Cultural: Da Representação aos Públicos*, Volume 4, Coleção Estudos de Museus, Caleidoscópio e Direção-Geral de Património Cultural, Casal de Cambra.

CHAGAS, M. (2017) “Breves considerações sobre a genealogia e o significado da Recomendação sobre a proteção e a promoção dos museus e coleções, de sua diversidade e de sua função na sociedade”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, vol. 54, n.º 10, p. 163-180.
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5953/3685>

CHAGAS, M. e MACRI, M. (ed) (2019), *A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco*, Museu da República, Rio de Janeiro.
https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_seminario_WEB.pdf

CUNHA, A. C. (2017), “Desporto, cultura e estilos de vida: Relações de influência”, in *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, vol. 4, p. 161-164.

<https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.04.2866/pdf>

CORDEIRO, F., FRIEDE, R. e MIRANDA, M. (2018), “A violência simbólica na sociedade do cansaço do século XXI”, in *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, vol. 23, n.º 46, p. 30-53.

<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/213/77>

CORDOVIL, M. (1993), “Novos Museus Novos Perfis Profissionais”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Reedição 1993-2012, Lisboa, vol. I, p. 23-33.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/469/372>

DUARTE, A. (2013), “Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora”, in *Revista Museologia e Património*, Porto, vol. 6, n.º 1, p. 99-117.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89660/2/77419.pdf>

FARIA, A. (2014), “Educação em museus: um mosaico da produção brasileira em 1958”, in *Mouseion*, Canoas, n.º 19, p. 53-66.

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129087/000974539.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FORTUNA, C. (2019), “Urbanidades invisíveis”, in *Tempo Social – Pensar a cidade (no Brasil): Espaços e tempos*, São Paulo, vol. 31, n.º 1.

<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/151257/152072>

GARCIA, R. P. (2004), “Antropologia do desporto: o reencontro com Hermes”, in *Povos e Culturas*, Universidade do Porto – Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Porto, n.º 9, p. 205-224.

<https://revistas.ucp.pt/index.php/povoseculturas/article/view/8828/8697>

GIORDANO, S. (2013), *Pop-up Museums: challenging the notion of the museum as a permanent institution*, Pradella: journal of visual arts, n.º 33, Itália.

https://www.researchgate.net/profile/Silvia-Giordano-2/publication/281407108_Pop-Up_Museums_challenging_the_notion_of_the_museum_as_a_permanent_institution/links/55e5b25908aed0b5736f5cc/Pop-Up-Museums-challenging-the-notion-of-the-museum-as-a-permanent-institution.pdf

GUERRA, P. e QUINTELA, P. (2007), *A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: uma nova geração de políticas públicas de proximidade*, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53670/2/75021.pdf>

GUIMARÃES, E.; LARA, M.; RIBEIRO LOPES, N. (2014), *Ecomuseu Corvo – Projeto de intervenção museológica*, Direção Regional da Cultura, Angra do Heroísmo.

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ecomuseu-do-corvo/ecomuseu.pdf>

KWANDRAS, M. (2019), *Pop-up Museums: An Exhibit Utilizing Pop-Up Practices*, Museum Studies Projects, n.º 13, State University of New York College at Buffalo, Buffalo.

https://digitalcommons.buffalostate.edu/museumstudies_projects/13/

LEITE, P. (2017), *Museologia Social e Dignidade Humana*, Estudos sobre a Diversidade Cultural e o Desenvolvimento Sustentável, Marca D'Água Editores, Lisboa.

LIPOVETSKY, G. e SERROY, J. (2010), *A Cultura-Mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*, Edições 70, Lisboa.

LOPES, J. T. (2005), "Reflexões sobre o arbitrário cultural e a violência simbólica – Os novos manuais de civildade no campo cultural", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n.º 49, p. 43-51.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20061/2/jteixeiralopes1000083951.pdf>

LOPES, J. T. (2009), "Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural", in *Cadernos de Estudo*, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, n.º 14, p. 1-13.

LOPES, J. T. (2014), "Estranhos no Museu", in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, Porto, I Série, vol. 16, p. 89-95.

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2367/2167>

MARIVOET, S. (2016), *A inclusão social através do desporto: novos desafios na intervenção social*, Lusíada: Intervenção Social, n.º 47/48: 191-204, Lisboa.

http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4017/3/is_47_48_2016_8.pdf

MARQUES, A. (2004), *Desporto infanto-juvenil: as práticas competitivas, a formação e a educação dos mais jovens*, Povos e Culturas, Volume 9: 261-277, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica do Porto, Porto.

<https://revistas.ucp.pt/index.php/povoseculturas/article/view/8832/8701>

MARTINHO, T. D. (2022), "Círculos ainda estreitos: museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte", in *Práticas culturais dos portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Ciências Sociais – ICS, Estudos e Relatórios, Lisboa, 1ª edição, p. 197-233.

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/51499/1/ICS_TDMartinho_C%c3%adrculos.pdf

MATOSO, R. (2017), "Activismo cultural e transformação social – casos e estratégias de práticas e políticas urbanas", in *Livro de atas do Congresso de Intervenção Teatral em Portugal no séc. XXI*, Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, Matosinhos.

https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8244/1/COMUNICA%c3%87%c3%83O_ACTIVISMO%20CULTURAL%20E%20TRANSFORMA%c3%87%c3%83O%20SOCIAL_RUI%20MATOSO.pdf

MOUTINHO, M. (1993), “Sobre o Conceito de Museologia Social”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Reedição 1993-2012, Lisboa, vol. I, p. 13-15.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467/370>

MOUTINHO, M. (2007), “Evolving Definition of Sociomuseology: Proposal for Reflection”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, n.º 28, p. 39-44.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/510/413>

MOUTINHO, M. (2019), “Por uma arquitetura ao serviço da museologia contemporânea”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, vol. 57, n.º 13, p. 61-67.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6622/4160>

NASCIMENTO JUNIOR, J.; TRAMPE, A.; SANTOS, P. (ed) (2012), *Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo*, Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM Programa IBERMUSEOS, Brasília.

<http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2018/10/publicacion-mesa-redonda-vol-ii-pt-es-en.pdf>

PAIS, J.M.; MAGALHÃES, P.C.; ANTUNES, M. L. (coord) (2022), “*Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020: Síntese dos Resultados*”, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Ciências Sociais – ICS, Estudos e Relatórios, Lisboa.

https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/02/BROCHURA_PraticasCulturais_PT.pdf

PEREIRA, N.; NORA, C. (2014), “Breve contextualização acerca de ecomuseu”, in *Sebramus*, Brasil, p. 394-403.

<http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/1Sebramus/paper/download/471/37>

PEREIRA LEITE, P. (2016), “Sobre a Nova Recomendação da UNESCO sobre Museus Coleções sua Diversidade e Função Social”, in *Informal Museology Studies*, disponível em

<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/13-a-nova-recomendacao-da-unesco-sobre-museus-colecoes-sua-diversidade-e-funcao-social/sobre-a-nova-recomendacao-da-unesco-sobre-museus-colecoes-sua-diversidade-e-funcao-social/>

PRIMO, J. (1999), “Pensar Contemporaneamente a Museologia”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, n.º 16, p. 5-38.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/350/259>

PRIMO, J. e MOUTINHO, M. (ed) (2020), *Introdução à SocioMuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

http://www.museologia-portugal.net/files/introducao_sociomuseologia_10.07.2020.pdf

PRIMO, J. e MOUTINHO M. (2021), *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

https://www.museologia-portugal.net/files/sociomuseologia_leitura_critica_mundo-com_capa_final-rev_carolina-copiar.pdf

PRIMO, J. e MOUTINHO M. (2021), *Teoria e prática da Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

http://www.museologia-portugal.net/files/teoriaepratica_sociomuseologia2021_0.pdf

PRIMO, J. e SOTO, M. (2022), “Pelos Caminhos da Museologia e da Educação: sociomuseologia, cidadania e diversidade cultural”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, vol. 63, n.º 19, p. 9-20.

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8288/4914>

REIS, F. (2022), “A diversidade de usos do edificado como uma estratégia para a sustentabilidade: caso Baixa Chiado”, in Chaves, Mário João Alves (coord) – *Intento*, Lisboa, Universidade Lusíada.

http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/6468/3/citad_livro_intento_11.pdf

SANTOS, H. (2003), *A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português*, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 67, dezembro 2003: 75-97, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra.

<https://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=843>

SANTOS, J. V. (2015), “A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, n.º 108, p. 183-190.

<https://journals.openedition.org/rccs/pdf/6169>

SIQUEIRA, J. (2019), *A educação museal na perspetiva da sociomuseologia: proposta para uma cartografia de um campo em formação*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

<https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/9448/1/Juliana%20Siqueira.pdf>

SOUZA, E. e FENILI, R. (2016), “O estudo da cultura organizacional por meio das práticas: uma proposta à luz do legado de Bourdieu”, in *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v14, n.º4, artigo 2, p. 872-890.

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/b87tTNjXSVjrQzpkKRsrvqr/?format=pdf&lang=pt>

VLACHOU, M. (coord) (2018), *Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural - Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal*, Acesso Cultura 2018 (online), Lisboa.

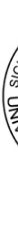
https://drive.google.com/file/d/1bd5bQqWVe6FSMzTizsdi_zxmbvddZwl9/view?usp=sharing

WALKER-KUHNE, D. (2005), *Invitation to the Arts: Building Bridges to Arts, Culture and Community*, Theatre Communications Group, Nova Iorque.

<https://archive.org/details/invitationtopart0000walk>

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



2024

Sociomuseologia em contexto desportivo:

um caso prático de inclusão sociocultural e de desenvolvimento museológico conexo à matriz do desporto infantil-juvenil

Pedro Miguel Baptista Furtado